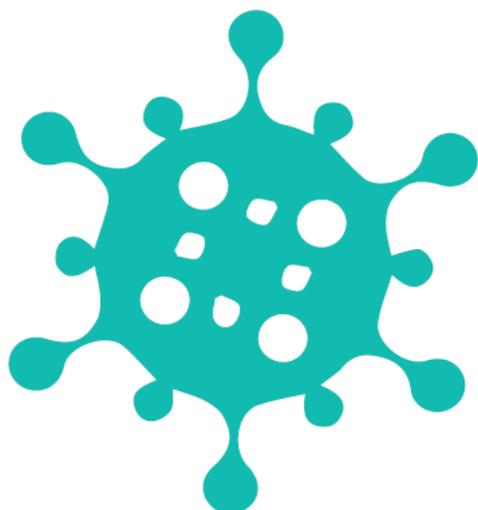


**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS**

**PARECER DA COMISSÃO DE BIOSSEGURANÇA  
E CONTINGÊNCIA DO CCHN**



**JUNTOS  
CONTRA A  
COVID-19**



## **INTRODUÇÃO GERAL**

---

### **Parecer do CCHN**

Em atendimento às propostas de ações estratégicas estabelecidas no "Plano de Contingência da UFES em tempos de COVID-19" elaborado pelo Grupo de Trabalho (Portaria nº 248, de 28 de abril de 2020);

Em atendimento às diretrizes estabelecidas pelo Comitê Operativo de Emergência da UFES - COE (Portaria nº 182, de 13 de março de 2020) por meio do Plano de Biossegurança;

Em atenção à situação epidemiológica do Estado do Espírito Santo por meio dos dados atualizados do Painel COVID-19 do Governo do Estado do Espírito Santo (Sistema eSUS/VS – Secretaria de Saúde do Estado do Espírito Santo) e dos Boletins Epidemiológicos atualizados da Secretaria de Estado da Saúde (<https://coronavirus.es.gov.br/boletins-epidemiologicos>);

Com base em uma ampla escuta dos docentes, discentes e técnicos administrativos do Centro;

A Comissão Local de Contingência e Biossegurança do Centro de Ciências Humanas e Naturais - CCHN apresenta suas considerações a respeito do retorno às atividades remotas (primeiro momento) e de maneira escalonada, quando possível (segundo momento), em consonância com o plano de Biossegurança, que estabelece três cenários (momentos) possíveis para a reorganização das atividades de ensino na UFES. Como descrito no plano:

O primeiro deles é a suspensão de atividades presenciais administrativas e acadêmicas. O segundo é o retorno escalonado das atividades obedecendo às medidas de precaução do isolamento social descritas no plano e o terceiro relaciona-se a possíveis medidas a serem adotadas mediante o surgimento de novas ondas da COVID-19.

Apresentaremos a seguir considerações a respeito das condições mínimas necessárias para a retomada das atividades no primeiro e segundo momentos. Entendemos que as medidas relacionadas ao terceiro momento serão semelhantes às medidas tomadas para um retorno escalonado.

Este documento está organizado da seguinte forma:

**Parte 1:** apresentaremos dados e análise da enquete realizada com os discentes de graduação e pós-graduação do CCHN;

**Parte 2:** apresentaremos dados e análise da enquete realizada com os técnicos-administrativos do CCHN;

**Parte 3:** apresentaremos a análise da escuta realizada aos docentes do CCHN por meio de documentos à Comissão enviados pelos departamentos e colegiados de cursos de graduação e pós-graduação;

**Parte 4:** apresentaremos uma análise sobre questões de biossegurança e infraestrutura do CCHN.

## **PARTE 1 : DISCENTES**

---

Uma das ações da Comissão foi a realização de uma enquete aos discentes visando entender os contextos em que se encontram no período de isolamento social, assim como conhecer suas possibilidades de realização do ‘ensino remoto emergencial’<sup>1</sup> (ERE) e necessidades para isso.

Elaborada com algumas questões semelhantes e outras distintas da enquete geral realizada pela UFES, a Comissão teve como intenção inicial atingir mais discentes e obter outras perspectivas para pensar as ações referentes ao primeiro e ao segundo momento previstos para o retorno escalonado, assim como as dificuldades específicas relacionadas ao CCHN.

Uma das preocupações centrais da Comissão foi a de identificar os discentes para que, em um momento posterior, as Coordenações de Curso possam estabelecer contato por outro meio (telefone) com os discentes que não responderam à enquete, a fim de que compreendamos os motivos pelos quais a participação não ocorreu (como, por exemplo, falta de acesso à internet ou dificuldades financeiras/emocionais). Desse modo, a Comissão entende que a enquete, para além do levantamento de dados objetivos, também possibilitará o acesso aos discentes que não puderam ou não quiseram responder ao questionário.

O questionário continha 16 perguntas, divididas entre múltipla escolha e de preenchimento pessoal, principalmente nas questões que exigiam, a nosso ver, um detalhamento maior das condições ou que visavam acolher sugestões dos discentes.

---

<sup>1</sup> Termo usado pela Reitoria ao tratar das atividades remotas na Ufes.

Por conta do tempo exíguo para a elaboração do relatório por parte da Comissão, a enquete ficou disponível para respostas por um período de 10 dias (de 05 a 15 de junho de 2020), obtendo 1586 respostas, dentre discentes de graduação e pós-graduação.

Desse total, segue-se a seguinte divisão:

Tabela 1: Distribuição dos alunos respondentes por departamento e Programa de Pós Graduação.

DISCENTES DO CCHN	RESPONDENTES	TOTAL DE ALUNOS	PORCENTAGEM DE RESPOSTAS
<b>Pós-Graduação</b>			
PROF-FILO <sup>2</sup>	8	7	100%
Biologia Vegetal	12	58	20,68%
Ciências Biológicas	26	74	35,13%
Ciências Sociais	12	55	21,81%
Filosofia	27	32	78,125%
Letras	27	76	35,52%
Linguística	27	76	35,52%
Psicologia	00	117	0%
Psicologia Institucional	06	46	13,04%
Geografia	05	105	4,76%
História	05	111	4,50%
Oceanografia e Ecologia	0	35	0%

<sup>2</sup> A diferença entre os respondentes e o número total de alunos do PROF-FILO deve-se ao fato de que os discentes que ingressarão em agosto/2020 também responderam à enquete.

<b>TOTAL</b>	155	792	19,57%
<b>Graduação</b>			
Ciências Biológicas	217	392	55%
Ciências Sociais	120	471	25%
Filosofia	99	296	33%
Geografia	144	504	29%
História	206	491	42%
Letras Inglês	145	247	59%
Letras Libras	42	77	55%
Letras Português/Espanhol	51	107	48%
Letras Português/Italiano	22	47	47%
Letras Português/Francês	15	43	35%
Letras Português	178	414	43%
Oceanografia	67	176	38%
Psicologia	162	344	47%
<b>TOTAL</b>	1468	3609	40,67%

Considerando apenas o total de discentes de graduação, o CCHN conta com 3609 discentes, dentre os quais 1468 responderam à enquete, formando um total de aproximadamente 40,6% de respostas.

Considerando o total de discentes de pós-graduação, o CCHN conta com 792 discentes, dentre os quais 155 responderam à enquete, equivalente a um total de aproximadamente 19,57% de respostas.

É preciso considerar que o total de respostas, 1586, não está de acordo exato com o que está na tabela acima, por conta de respostas diferentes dadas pelos discentes. Foi observado que inúmeros discentes responderam que pertencem à pós-graduação (pergunta 2), mas ao invés de responderem com a opção “não se aplica” à pergunta “a qual curso de graduação você pertence” (pergunta 3), responderam com o nome do curso de pós-graduação ao qual pertencem. Assim, alguns alunos contam, na análise, tanto como aluno geral de pós-graduação quanto como aluno de um curso de graduação. Existem casos em que os mesmos alunos de graduação também são alunos de um curso de pós-graduação no âmbito do CCHN, o que acaba por gerar dois registros. Por isso, o valor aproximativo da porcentagem de respostas.

A partir dessa perspectiva de porcentagem de resposta, passa-se agora, nas linhas que seguem, a uma análise mais detalhada de algumas questões.

À pergunta 5 (“Você possui algum tipo de deficiência?”) 98,1% responderam “não”, enquanto 1,9% responderam “sim”, o que perfaz um número total de 30 discentes com deficiência.

Para além do quantitativo, interessou à Comissão levantar se a deficiência permite realizar atividade remota de ensino de forma autônoma, e caso não, do que o discente precisaria para tal (Pergunta 6 - “Se você respondeu sim à pergunta anterior, qual é sua deficiência? Sua deficiência permite realizar atividades remotas de ensino de forma autônoma? De que tipo de auxílio você precisaria para realizá-las?”).

Dentre aqueles que especificaram o tipo de deficiência, a maioria tem possibilidade de realizar atividade remota de forma autônoma. Cabe aqui ressaltar a necessidade de intérprete para discentes com surdez, e uma preocupação de discentes com deficiência visual de incômodo com tela de computador ou celular, assim como com a saturação das páginas e necessidade de mudança do tamanho de fonte da tela para poder acompanhar as atividades de forma remota.

Em resposta à pergunta 7 (“Você faz parte do grupo de risco para a COVID-19”), percebemos, observando o gráfico abaixo, que a maioria dos estudantes do CCHN, 75,9%, não fazem parte do grupo de risco, 20% possuem algum tipo de doença crônica, 4,5% são responsáveis pelo cuidado de pessoas com suspeita ou confirmação de COVID-19, 0,8% são lactantes e outros 0,8% idosos.

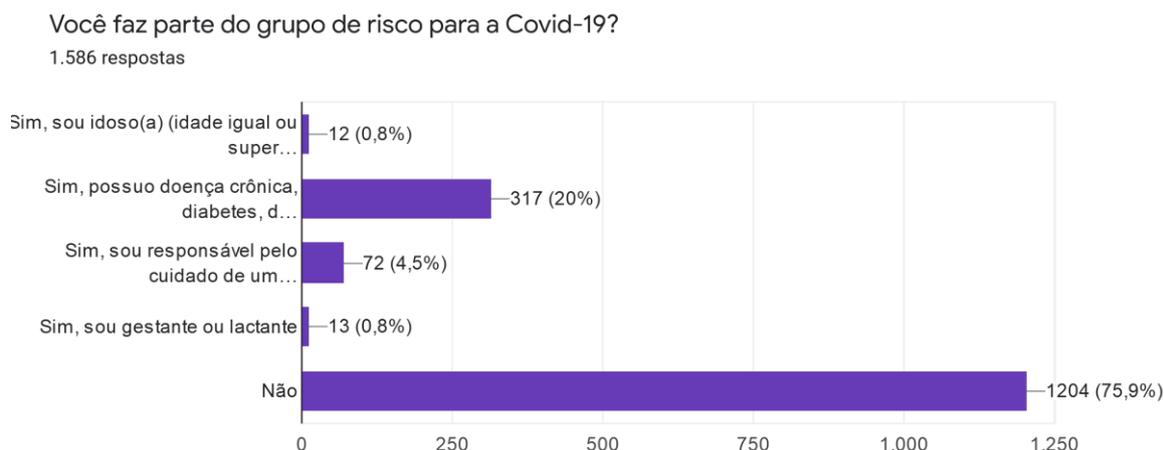


Figura 1.1 - Porcentagem de discentes em grupo de risco para a COVID-19

Na pergunta 8 solicitamos ao discente marcar a(s) afirmação(ões) que se aplica(m) no seu caso: filhos em idade escolar ou inferior e que necessitam da sua assistência, enquanto vigorar norma local que suspende as atividades escolares ou em creches; dependente(s) que possui/possuem fator(res) de risco/comorbidade para a COVID-19 sob os seus cuidados; convivência com pessoa(s) que necessita(m) dos seus cuidados (idosos, pessoa com deficiência, doenças graves ou crônicas); se as afirmações não se aplicam ao seu caso; e outros. Percebemos que, no CCHN, 26% dos estudantes convivem com pessoas que necessitam de algum tipo de cuidado; 18,7% possuem, sob seus cuidados, dependentes que apresentam fator de risco para a COVID-19; e 6,6% possuem filhos em idade escolar ou inferior e que, portanto precisam de assistência enquanto as escolas e creches não voltarem ao ensino presencial, conforme quadro abaixo.

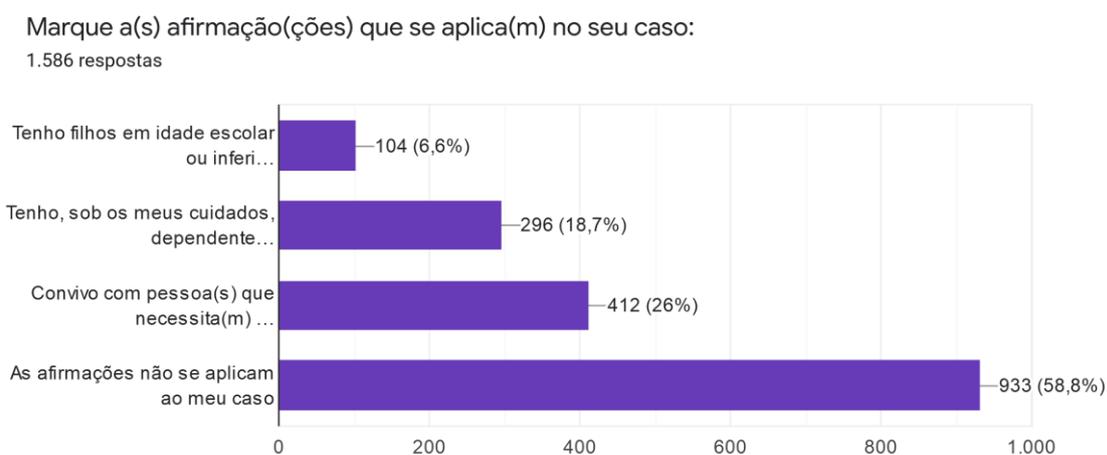


Figura 1.2 - Situação atual dos discentes decorrente da pandemia da COVID-19

Os dados apresentados decorrentes das perguntas 7 e 8 indicam algumas das questões a serem levadas em consideração no caso de implementação do ERE, a fim de que tais alunos não sejam prejudicados no acompanhamento das atividades e em razão de muitas dessas pessoas, como descrito na análise à resposta 14, serem as mais expostas ao sofrimento psíquico nesse momento.

Além disso, tais dados também precisam ser levados em consideração no caso de retorno escalonado das atividades presenciais. Apesar da maioria dos estudantes não pertencerem ao grupo de risco para a doença, os mesmos poderão tornar-se vetores de contaminação e, com isso, colocar em risco a saúde das pessoas com as quais convivem.

As perguntas 9 a 12 referem-se mais especificamente à possibilidade de acesso à internet, a equipamentos de celular e notebook, assim como às atividades que já estão sendo realizadas ou que são possíveis de serem realizadas caso o ERE seja implementado na UFES.

Na pergunta 9, o interesse era verificar se os discentes já estavam participando de atividades remotas de forma optativa, tais como permitidas pela Resolução 07/2020 CUn. Percebemos uma diversidade muito grande de tipos de atividades elencadas pelos discentes, mas, ao mesmo tempo, um número expressivo (54,5%) não participa de nenhuma atividade. Não nos sendo possível saber o motivo da não-participação, consideramos que nesse espectro podem estar incluídas muitas experiências díspares (desde a impossibilidade material, o sofrimento psíquico colocado pela pandemia, o fato de tais atividades não serem obrigatórias, em razão dos alunos não estarem informados de tais atividades etc). Ainda assim, é importante assinalar que os discentes não aderiram de forma satisfatória aos formatos indicados pela Resolução 07/2020 CUn e que esse é um fato a ser levado em consideração na implementação de alguma modalidade do ERE na UFES.

Dentre as atividades remotas optativas realizadas no período de 17/03/2020 a 15/06/2020, cabe destacar: participação em palestras, eventos e/ou outras atividades científicas ministradas em meio virtuais (20,8%), estudo de textos em grupo de estudos organizados pelos docentes (12,4%), produção de artigos científicos (10,9%), orientação de estudos que visem a melhoria do desempenho nas disciplinas (9,4%), produção do trabalho de conclusão de curso (9%), clubes de leitura (4,9) e produção de vídeos e de videoaulas (2,5%) - informação que pode ser útil para pensarmos o tipo de atividade remota que mais tem aceitação entre os discentes nesse momento, e que também pode ajudar os docentes a prepararem suas metodologias, caso venha a ocorrer o ensino remoto emergencial.

Depois de verificar a atual participação dos discentes em atividades remotas opcionais, a enquete passou a perguntar sobre a opinião do discente em realizar,

em caráter provisório, atividades remotas que possam computar crédito (pergunta 10)<sup>3</sup>.

Dentre os 1586 estudantes que responderam à enquete, 68,3% dizem estar de acordo com a realização de atividades remotas com computação de carga horária, dos quais 54,5% respondem que sim, o ensino remoto lhes é possível e 13,8% condicionam sua resposta afirmativa à necessidade de apoio da Universidade no que diz respeito à disponibilidade de equipamentos de TICs, acesso à Internet, entre outros, conforme pode ser verificado no gráfico a seguir:

Para além das atividades de apoio ao ensino aprendizagem listadas no item anterior, você estaria de acordo em realizar, em caráter provisório, ativ... em articulação com a Prograd e demais instâncias.

1.586 respostas

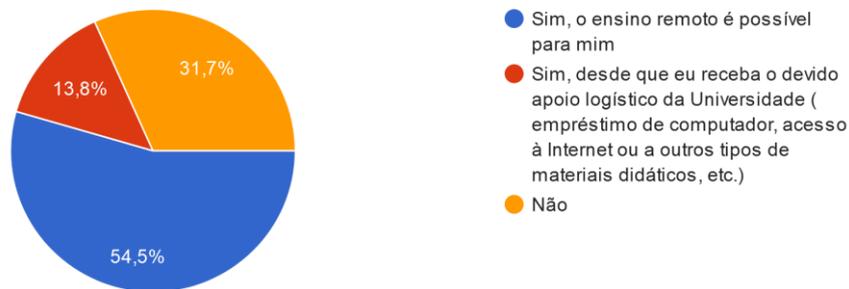


Figura 1.3 - Porcentagem de adesão ao possível ERE

No entanto, 31,7% do alunado diz não estar de acordo com a realização de atividades de ensino remoto e apontam algumas razões para tal. O motivo que lhes traz maior dificuldade face à implementação dessas atividades são as **condições de saúde mental** que, nesse momento de pandemia, estão fragilizadas por motivos tais como (e aqui nos remetemos aos comentários escritos pelos discentes ao final da enquete): sobrecarga de trabalho (profissional e doméstico), excesso de responsabilidade nos cuidados de pessoas em grupo de risco ou já doentes, ansiedade, fragilidade diante da perda de vidas (próximas ou não), entre outros. A importância da falta de condição emocional aparece claramente no gráfico:

<sup>3</sup> Não se fez, nesse questionário, uma descrição de quais seriam as atividades de ensino remoto emergencial a serem oferecidas, além de se observar que é fundamental que a definição de tais atividades possam ser realizadas, se for o caso, junto às outras instâncias da UFES, como a PROGRAD, Departamentos e Colegiados.

Numa escala de 1 a 5, indique os motivos que lhe trariam maior dificuldade na realização de atividades remotas de ensino.

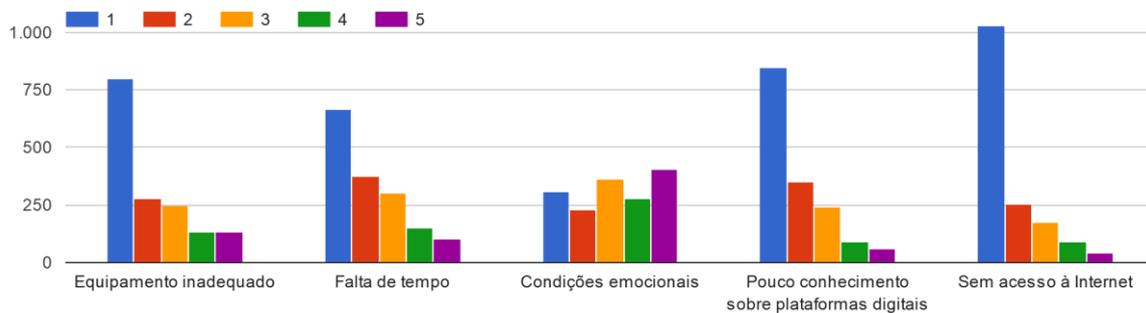


Figura 1.4 - Escala apontando dificuldades para o ERE

Outra questão contrária à adesão ao ERE é a preocupação com a **perda de qualidade** no processo de ensino-aprendizagem atrelado ao ensino remoto, além de entenderem que seus cursos foram pensados para a modalidade presencial. Alguns acreditam que seu rendimento não seria o mesmo, outros alegam falta de familiaridade (de docentes e discentes) com o mundo virtual, além dos problemas que terão que enfrentar pelos imprevistos causados pela má conexão à Internet.

Muitos entendem a implementação do ensino remoto como **excludente** e, portanto, injusta e causadora de desigualdades sociais, uma vez que nem todos os estudantes possuem condições ou mesmo o privilégio de ter um bom acesso à Internet, a um local/cômodo apropriado aos estudos e à alimentação adequada, podendo faltar o básico a algumas pessoas.

Entre as respostas dos estudantes (ainda dentre os 31,6% contrários ao ensino remoto) está também o **receio de que o ensino remoto configure-se como permanente** pós-pandemia, e não emergencial ou provisório como a Universidade o tem concebido. Ressalta-se também a lembrança de que a Universidade não se resume a aulas apenas e que, por isso, não há a necessidade de volta às mesmas na modalidade remota.

Depreende-se também das respostas dos estudantes um descrédito em relação à ajuda que a Ufes deverá oferecer aos estudantes, já que há dificuldade em oferecer a própria assistência estudantil a qual muitos tem direito. Outra questão que surge é a incoerência de pensar a inclusão digital como necessária apenas em momento de pandemia, sendo que a mesma deveria ser pensada e realizada no já desigual ensino presencial.

Dentre as preocupações dos estudantes também estão aqueles que viram-se obrigados a retornar para suas cidades ou até mesmo estados de origem. Como o apoio logístico de entrega de computadores e acesso à Internet chegará? Alguns

relatam que, caso o ERE seja implementado, serão obrigados a trancar seus cursos, por não terem condições de realizá-lo. Uma opção contrária ao ensino remoto, sugerida por um estudante, seria o encontro presencial com hora marcada com professores.

Os dados também nos indicam que, dentre os motivos elencados, a saber, equipamento inadequado, falta de tempo, condições emocionais, pouco conhecimento sobre plataformas digitais, e falta de acesso à Internet, este último configura-se como o motivo que apresenta menor dificuldade em caso de implementação de atividades remotas. No entanto, das 1586 respostas que tivemos entre os estudantes, 27,2% avaliam como fraco a qualidade de acesso à Internet, 56,9% como bom, 14,8% como muito bom e 1,1% não possuem acesso (**pergunta 13**). Ou seja, mesmo sendo a falta de acesso à Internet o motivo que traz a menor dificuldade para a realização de atividades remotas, esta demanda a devida atenção da Universidade quanto a buscar soluções para os que não possuem acesso, além de buscar melhorias na qualidade de acesso dos que assim precisam.

Dentre as atividades que os discentes mais consideram possíveis de realização de forma remota (**pergunta 11**), sobressai duas opções: videoaulas (54,8 %), talvez pelo fato de que é possível assistir às aulas em horários diferenciados (possibilidade que aula online não dá), e disponibilização de ebooks e outros materiais textuais (58,8%), outra opção que também não colocaria o discente na dependência de equipamentos eletrônicos e internet. Verifica-se que mais de 50% dos discentes responderam dessa forma às possibilidades, o que indica a preocupação de não conseguirem acompanhar videochamadas e lives, que exigem um acesso ao vivo. É interessante notar também que até mesmo a opção “exercícios e testes” (45,4%) é considerada como mais possível do que aulas online (34,7%) e fórum de discussão em ambiente virtual (31,2%).

A partir da enquete, é possível assinalar a preocupação dos discentes de não terem condições de acompanharem atividades remotas online. As atividades remotas que permitem ao aluno decidir quando será realizada, dando a ele uma maior autonomia de planejamento de seu tempo, parecem ser as mais adequadas.

Importante também é indicar o número alto de discentes que não verifica nenhuma forma de atividade possível (20,7%), que é, no entanto, menor do que o número daqueles que não estão de acordo com ensino remoto emergencial computando crédito, conforme já visto.

A Comissão, entendendo que o ERE precisa de fato incluir todos os discentes, se preocupou em escutar os estudantes quanto ao que seria necessário fazer para que o ensino remoto fosse possível aos estudantes que não possuem computadores ou mesmo acesso à Internet (**pergunta 15**). Os dados mostram que 50,7% dos estudantes parecem não precisar de apoio no que se refere à

aquisição de tecnologias da informação ou mesmo acesso à Internet. No entanto, 21,9% do alunado precisam de computadores e 20,6% de ajuda com os custos de Internet. Além disso, 21,7% sinalizaram positivamente para a disponibilização de materiais impressos aos estudantes que, por sua vez, poderiam buscá-los em horário marcado com o professor ou até mesmo nos 'Centros de Ensino', que seriam estruturas criadas em bairros onde há maior número de alunos com essa necessidade. Ressaltamos que o uso desses espaços deve estar de acordo com todas as normas recomendadas pelo Plano de Biossegurança. Ainda sobre os Centros de Ensino, 12,1% dos estudantes entendem a criação desses espaços como uma alternativa de apoio ao ensino remoto.

Por fim, os estudantes apresentam algumas sugestões (encontradas nos comentários dos discentes ao final da enquete), em caso de implementação de ensino remoto, que relatamos aqui em ordem numérica apenas a título de organização e não em ordem de importância:

1. A não obrigatoriedade do mesmo, uma vez que a obrigatoriedade poderá gerar grande carga de estresse;
2. O não retorno às aulas mas sim ênfase nas atividades de pesquisa e extensão;
3. Oferta de disciplinas de caráter não obrigatório relacionadas à pandemia;
4. Implementação de propostas voltadas ao cuidado da saúde mental dos estudantes;
5. Realização de editais visando projetos à comunidade;
6. Oferta de um período especial de Outono;
7. Realização de atividades remotas por meio de plataformas de fácil acesso;
8. Apoio no desenvolvimento de letramento digital dos estudantes;
9. A não realização de avaliação e a elaboração de tarefas não muito extensas;
10. A flexibilização de prazos;
11. A possibilidade de revisão da matrícula em 2020/1.

## **DISCENTES DE PÓS-GRADUAÇÃO DO CCHN**

Na enquete realizada com os discentes, como já apontado anteriormente, 155 alunos de Pós-Graduação do CCHN responderam à pesquisa, o que totaliza 19,57% do número total de alunos matriculados. Sendo assim, considerando o número não tão expressivo de discentes de pós-graduação que responderam à pesquisa, sugerimos aos coordenadores dos cursos de Pós-Graduação do âmbito do CCHN que, em posse dos dados colhidos por essa pesquisa, consultem aos alunos que não quiseram ou não puderam dela participar, a fim de que se obtenha uma maior precisão acerca do contexto vivenciado pelos discentes.

É importante dizer, ademais, que não analisamos integralmente os dados dos alunos de pós-graduação obtidos nos questionários. Propomos, em lugar disso, apenas a distinção dos pontos que consideramos fundamentais para a atual da discussão sobre o Plano de Contingência.

Em primeiro lugar, o questionário nos indicou que os alunos de pós-graduação do CCHN estão de acordo em realizar, em caráter provisório, atividades de ensino remoto que possam computar crédito ou carga horária. Dos 155 alunos da Pós-Graduação que responderam ao questionário, 11 estão de acordo em realizar atividades de ensino de forma remota desde que recebam o devido apoio logístico (7,09%), 33 não estão de acordo (21,30%) e 111 alunos (71,61%) responderam que concordam.

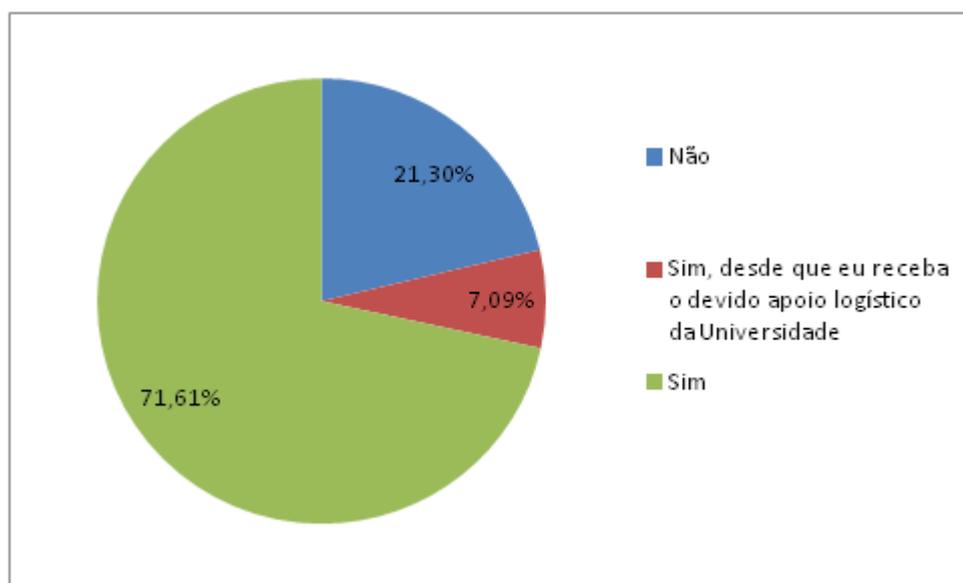


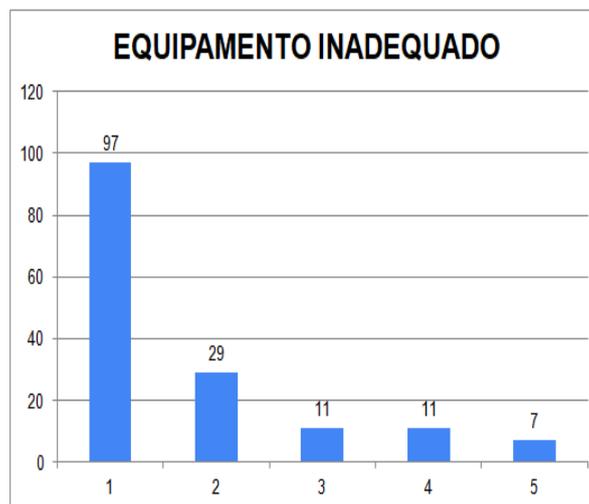
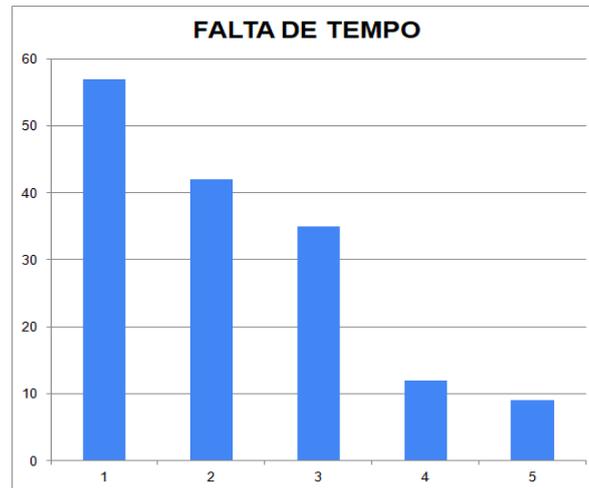
Figura 1.5 - Porcentagem de adesão ao possível ERE

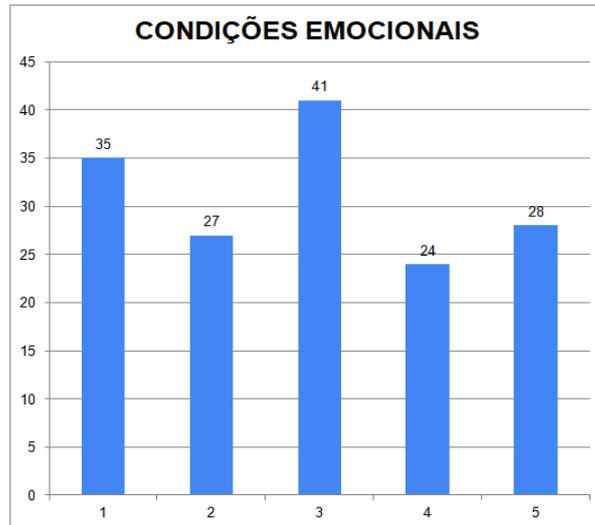
No que diz respeito aos 7,09% dos alunos que concordam com o ensino remoto dependendo do apoio logístico, tratar-se-á de investigar qual é o tipo de apoio logístico de que necessitam e a razão pela qual 21,3% dos alunos da pós-graduação afirmam não estarem de acordo com a realização de tal atividade.

Quanto ao apoio logístico, pode ajudar a análise do item “alternativas que tornariam possível a participação do aluno em atividades de ensino remoto durante a pandemia”, que será examinada logo mais, onde estão listadas algumas das alternativas que tornariam possível a participação dos alunos em atividades de ensino remoto durante a pandemia da COVID-19, em caso de não possuir dispositivo adequado de tecnologia da informação ou acesso à Internet.

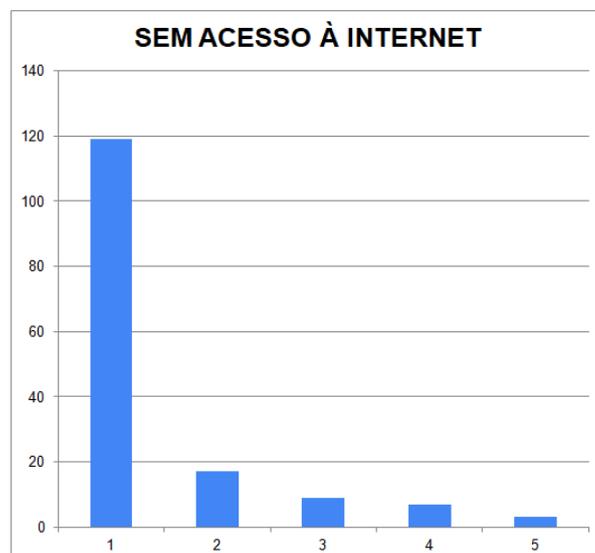
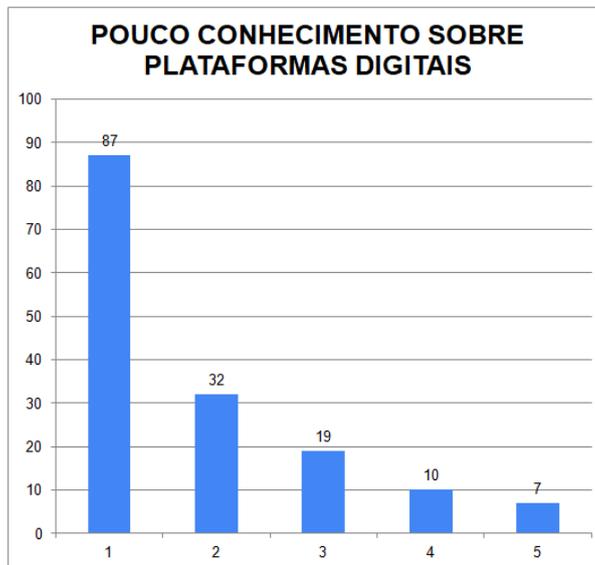
Quanto à razão pela qual alguns dos alunos não estão de acordo com a realização do ERE, pode-se obter alguns dados a partir das respostas discursivas descritas no último item do questionário, já apontadas acima quando da análise da enquete dos alunos de graduação e pós-graduação como um todo.

A partir desse dado inicial, outro elemento importante que surgiu na análise foram os motivos pelos quais os alunos de pós-graduação possuiriam dificuldades na realização das atividades remotas. Foram listados cinco motivos (Falta de tempo, equipamento inadequado, condições emocionais, pouco conhecimento das plataformas digitais e a falta de acesso à internet) para que os alunos respondessem através da escala de 1 a 5, onde um é mínimo e cinco o máximo. Seguem os resultados:





Figuras 1.6, 1.7 e 1.8 - Escala apontando dificuldades para o ERE



Figuras 1.9 e 1.10 - Escala apontando dificuldades para o ERE

A partir do questionário sobre os motivos pelos quais os alunos teriam dificuldades em realizar atividades de ensino remoto, observa-se que os alunos da pós-graduação, em sua maioria, possuem poucas dificuldades para o exercício de algum tipo de atividade remota de ensino segundo os quesitos “equipamento inadequado”, “pouco conhecimento” e “falta de acesso à internet”. Nesses três itens observa-se que a maioria das respostas concentra o menor grau de dificuldade. O mesmo pode-se dizer acerca do quesito “falta de tempo”, apesar de, nesse caso, a distribuição de respostas ser mais homogênea do que as outras. É claro que esses dados não excluem a necessidade, no caso da implementação de algum modelo de ensino remoto, de criar acesso à pequena parte dos alunos que possuem muitas dificuldades nesses quesitos.

Por outro lado, quanto ao quesito “dificuldades emocionais” para a realização de algum tipo de atividade remota de ensino, vê-se que as respostas dos alunos de pós-graduação se diferem das outras. Em primeiro lugar porque, nesse caso, a distribuição de respostas se dá de maneira homogênea. Por exemplo, 22,58% (35 respostas) dos alunos dizem que teriam mínimas dificuldades emocionais para realizar as atividades remotas, e 18,06% (28 respostas) teriam o grau máximo de dificuldade. Por outro, 41 respostas encontram-se no nível médio da tabela (26,45%), o que demonstra que grande parte dos alunos indica que as dificuldades relativas ao desenvolvimento do ERE concernem aos fatores responsáveis pelo sofrimento psíquico.

No item “alternativas que tornariam possível a participação do aluno em atividades de ensino remoto durante a pandemia, em caso de não possuir dispositivo adequado de tecnologia da informação ou acesso à Internet”, obtivemos o seguinte resultado:

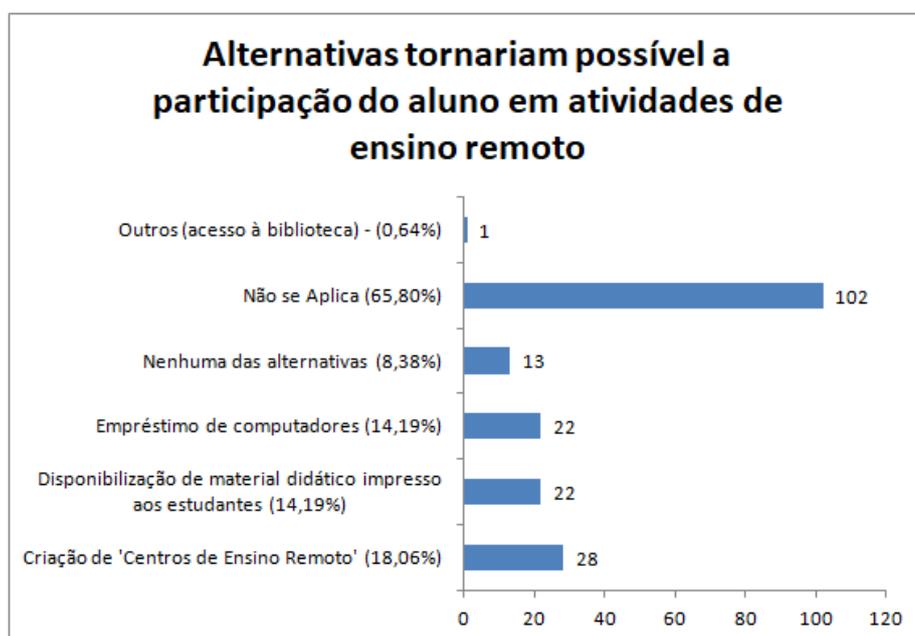


Figura 1.11 - Alternativas para viabilizar o ERE

Os dados obtidos neste item mostram que 65,8% ou 102 alunos de pós-graduação afirmam que as alternativas que tornariam possível a participação no ERE não se aplicam em seus casos, o que pode-se referir tanto à parcela de alunos que possuem dispositivo adequado de tecnologia da informação ou acesso à Internet, como também aqueles que não concordam em participar de atividades de ensino remoto.

Ademais, chamam a atenção o número de respostas obtidas nos itens “Disponibilização de material didático impresso aos estudantes” (14,19%); “Empréstimo de computadores” (14,19%); e “Criação de 'Centros de Ensino Remoto’” (18,06%), uma vez que podem ajudar a entender os 7,09% dos alunos de pós-graduação que afirmaram, no primeiro item, ser possível participar de alguma modalidade de ERE caso receba o apoio logístico.

Nas linhas que seguem, partiremos para a apresentação e análise dos dados gerados a partir da enquete realizada com os técnico-administrativos do CCHN.

## **PARTE 2: TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**

---

Foi realizada uma enquete junto aos Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) a fim de se diagnosticar as condições de trabalho dos mesmos, que se encontram em sua grande maioria em trabalho remoto, condição que se refere ao primeiro momento do plano de Biossegurança. A enquete também buscou gerar dados que subsidiem um possível retorno escalonado das atividades presenciais de maneira segura e ordenada.

O número de Técnicos Administrativos que responderam a enquete foi de 43, representando praticamente 50% do contingente dos Técnicos Administrativos do CCHN.

Os TAEs da Secretaria de Gestão, Laboratórios de análises e que ocupam a função de tradutores foram os que mais participaram da enquete, representando, cada segmento, 13,95% (6 participações) do número total de respostas (**pergunta 1**). Em seguida foram os da SID que mais participaram (11,63%), seguidos da SIP (9,3%) e da SIC (6,98%). Por fim, houve a participação de TAEs de outros setores do CCHN, o que totalizou 27,9% das respostas. É preciso observar, não obstante, que a porcentagem acima foi gerada a partir da forma como cada TAE descreveu seu setor, podendo haver servidor que está alocado em um mesmo setor que outro, mas que o nomeou de maneira diferente.

A **segunda** e a **terceira** perguntas da enquete indagaram, respectivamente, se o TAE possuía alguma deficiência e, se sim, qual seria. Uma vez que, dentre os 43 participantes da pesquisa, nenhum indicou possuir deficiência, é importante averiguar com as instâncias competentes se há algum servidor no CCHN, dentre aqueles que não responderam à enquete, que possui alguma deficiência que o impede de realizar o trabalho remoto de forma autônoma.

Quanto à participação do TAE em algum grupo de risco para a COVID-19 (**pergunta 4**), obtivemos o seguinte resultado (Figura 2.1):

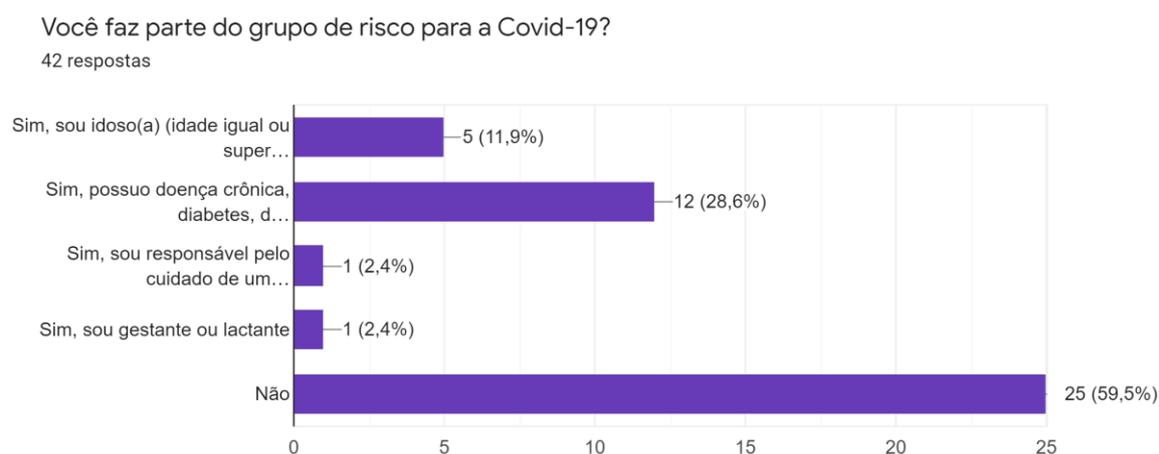


Figura 2.1- Avaliação e quantificação dos TAEs pertencentes a grupos de risco

Apesar de 59,5% dos servidores afirmarem não fazer parte do Grupo de Risco, é fundamental que atentemos para o número restante, uma vez que perfazem um grupo para quem o trabalho remoto é fundamental no sentido do cuidado à saúde. Há o número expressivo de 28,6% dos TAEs que possuem doença crônica (diabetes, doença autoimune, obesidade, doenças cardíacas, etc) e 11,9% que possuem mais de 60 anos. Ademais, houve mais duas respostas, o que totalizam juntas 4,8% do total: uma que indica ser responsável pelo cuidado de uma ou mais pessoas com suspeita ou confirmação de COVID-19 e outra em que a servidora é gestante ou lactante.

A importância do trabalho remoto também se coloca ao constatar que 83,7% dos TAEs (**pergunta 5**) convivem com pessoas que necessitam ou que dependem dos seus cuidados. Desses 83,7%, 32,6% convivem com pessoas que necessitam dos seus cuidados (idosos, pessoas com deficiência, doenças graves ou crônicas); 30,2% possuem filhos em idade escolar ou inferior e que necessitam de cuidado enquanto estiverem suspensas as atividades escolares ou em creches; e 20,9% têm, sob seus cuidados, dependentes que possuem fatores de risco ou comorbidade para a COVID-19 (diabetes, cardiopatia, doença autoimune etc.).

Uma grande parte dos TAEs (97%) afirmaram possuir dispositivos de tecnologia da informação no local onde moram (**pergunta 6**), sendo apenas uma resposta negativa à questão, devendo a gestão consultar se existem mais servidores nesta condição e se os mesmos necessitam de auxílio para desempenhar suas funções.

Quando se perguntou, não obstante, quais são os recursos que possuem por meio desses dispositivos (**pergunta 7**), apresentou-se uma gama de opções que terão diferentes implicações a depender do setor de trabalho de cada TAE. É importante observar, além disso, que foi possibilitado ao servidor marcar mais de uma resposta.

Dentre as 43 respostas, 69,8% afirmaram possuir um computador pessoal, seja laptop ou desktop; no entanto, 30,2% disseram que seus computadores são de uso compartilhado. Dentre os TAEs que participaram da enquete, 74,4% julgaram possuir uma boa conexão de internet em casa; 67,4% tem acesso a sistemas de compartilhamento de documentos com base na nuvem; e 69,8% têm acesso aos Serviços de Webconference. Apesar dos números serem representativos e indicarem que a maioria dos servidores tem condições materiais de realizar o trabalho remoto, é necessário averiguar quais são as efetivas dificuldades dos que não possuem tais condições para a execução das suas atividades e de qual apoio logístico necessitam para realizar o trabalho remoto.

Ainda no escopo dessa questão, averigua-se que apenas 30,2% dos servidores asseguraram ter um espaço apropriado para trabalho remoto. Chama atenção que uma parte muito significativa dos servidores (69,8%) consideram que o espaço em que estão tem condições adversas para o desenvolvimento adequado do trabalho e se conclui, com isso, que tal fator deve ser levado em consideração na gestão e no fluxo do trabalho de cada setor. Nesse mesmo sentido, considerando que 53,5% dos TAE afirmaram possuir espaço adaptado que permite trabalhar sem interrupção, também há uma grande parte (46,5%) que faz seu trabalho de maneira intermitente, o que pode gerar consequências no desempenho do trabalho e no estado psíquico do servidor.

A avaliação de cada TAE em relação à qualidade de acesso à internet (Figura 2.2) segue uma tendência semelhante ao que foi apontado no item anterior. Apesar de 69,8% terem afirmado possuir um bom acesso à internet e 14% considerarem que seu acesso é ótimo, restam 16,3% (7 respostas) indicando que seu acesso é fraco.

Como você avalia seu acesso à Internet no local em que mora nesse momento de pandemia da Covid-19?

43 respostas

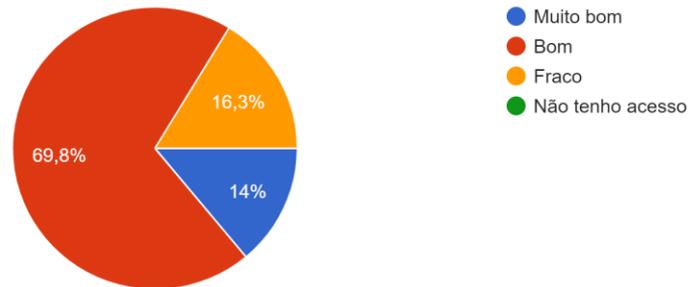


Figura 2.2 - Avaliação do TAE quanto ao acesso a internet

Para a maior parte dos servidores, quase 90% (Figura 2.3), a nova realidade de trabalho remoto é uma experiência que foi pouco vivenciada ou não vivenciada profissionalmente, o que requer da administração maior suporte técnico e de capacitação dos TAEs em relação a essa nova realidade de trabalho.

Antes da Covid-19, qual era a sua experiência em trabalhar remotamente?

43 respostas

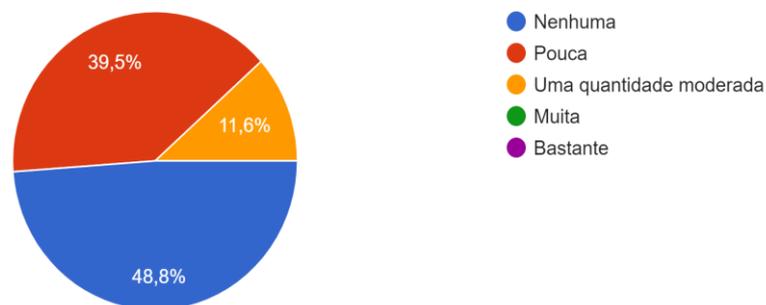
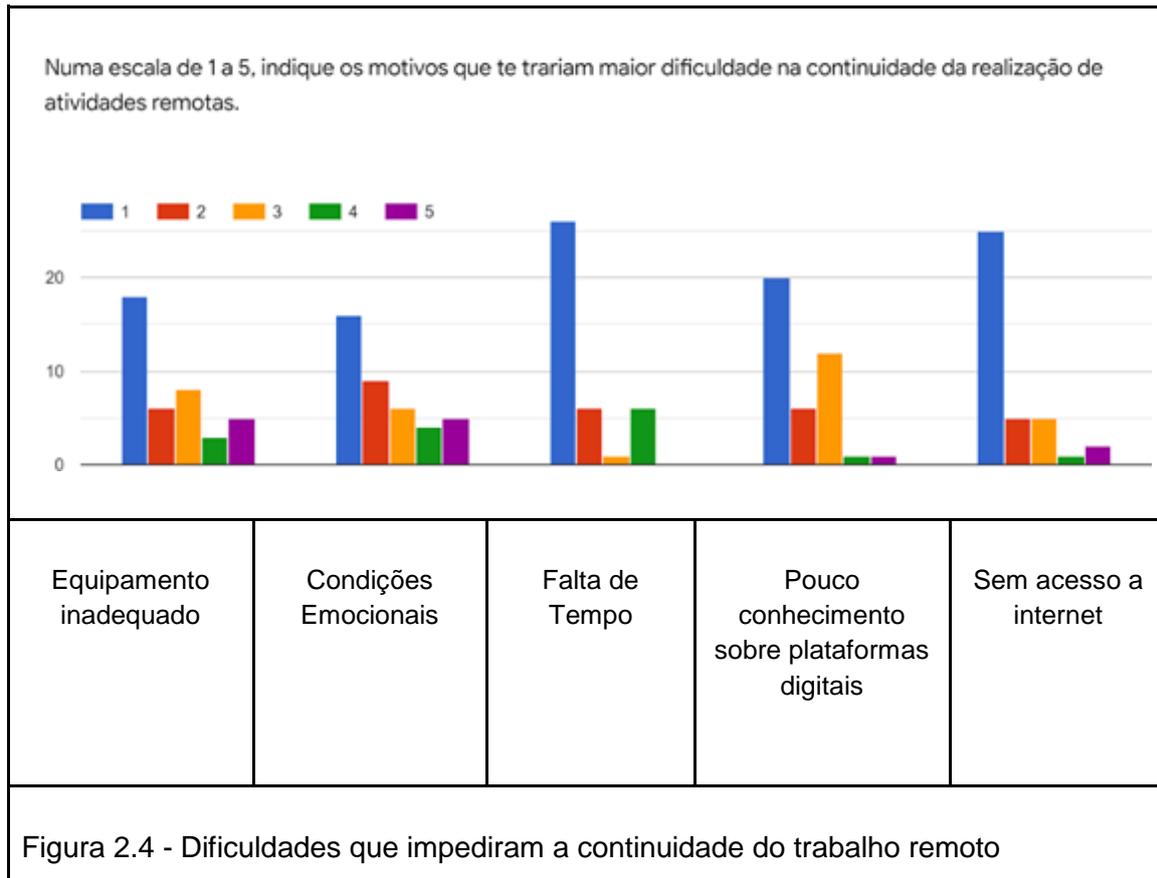


Figura 2.3 - Experiência dos TAEs em trabalho remoto antes da pandemia

Em relação à continuidade do trabalho remoto (Figura 2.4), os TAEs amostrados apresentaram pouca dificuldade com questões como falta de tempo, acesso à internet e equipamentos inadequados. Dentre as maiores dificuldades listadas, destaca-se o pouco conhecimento sobre plataformas digitais e os aspectos emocionais.



Em relação a sensações que os servidores experimentam trabalhando remotamente, é possível destacar a presença de ansiedade e irritação (**pergunta 10**) que vêm acompanhadas por baixa energia e motivação. Apesar das dificuldades mencionadas, as mesmas não interferiram de sobremaneira na qualidade do trabalho e na quantidade de trabalho realizado.

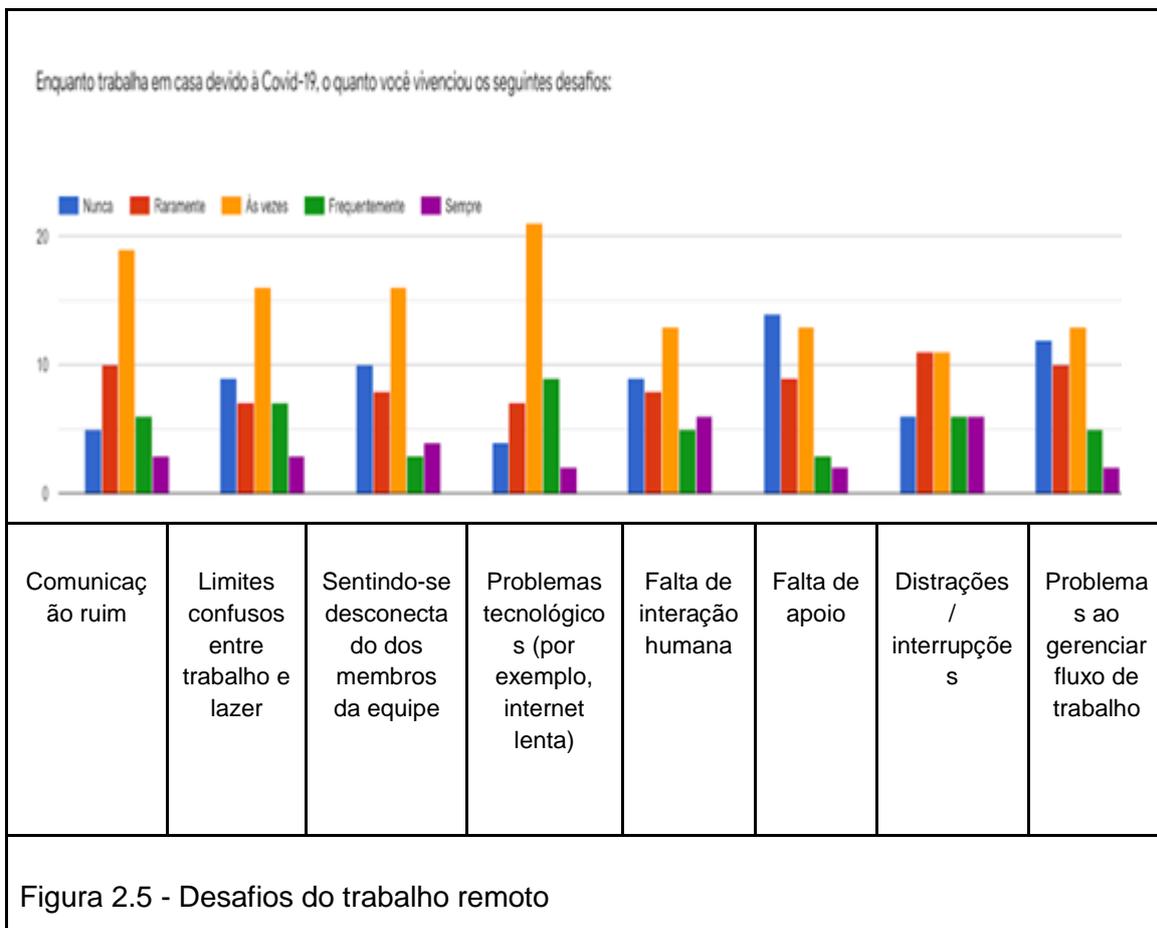
Na atual conjuntura de trabalho, a melhoria de processos e o acesso a melhores plataformas de trabalho se fazem necessárias para otimizar a fluidez e a produtividade das tarefas.

Nesse contexto, foi elaborada uma questão (**pergunta 11**) visando identificar possíveis melhorias para execução do trabalho remoto. Os três quesitos que se mostram prioritários foram uma “melhor tecnologia para realização de reuniões de equipe/grupo” e “melhor tecnologia para gerenciamento de tempo” e “planejamento de calendário de toda a equipe”.

Quanto ao segundo grau superior de utilidade, as duas alternativas que se destacaram foram: a “melhor documentação e métodos de compartilhamento de trabalho internamente” e “melhor tecnologia para gerenciamento de tempo e planejamento de calendário de toda a equipe”.

Os desafios de se trabalhar em home office são inúmeros; os identificados na consulta estão ilustrados na figura 2.5, assim como o grau em que tais desafios se apresentam aos servidores.

É importante perceber que as distrações e interrupções, assim como a falta de interação humana, mostram-se grandes desafios na realização de atividades profissionais em casa. Os problemas relacionados à tecnologia aparecem com certa frequência, assim como a comunicação ruim. Na amostragem, o item “falta de apoio” indicou que os servidores almejam relativo apoio em suas jornadas home office e apresentam baixos problemas com fluxos de trabalho.



Na amostragem realizada ainda é muito alto o percentual (Figura 2.6) de servidores que não têm conhecimento das ações da UFES para a promoção de bem estar do contingente de trabalhadores que se encontram em home office. Logo, a maior capilaridade na divulgação de tais ações se faz necessária.

Você tem conhecimento de ações da UFES para promover o bem estar de servidores que estão trabalhando em home office?

43 respostas

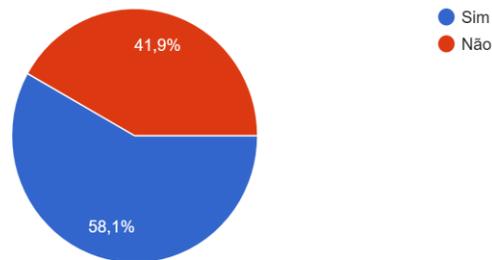


Figura 2.6 - Percentual de TAEs do CCHN que tem ciência de ações da UFES quanto a ações de promoção de bem estar em home office

O isolamento social pode trazer ou agravar a saúde mental de quem se encontra em isolamento. Algumas atividades têm a capacidade de promover bem estar mental e minimizar possíveis danos à saúde mental no contexto atual de trabalho. Assim, buscou-se saber dos trabalhadores (**pergunta 14**) quais atividades preventivas vêm sendo realizadas para a manutenção de sua saúde mental.

A maior parte dos servidores tem encontrado nos contatos virtuais com familiares e amigos e na organização dos espaços da casa uma forma de se manter mentalmente saudável durante o isolamento social.

Destacam-se também atividades de alongamentos, brincar com os filhos, práticas de atividades físicas e meditação. É importante destacar que em maior ou menor grau os servidores estão realizando algum tipo de atividade para minimizar os impactos em suas novas realidades de trabalho e social. Porém, não se mediu o quanto essas práticas de fato impactam positivamente nos aspectos mentais dos servidores. Logo, é necessária avaliação mais profunda em relação a esse aspecto, além da manutenção e ampliação de iniciativas institucionais voltadas ao bem estar de toda a comunidade acadêmica nesse momento de pandemia.

A maior parte dos TAEs concordam totalmente que o seu gestor confia em seu trabalho exercido de maneira remota, assim como vêm uma atitude positiva do gestor em relação a trabalhar remotamente e apoiariam a introdução de uma política de trabalho remoto no trabalho.

Esses resultados estimulam uma futura discussão em relação à possibilidade da introdução do trabalho remoto no CCHN pós pandemia.

A figura 2.7 aponta que 83,7% dos servidores estão realizando trabalho remoto, o que era um valor esperado, uma vez que, ocorreu no dia 17/03/2020 a suspensão

de grande parte das atividades presenciais, mantendo-se esse status até o presente momento.

Em qual modalidade de trabalho você se enquadra atualmente?

43 respostas

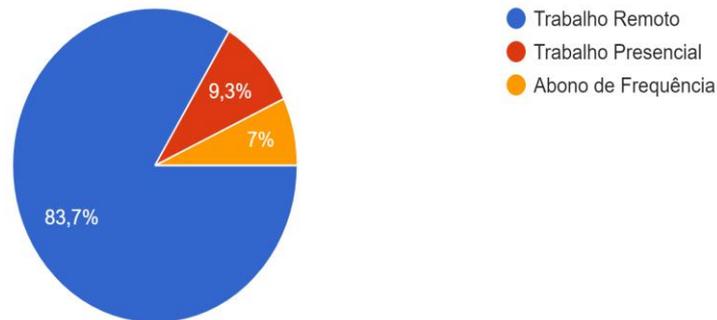


Figura 2.7- Modalidade de trabalho a qual o TAE está inserido no momento

As duas próximas questões visavam ilustrar o parâmetro “deslocamento dos Técnicos Administrativos em Educação - TAEs até o *Campus* Universitário”, o qual se relaciona ao planejamento de um futuro retorno escalonado.

A figura 2.8 traz o levantamento da distância dos servidores TAEs até o *Campus* de Goiabeiras. Nesta amostragem, 26,8% distam até 5 km, outros 14,6% residem entre 5 e 10 km, 41,6% se encontram entre 10 e 20 km e, por fim, 17% afirmaram que estão acima de 20 km de distância do *Campus* de Goiabeiras.

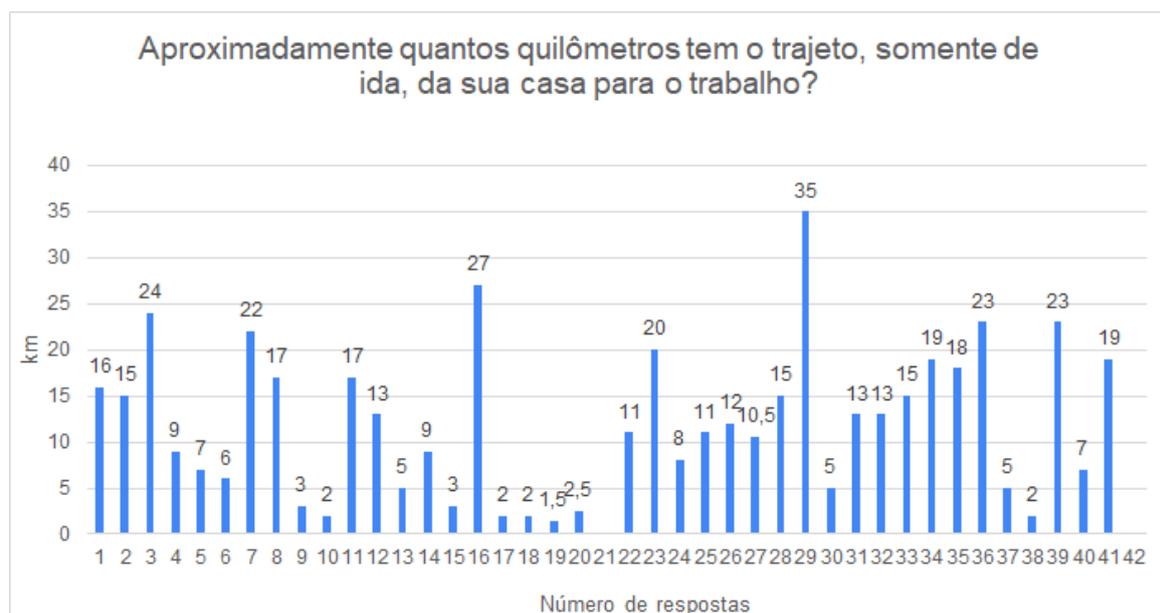


Figura 2.8 - Distância percorrida diariamente pelos TAEs até o *Campus* de Goiabeiras

Na figura 2.9, observa-se que dentre as 43 respostas, mais de 50% da amostragem gasta mais de 25 min para chegar até o *Campus* de Goiabeiras, outros 18% levam até 10 min.

Aproximadamente quantos minutos leva o trajeto, somente de ida, da sua casa para o trabalho?

43 respostas

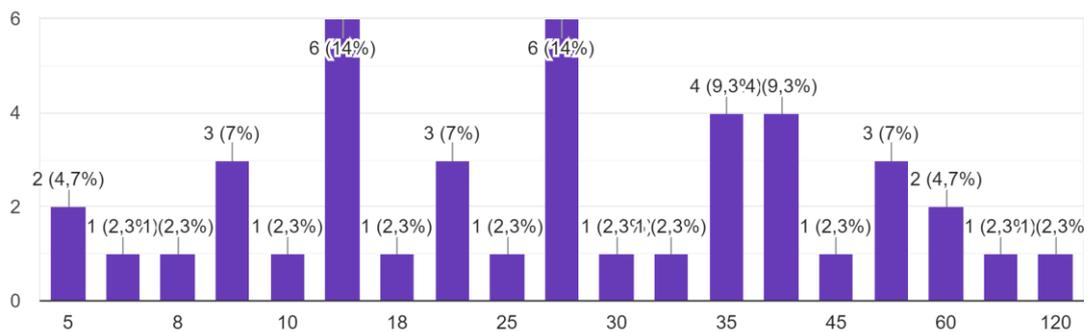


Figura 2.9 - Tempo gasto diariamente pelos TAEs para chegarem até o *Campus* de Goiabeiras

Assim, se conclui que não existe uma correlação direta entre distância do *Campus* de Goiabeiras e o tempo gasto no deslocamento. Dito isso, foram levantados os dados referentes à forma de deslocamento (Figura 2.10).

Grande parte dos TAEs amostrados no CCHN se desloca de carro até o *Campus*, porém é importante observar que um número significativo se desloca através de transporte público. O deslocamento via transporte público é um ponto muito importante no que se refere a um retorno escalonado, no que concerne a exposição desses profissionais ao vírus durante o trajeto até o trabalho.

Antes da Covid-19, qual era a forma mais comum que você usava para fazer o trajeto da sua casa ao trabalho?

43 respostas

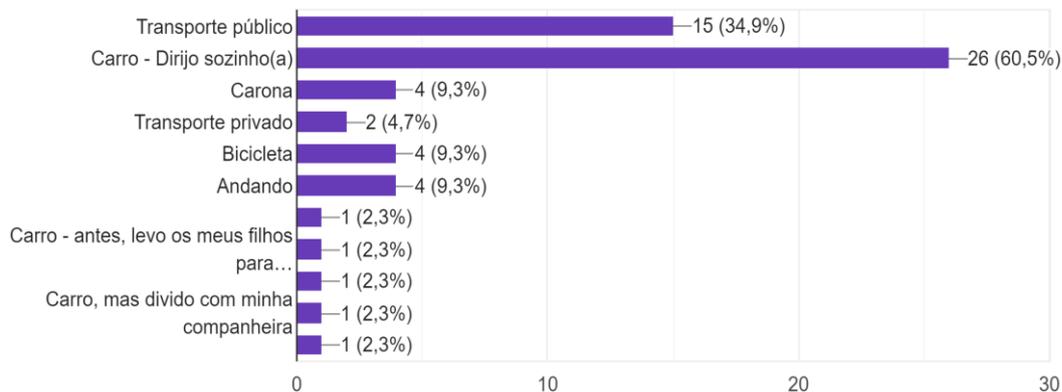


Figura 2.10 - Forma de deslocamento dos TAEs até o Campus de Goiabeiras

Como se observa, de maneira geral, os TAEs do CCHN têm boas condições para a execução do trabalho de forma remota, fazendo-se imprescindível, não obstante, que os diferentes níveis de gestão se responsabilizem em averiguar quais são os servidores de cada setor que não possuem tais condições, quais são as efetivas consequências para eles e de que maneira é possível criar condições para auxiliá-los nesse processo.

Além de responderem à enquete acima, os técnicos-administrativos enviaram à Comissão um documento robusto que traz uma análise dos planos de Biossegurança e Contingência realizados pelo GT Central da Ufes. Nas linhas que seguem traremos suas principais considerações. **Recomendamos, não obstante, que seja feita uma leitura cuidadosa do texto**, anexado ao presente relatório).

Dentre suas considerações quanto ao retorno escalonado das atividades estão:

1. A necessidade de **o retorno dos técnico-administrativos** às atividades presenciais acontecer **antes** da retomada das atividades acadêmicas e do atendimento ao público, para que os trabalhadores possam se adaptar e ambientar os setores para o atendimento ao público;
2. A necessidade de elaboração de **critérios** que definam as porcentagens constantes do Plano de Biossegurança para o retorno escalonado, além de **planos específicos** para o ensino de graduação e pós-graduação, a pesquisa, a extensão, a assistência e o trabalho administrativo;
3. A **inviabilidade** do parâmetro de **atestados médicos**, uma vez que a recomendação médica para indivíduos que apresentem sintomas é iniciar

- o isolamento social e procurar atendimento médico apenas em caso de dificuldade respiratória;
4. A preocupação com a **segurança dos servidores**, uma vez que poderão ficar sozinhos em seus setores quando do escalonamento, principalmente à noite. Nesse sentido, solicitam que uma proposta específica para cada setor seja realizada, entendendo, inclusive, que muitos dos servidores de um determinado setor possuem fatores de risco para a COVID-19;
  5. A manutenção da **interdição dos aparelhos de ponto** para evitar risco de contaminação;
  6. A necessidade de **flexibilização da jornada de trabalho** com redução de carga horária (sem redução salarial) enquanto durar a pandemia, para que os TAEs façam apenas um turno de trabalho, de maneira a não ser necessária pausa para almoço e com garantia de 15 minutos de intervalo para lanche fora do local de trabalho;
  7. A necessidade de um **cronograma de limpeza por setor** com recomendações de limpeza detalhadas e produtos (máscaras, álcool, etc.) disponibilizados pela administração;
  8. A necessidade de organização de **agendamento de atendimentos** nos setores específicos para evitar aglomeração, sendo necessário que todos respeitem o uso obrigatório de máscaras de proteção para que o atendimento seja iniciado, bem como respeitem o distanciamento de 1,5 metro. Nesse sentido, apontam para a necessidade de  **sinalização dos espaços** com cartazes contendo essas orientações e o dispositivo legal em que conste a obrigatoriedade do uso de máscara;
  9. A disponibilização, pela Administração da Ufes, de **equipamentos de proteção** em quantidade suficiente aos servidores técnico-administrativos, com o fornecimento de, no mínimo, uma máscara de pano para cada 2 horas de trabalho, considerando a carga horária prevista para um dia de trabalho;
  10. A interdição e a não alocação de servidores em espaços sem ventilação adequada;
  11. A necessidade de **instalação de telas de mosquito** nas janelas para evitar o surgimento de outras doenças aos servidores;
  12. A inclusão de outros **critérios para o retorno do escalonamento** tais como: indicador de velocidade de reprodução ou transmissão (Rt) seja inferior a 1 por pelo menos duas semanas consecutivas; transmissão do vírus controlada no Brasil e no Espírito Santo; pareceres/laudos técnicos da equipe de segurança do trabalho da Universidade atestando que os setores atendem às recomendações de biossegurança da OMS necessárias para o funcionamento; garantia de testagem com periodicidade de 7 dias para todos os servidores técnico-administrativos em educação que retornarem em escalonamento; ocupação máxima de leitos de acordo com a localização de cada campi, uma vez que o plano atual generaliza esse critério, assim como a redução do quantitativo

proposto para ocupação máxima de até 65% em leitos de CTI, ao invés de até 80%; relacionar a taxa de ocupação de leitos de CTI disponíveis com o índice de trabalhadores da saúde afastados do trabalho por contaminação, visto que isso também limita a capacidade do sistema de saúde de garantir o atendimento à população contaminada; porcentagem de isolamento social acima de 70% (o plano prevê 50%), também de acordo com a localização de cada campi;

13. A necessidade do **fornecimento de equipamento e serviços** (ou indenizações) de Internet, energia, etc. aos servidores em trabalho remoto;
14. A realização da **revisão e transparência dos contratos** da Ufes com serviços terceirizados, em especial os contratos de limpeza;
15. A criação de barreiras de **testagem** e medição de temperatura corporal nos campi;
16. O estabelecimento do DAS como primeiro local de atendimento aos membros da comunidade que manifestem sintomas dentro do campus;
17. A ampliação do **apoio psicológico** aos estudantes e servidores (docentes e técnicos-administrativos em educação), bem como ampliar os esforços com vistas à permanência durante e após o isolamento social.

Além das questões elencadas acima, os TAEs apresentam dois anexos ao documento à Comissão enviado. O primeiro deles (anexo I) é um documento realizado pela equipe da Biblioteca Setorial contendo sugestões para sua reabertura no período de pós-isolamento decorrente da Pandemia de COVID-19. O segundo (anexo II) é um passo a passo, realizado pelos TAEs, com orientações para que cada equipe de trabalho possa fazer um diagnóstico de suas atuais condições de trabalho e demandas para o retorno das atividades presenciais para serem, posteriormente, apresentadas à Comissão de Biossegurança e Contingência do CCHN. Agradecemos aos TAEs pelas ótimas contribuições.

## **PARTE 3: DOCENTES**

---

### **INTRODUÇÃO GERAL**

A escuta aos docentes e coordenadores foi realizada, por esta Comissão, por meio da solicitação de discussão em reuniões de Câmaras Departamentais e Colegiados tanto de Graduação quanto de cursos de Pós-graduação. A discussão foi orientada por meio de documento enviado às chefias e coordenadores de curso com o objetivo de levantar informações dos docentes do CCHN quanto a seus contextos de vida e trabalho durante a pandemia e assim termos direcionamentos mais específicos acerca de suas possibilidades para a realização do ERE em curto prazo.

Obtivemos resposta até o prazo estipulado, 19 de junho, dos seguintes departamentos e colegiados:

Departamento de Línguas e Letras - DLL

Departamento de Ciências Biológicas - DCBIO

Departamento de Filosofia - DFIL

Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento - DPSD

Departamento de Psicologia - DPSI

Departamento de Oceanografia - DOE

Departamento de História - DHIS

Departamento de Geografia - DGEO

Colegiado de Letras-Inglês

Colegiado de Letras Neolatinas

Colegiado de Oceanografia

Colegiado de Psicologia

Programas de Pós graduação em Filosofia: PROF-FIL e PPGFIL

Programa de Pós graduação em Estudos Linguísticos - PPGEL<sup>4</sup>

Após leitura das respostas recebidas, elencamos abaixo as principais preocupações dos docentes do CCHN assim como suas solicitações em caso de implementação do ensino remoto emergencial. Ressalta-se a unanimidade de que o momento é de preocupação com vidas e, portanto, estas devem ser priorizadas.

Dentre as preocupações, seguidas de medidas a serem tomadas, estão:

1. As desigualdades sociais já existentes em nosso contexto e um possível aumento diante das condições de sofrimento psíquico ocasionadas pela Pandemia, entende-se que é preciso considerar medidas de **prevenção e de apoio à saúde mental** da comunidade acadêmica;
2. O receio de que o ensino remoto emergencial possa substituir o ensino presencial e, por isso, entende-se o ERE como de **caráter excepcional**, destacando prazo de 31 de dezembro de 2020 conforme portaria nº 544, de 16 de junho de 2020, Ministério da Educação; as mesmas diante do ERE. Nesse sentido, entende-se, portanto, que o ERE pode ser realizado

---

<sup>4</sup> O PPGEL endossa o documento do DLL.

somente se houver **inclusão digital**, com empréstimo de equipamento e acesso à Internet aos que precisam;

3. A falta de estrutura física adequada para o ERE e, por isso, sugere-se a **criação de centros de ensino/apoio** levados aos bairros mais carentes;
4. A situação de docentes com crianças em idade e escolar e que muitas vezes dividem equipamentos, quando existem, para a realização dos estudos. Portanto, faz-se necessário providenciar **equipamentos aos docentes** nessa situação;
5. A falta de acessibilidade do ERE. Solicita-se **acessibilidade linguística** para docentes e discentes surdos sem as quais o curso de Letras-Libras, por exemplo, não poderá ser realizado de forma remota;
6. A falta de um plano e, portanto, a necessidade de um **plano da Reitoria** em relação ao planejamento e execução de inclusão digital;
7. O despreparo dos docentes em relação a metodologias e epistemologias do mundo virtual, além da falta de familiaridade dos mesmos com plataformas digitais. Diante disso, entende-se como crucial que haja **formação aos docentes**;
8. O despreparo dos discentes em relação a plataformas digitais e, portanto, é importante que haja **formação aos discentes**;
9. A autonomia e soberania tecnológica e a facilidade proporcionada pelas plataformas. Propõe-se, portanto, que a Ufes assuma essa tarefa e ofereça uma **plataforma própria, pública, autônoma e soberana**, para a consecução do cenário com aulas e demais atividades acadêmicas remotas, com acesso restrito aos alunos matriculados, sem que haja ampla exposição dos docentes na web;
10. A liberdade de cátedra e, por isso, defende-se que o docente tenha **autonomia para a escolha** de ferramentas metodológicas e formas de interação com o aluno, podendo o docente, inclusive, fazer uso dos mecanismos já existentes na UFES (AVA, rádio e TV da UFES e Sead);
11. A situação de matrícula dos estudantes no semestre 2020/1. Pede-se, portanto, que haja a possibilidade de **realização** ou mesmo o **cancelamento de matrícula** de algumas disciplinas, uma vez que a pandemia trouxe uma série de imprevistos e entraves na vidas dos discentes. Há também a solicitação de que possa haver **trancamento do semestre** sem que este contabilize em seu limite já autorizado de trancamentos ao longo do curso. Ainda sobre o trancamento, propõe-se que sejam **reconsideradas as exigências de laudos médicos** referentes a quadros de sofrimento psíquico, facilitando o trancamento total ou parcial;
12. A comunicação entre docentes e discentes por meio do portal do professor/aluno. Há a solicitação para que **outro canal oficial de comunicação** seja criado, uma vez que, pelo portal, o discente não consegue responder aos docentes e/ou coordenador do curso;

13. A escassez de tempo para a discussão sobre o assunto e também para sua implementação. Com isso, demanda-se mais **tempo para o debate** sobre o ERE e que este seja **mais abrangente** e não por representação;
14. A implementação do ERE é algo novo e desconhecido e, por isso, sugere-se o **início gradual do ERE** com poucas disciplinas por semestre, com caráter não-obrigatório;
15. A qualidade do ERE deve ser considerada e, por isso, sugere-se dar início com **disciplinas teóricas** e que estas sejam registradas como **encargo docente**;
16. A manutenção da qualidade do ensino e, por isso, entende-se ser **impossível ofertar as disciplinas de prática** (laboratório, estágio, atividades de campo) de modo remoto. Soma-se a isso a necessidade de planejamento de ações futuras para que estas disciplinas sejam ofertadas visando o não prejuízo ao alunado;
17. Ademais, alguns cursos indicam **os tipos de disciplinas** que podem ou não ser ensinadas de forma remota, dependendo do número de disciplinas a serem oferecidas ao mesmo tempo por semestre, pelo momento do curso em que são oferecidas (se no início ou final do curso de graduação), ou ainda pelo número de alunos matriculados nas disciplinas;
18. As condições do trabalho docente e, portanto, **condições adequadas devem ser garantidas** pela instituição considerando o aumento da jornada não computada; do volume de trabalho em si; direito de imagem e autoria; cuidados de saúde laboral com problemas físicos (como Lesão por Esforço Repetitivo, hérnia de disco, alterações do sono, falsa miopia, problemas auditivos, transtornos psicológicos etc.);
19. O acesso ao conhecimento em tempos de isolamento. Sugere-se a criação de uma **biblioteca virtual** visto que os discentes precisam ter acesso à bibliografia básica que consta nas ementas das disciplinas;
20. Há de se considerar também os diversos **motivos que limitam ou impedem os docentes e discentes de realizar a ERE**, como filhos que necessitam de assistência durante a suspensão de atividades escolares e creches; dependentes com fatores de risco/comorbidade para a COVID-19; cuidado ou convívio com pessoas que necessitam de cuidados, como idosos, pessoa com deficiência, doenças graves ou crônicas etc; bem como outros problemas sociais, familiares ou psíquicos ocasionados pela pandemia e que podem ser agravados dependendo da maneira como o ERE for instituído;
21. A restrição das atividades acadêmicas a aulas apenas. Sugere-se a **oferta de projetos de extensão e pesquisa** com a participação regular dos discentes;
22. A limitação do ERE a aulas online. Ainda que haja o entendimento de que as aulas online sejam de ganho acadêmico-pedagógico ao permitirem a interação entre as partes, há a preocupação com a qualidade de conexão

e a disponibilidade de presença em horário restrito. Solicita-se que **outras modalidades para o ensino remoto** também sejam utilizadas;

23. Possíveis prejuízos para o alunado. Propõe-se, portanto, que, aos discentes que não puderem realizar o ERE, mesmo com o apoio da instituição, seja oportunizada a possibilidade de cursar a(s) disciplina(s) de forma presencial quando possível sem maiores prejuízos;
24. Para além da necessidade do Plano de Biossegurança, é necessária a criação e a sustentação de espaços de enunciação, de conversa e elaboração do fato da morte como uma das mais sérias implicações explicitadas pela COVID-19. Por isso, o plano deve incluir esse acontecimento de modo a **prever espaços de acolhimento** que favoreçam os laços de solidariedade entre os membros da comunidade acadêmica.

Os pontos acima elencados representam os destaques entendidos por esta Comissão. **No entanto, a mesma recomenda enfaticamente a leitura minuciosa das respostas dos Departamentos e Colegiados** descritas em anexo ao final do relatório, na medida em que as mesmas trazem elementos específicos que devem ser considerados na implantação dos Planos de Biossegurança e Contingência.

## **PARTE 4: INFRAESTRUTURA E BIOSSEGURANÇA NO SEGUNDO MOMENTO**

---

A COVID-19 é uma doença causada por um vírus contagioso, que diferente daqueles que causam a gripe comum, não há pré-imunidade conhecida, vacina ou tratamento específico eficaz e presume-se que todas as pessoas sejam susceptíveis a ele. Portanto, a decisão pelo retorno presencial das atividades, mesmo em sistema de escalonamento, deverá ser avaliada cuidadosamente, obedecendo às medidas de precaução do isolamento social, em consonância com as ações do plano de gestão de risco do Governo do Estado do Espírito Santo, de acordo com as orientações da OMS e do Ministério da Saúde.

O segundo momento está previsto no Plano de Biossegurança (p. 14) da seguinte forma:

A. O retorno das atividades deverá ser escalonado, partindo de 40% até, no máximo, 70-80% da sua capacidade, pois os estudos apontam para a possibilidade de novas ondas da COVID-19 até que uma vacina seja produzida.

B. Esse retorno deverá ser acompanhado utilizando como parâmetro o número de indivíduos da comunidade acadêmica que

apresentam sinais e sintomas respiratórios e atestados médicos com o CID da doença.

Para o retorno escalonado das atividades presenciais nos campi da UFES, o CCHN considera importante que as seguintes medidas sejam consideradas:

#### **4. 1 Condições seguras para o retorno das atividades presenciais**

**Considerando-se** que, segundo o Boletim Epidemiológico 08 do Governo do Estado (atualizado em 20 de junho de 2020), dos 78 municípios do ES, 38 municípios apresentaram uma classificação de **Risco Alto**, a saber: Afonso Cláudio, , Águia Branca, Alfredo Chaves, Alto Rio Novo, Anchieta, Aracruz, Baixo Guandu, Boa Esperança, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Colatina, Divino de São Lourenço, Ecoporanga, Fundão, Guaçuí, Guarapari, Ibirapu, Itapemirim, Itarana, João Neiva, Mantenópolis, Marataízes, Marechal Floriano, Mucurici, Muqui, Piúma, Presidente Kennedy, Rio Novo do Sul, Santa Teresa, São Domingos do Norte, São Gabriel da Palha, São José do Calçado, São Roque do Canaã, Serra, Viana, Vila Valério, Vila Velha e Vitória, os municípios de Cariacica e Viana, são classificados em conjunto com os municípios de Vitória, Vila Velha e Serra, considerando sempre a maior classificação (PORTARIA Nº111-R, DE 20 DE JUNHO DE 2020);

**Considerando-se** o acompanhamento da **Taxa de Transmissibilidade (RT) do vírus no ES**. O cálculo é feito para medir a velocidade de transmissão do vírus, projetar cenários para o futuro e definir medidas para tentar frear a disseminação da COVID-19. No Estado, quem realiza esse cálculo é o Departamento de Matemática da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), que constatou que, em março a taxa de transmissão (RT) era de 3.7. Com as medidas de isolamento social, essa taxa caiu para 1,7 em abril, 1,3 em maio. Voltou a subir no início de junho, e no presente momento temos uma RT média de 1,33 (comunicação pessoal em 26/06/2020 - dados mais recentes das pesquisas realizadas na UFES representados na figura abaixo). Vale destacar que os números representam médias e que existe uma margem de erro - a média de 1,33 representa uma variação de transmissibilidade de 1,17 a 1,5.

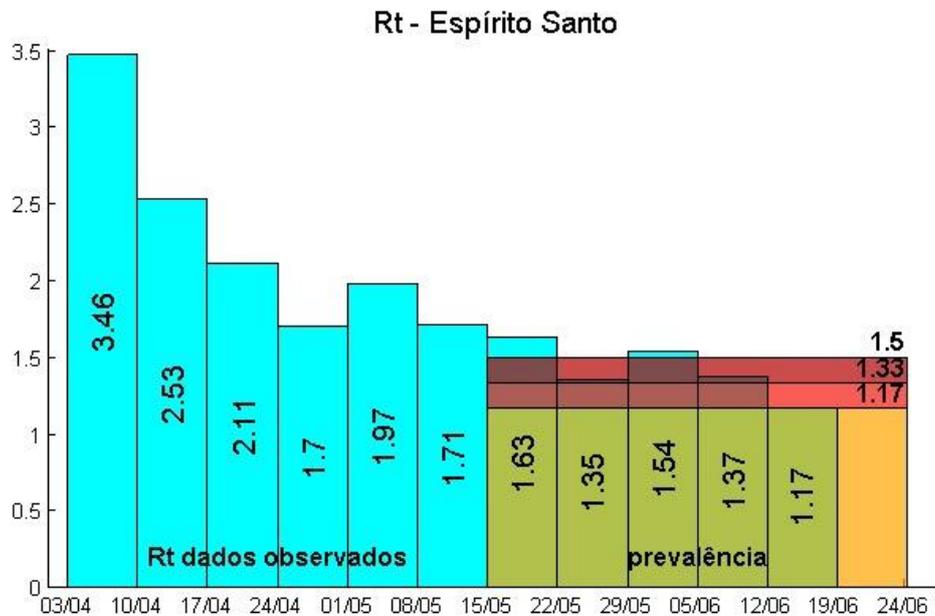


Figura 4.1 - Evolução da taxa de transmissibilidade do novo coronavírus (SARS-CoV-2) causador da COVID-19 no Estado do Espírito Santo entre abril e junho de 2020 (Fonte: comunicação pessoal em 26/06/2020 - Pesquisadores do Departamento de Matemática da UFES, integrantes do projeto Aplicação de modelos matemáticos no estudo de padrões e tendências da COVID-19 no Estado do Espírito Santo e conurbação da Grande Vitória, desenvolvido pelo Núcleo Interinstitucional de Estudos Epidemiológicos (NIEE), formado por pesquisadores da Ufes e do Instituto Jones dos Santos Neves, que, juntos, assessoram o Governo do Espírito Santo no combate ao novo coronavírus)

O coronavírus, por ser uma doença nova, não tem um RT fixo: depende de como a população está se protegendo, das medidas de isolamento social, do uso de máscaras, da adoção de medidas sérias de higiene. No começo da epidemia no Brasil, quando não se tomava nenhuma precaução, a RT era de 3,5. A RT média no ES é 1,33 hoje. Apesar de parecer uma melhora significativa, pesquisadores afirmam que uma RT acima de 1 ainda é preocupante: se uma pessoa ainda contamina pelo menos uma outra, o número de casos tende a crescer exponencialmente. Uma RT de 1,33 significa que cada grupo de dez pessoas com a COVID-19 é capaz de infectar mais de 13 pessoas. Ao passo, que se a taxa fica abaixo de 1, não há novos casos suficientes para que a epidemia continue e a curva começa a cair.

**Considerando-se** a Nota Técnica (NT) nº 04/2020 da Aplicação de modelos matemáticos no estudo de padrões e tendências da COVID-19 no Estado do Espírito Santo e em conurbação da Grande Vitória, a epidemia ainda não está controlada no ES e decisões que alterem padrões de interação entre pessoas podem alterar as informações apresentadas acima e impactar a estratégia de proteção de vidas;

**Considerando-se que a segurança e saúde das pessoas da comunidade acadêmica da UFES é o fator mais importante** neste cenário;

---

Recomendamos o retorno das atividades presenciais **APENAS após a disponibilização de uma vacina ou tratamento seguro.**

Antes disso, consideramos possível que seja realizada criteriosa avaliação para o retorno das atividades presenciais **APENAS daquelas pessoas que tenham testado positivo (IGG positivo) anteriormente e estejam curadas.** Estudo e decisão deverão estar baseados nas informações mais recentes disponíveis, uma vez que hoje não há ainda comprovação científica de que uma vez curada a pessoa não adquira novamente a doença. Para isso será necessário a realização periódica de testes na comunidade acadêmica.

---

#### **4. 2 Testes em massa da comunidade acadêmica**

Uma das medidas mais eficientes é testar o maior número possível de pessoas – incluindo as que não tem sintoma nenhum. É eficiente porque permite mapear quem está com o vírus sem apresentar sintomas – o grupo dos assintomáticos é um dos importantes disseminadores da doença. Quando o resultado for positivo, essas pessoas serão isoladas de outras e seus contatos recentes serão rastreados para que possam ser testados e também isolados.

Atualmente no mercado, existem três tipos de testes para a COVID-19, sendo eles: o teste de PCR, teste de anticorpos e teste de antígenos. Apesar de já serem utilizados para o diagnóstico de pacientes com a infecção, os testes têm uma média de 70% de acerto dos resultados.

Tipos de Exames:

- **PCR:** é a sigla para teste de reação em cadeia da polimerase (*Reverse transcription polymerase chain reaction*). Esse é o tipo mais comum e assertivo que está sendo disponibilizado em vários países. Esse modelo consiste na análise de materiais genéticos colhidos como amostras de escarro, que serão analisadas por um profissional capacitado em busca de materiais genéticos compatíveis com o do vírus. A excreção viral parece estar diminuída nos três primeiros dias de sintomas e após o 10º dia. A sensibilidade do exame é maior entre o 4º e 6º dia do início dos sintomas. Observa-se RT-PCR detectável em nasofaringe por períodos de 6 a 30 dias.

- Teste de anticorpos (teste sorológico): realizados pelos métodos ELISA (*enzyme-linked immunosorbent assay*) ou por QML (quimioluminescência), não é capaz de detectar o vírus em si. No entanto, ele vasculha algum anticorpo que o organismo produz ao entrar em contato com o vírus. Anticorpos de tipo IgA e IgM são anticorpos de fase aguda identificados ao redor do 5º dia do início dos sintomas. Anticorpos de tipo IgA parecem ser mais sensíveis que os de tipo IgM. Anticorpos de tipo IgG são identificados a partir do 10º ao 18º dia do início dos sintomas.
- Testes rápidos (método imunocromatográfico): o teste de antígenos é a maneira mais rápida e fácil de encontrar uma substância estranha no organismo humano - *resultado sai em 10-15 minutos*. No entanto, necessita de validação, pois ainda não existe um teste de antígeno confiável para COVID-19. Com isso, muitos resultados podem ser dados de modo errôneo.

Os testes mencionados acima diferem quanto ao custo e confiabilidade. Será portanto necessário uma avaliação cuidadosa por parte da gestão central quanto à possibilidade de realização dos testes.

### 4.3 Reforço no sistema de limpeza

Tendo em vista que as salas de aula são ambientes fechados, com grande número de pessoas e com realização frequente de atividades coletivas, uma rotina especial de limpeza deverá ser realizada.

- Recomenda-se a disponibilização de **sabonete líquido e/ou álcool em gel (70%)**, a fim de promover a eliminação do vírus; esses agentes químicos atuam no capsídeo tornando o vírus inviável. É fundamental estimular a correta higienização das mãos através de ações educativas, como cartazes informativos. Para a efetiva ação é necessária a instalação de dispensadores de sabonete líquido, suporte de papel toalha e lixeiras sem tampa ou com tampa por acionamento por pedal em **todos os banheiros**. Já os dispensadores de preparações alcoólicas para as mãos devem ser instalados, em quantidades adequadas, em pontos de maior circulação, tais como: corredores de acesso às salas de aula e refeitório. Se faz necessária organização de equipes de higiene para que haja a reposição desses agentes químicos de limpeza de forma adequada e de modo que não ocorra falta desses agentes.
- Estimular o uso de lenços de papel, bem como seu descarte adequado;
- Realizar a limpeza e desinfecção das superfícies das salas de aula e demais espaços de reunião de pessoas (classes, cadeiras, mesas, aparelhos, bebedouros) após o uso, ou seja a cada aula. Preconiza-se a

limpeza das superfícies, com detergente neutro, seguida de desinfecção (álcool 70% ou hipoclorito de sódio);

- Nos laboratórios de aulas práticas, a higienização das superfícies bem como dos equipamentos pode ficar a cargo dos técnicos de laboratório ao final de cada aula.
- Para as salas de aula será necessário a destinação de equipe de funcionários disponíveis durante o período das aulas para a higienização dos espaços, mesas e cadeiras após cada aula.
- Manter os ambientes arejados por ventilação natural (portas e janelas abertas). Para que esse aspecto seja atingido é necessário uma auditoria técnica infraestrutural nas instalações físicas, uma vez que muitas salas não possuem janelas, outras possuem janelas de inverno inadequadas para a efetiva circulação de ar, dentre outros aspectos.

#### **4.4 Adequações sanitárias**

Recomenda-se a substituição das torneiras dos banheiros por torneiras automáticas com sensor, assim como descargas acionadas por sensor de presença. Dessa maneira as pessoas não tocam nas torneiras e no acionamento das descargas, minimizando a contaminação por contato. Tais medidas envolvem um custo elevado, e portanto poderiam ser priorizadas pelo menos nos prédios didáticos onde há uma grande circulação de pessoas.

Como proposta alternativa sugerimos reconsiderar os custos a serem despendidos com a aquisição das máscaras para toda a comunidade acadêmica. Uma vez que certamente a este momento todos devem possuir máscaras, talvez fosse mais útil a troca das torneiras.

A seguir, um breve cálculo para contextualização do que foi citado no último parágrafo: para adquirir máscaras para 27.472 pessoas da comunidade acadêmica, dos quais 19.710 alunos de graduação (dados de matrícula 2020/1 – Prograd), 3.829 alunos de pós-graduação e 3.933 servidores (docentes e técnicos-administrativos em educação), considerando-se apenas 1 máscara por pessoa, a um custo baixo estimado de R\$3,00, teríamos uma despesa de R\$ 82.416,00. Considerando-se um custo estimado de R\$ 400,00 por torneira automática seria possível adquirir cerca de 206 torneiras, o que é mais do que suficiente para a substituição das torneiras de todos os banheiros.

#### **4.5 Regras de conduta e prevenção**

##### **O uso de máscaras**

Deverá ser obrigatório o uso de máscaras por todas as pessoas nas dependências da UFES (professores, alunos, técnicos e visitantes), que deverão estar atentos às seguintes orientações:

- A máscara deve ser trocada a cada duas horas;
- Durante as aulas os professores poderão utilizar escudos faciais ao invés da máscara de pano, caso sintam-se mais confortáveis para falar;
- Higienizar as mãos antes de retirar a máscara do rosto. Por mais que se tome todo o cuidado, pode-se contaminar as mãos com a máscara antiga, caso ela esteja contaminada. Portanto, deve-se higienizar novamente as mãos antes de colocar uma máscara nova;
- Se for uma máscara descartável, após esse procedimento, jogue fora em local apropriado. No caso de máscara caseira, guarde-a em uma sacola plástica e a mantenha longe de outros itens na bolsa. Higienize assim que for possível;
- Manuseie a máscara apenas pelos elásticos. Não toque no tecido. Isso evitará a contaminação do tecido;
- A máscara deve cobrir integralmente nariz e boca;
- A limpeza da máscara pode ser feita com água e sabão ou deixada de molho em uma solução de água sanitária. A proporção correta é: uma colher de sopa de água sanitária para cada litro de água, por 30 minutos.

### **O compartilhamento de equipamentos de apoio didático**

Os equipamentos de informática de uso coletivo (computadores, cabos, extensão, mouse, datashow) deverão ser cuidadosamente higienizados com álcool isopropílico sempre após seu manuseio. Também deverão ser higienizadas as chaves e demais itens de empréstimo.

### **O distanciamento mínimo entre as pessoas**

Deverá ser mantida distância mínima de 1,5m entre as pessoas (colegas de trabalho ou estudantes). Para facilitar, deverão ser feitas marcações indicativas no chão dos espaços das salas de aula, laboratórios, secretarias, cantinas, etc.

### **Secretarias e espaços de atendimento ao público**

Os espaços de atendimento ao público devem adotar barreiras adicionais (anteparos de acrílico ou guichês de vidro). Os funcionários do setor deverão adotar a prática de higienização com álcool 70% nas superfícies de trabalho e nos equipamentos antes de seu uso. Deverão utilizar álcool isopropílico para a higiene no caso dos equipamentos de informática.

## **O tempo de permanência das pessoas no Campus**

Evidências apontam que a contaminação pelo novo coronavírus (Sars-CoV-2) não depende apenas do distanciamento social ou de medidas de higiene, mas também do tempo de exposição ao vírus estar diretamente ligado à infecção. Quanto mais tempo uma pessoa permanecer em ambiente contaminado (exposta às partículas virais), maiores são as chances de contrair a COVID-19. O vírus pode ficar no ambiente não apenas com espirros e tosses, mas também com a fala e a respiração. Se uma pessoa infectada liberar certa carga viral durante conversas ou respiração em ambiente fechado, poderá contaminar os outros. Portanto, recomenda-se que o tempo de duração dos encontros presenciais, sejam eles de quaisquer natureza (aulas ou reuniões) sejam reduzidos. Que as aulas que tradicionalmente eram realizadas com 2h de duração passem para 1h, e assim por diante.

### **4.6 Campanha educativa - Divulgação Científica**

A grave situação de crise de saúde pública enfrentada com a pandemia de COVID-19 torna ainda mais imediata a necessidade de levar a ciência a quem não a conhece. Por ser uma doença nova e não possuir muitas informações a respeito de vacinas, testes 100% eficazes e cura, a melhor maneira de não contrair a doença é a prevenção. Em situações como essa, o conhecimento tem importância estratégica nas estruturas política, econômica e cultural vigentes e recoloca, em um novo patamar, a relação entre ciência, poder e sociedade. Afinal, nesse momento em que o país passa por um quadro crítico de pandemia, pessoas mais bem informadas e conscientes da sua realidade estarão mais protegidas das contaminações e de potencial risco de morte.

Dessa maneira, justifica-se a indicação de uma ampla campanha de informação para toda a comunidade acadêmica, por meio de cartazes a serem afixados nos diversos ambientes da Universidade. Os cartazes devem informar orientações sobre as formas de contágio, de higienização, etiqueta respiratória e distanciamento social, bem como o limite autorizado de pessoas e regras de conduta específicas para aqueles ambientes (salas de aula, laboratórios de aula prática, laboratórios de pesquisa, biblioteca, espaços de convivência).

#### A) Formas de contágio:

##### Transmissão Direta

- Contato direto pessoa a pessoa;
- Durante a fala, as gotículas podem chegar até um metro de distância;

- No espirro, as gotículas podem chegar até 02 metros;
- O tempo entre o contato com o vírus e o aparecimento de sintomas varia de 02 a 14 dias e nesse período as pessoas transmitem a doença, mesmo que não apresentem sintomas.

#### Transmissão Indireta

- Contato com superfície contaminada;
- Quando a pessoa tosse cobrindo a boca com as mãos, ou passa as mãos na boca, gotículas ficam nas mãos e passam para objetos e superfícies quando o doente os toca com as mãos sujas;
- As gotículas podem ficar viáveis (capazes de infectar) nestas superfícies ou objetos de algumas horas a vários dias;
- Nesse período, qualquer pessoa que tenha contato irá se contaminar com o vírus, mesmo que o doente já não esteja mais ali.

#### B) Regras de conduta e prevenção:

- Lave as mãos com água e sabão;
- Mantenha distância de 1,5m do seu colega;
- Utilize máscaras de proteção;
- Utilize a parte interna do cotovelo para cobrir a boca ao tossir e espirrar;
- Evite levar as mãos aos olhos, nariz e boca;
- Higienize com álcool 70% os equipamentos antes de seu uso;
- Higienize com álcool isopropílico os equipamentos de informática antes de seu manuseio;
- Higienize sempre os aparelhos celulares, fones de ouvido e equipamentos de uso pessoal;
- Estimular o uso de recipientes individuais para o consumo de água, evitando o contato direto da boca com as torneiras dos bebedouros;
- Devem permanecer em isolamento social total pessoas com quadro suspeito ou confirmado de COVID-19 que não possuem indicação de internação hospitalar; pessoas com quadro suspeito ou confirmado após a alta hospitalar que ainda estejam dentro do período de transmissão; as pessoas que residem na mesma casa de pessoas contaminadas.



Figura 4.2: Exemplo de cartaz de divulgação a ser desenvolvido e afixado nos locais de circulação de pessoas. Importante será sempre destacar nos cartazes o número máximo recomendado de pessoas naqueles espaços.

### C) Recomendações de Higienização:

#### - **Álcool etílico 70%**

Álcool 70% é o recomendado para desinfetar as mãos, embora a lavagem com água e sabão, quando oportuno, é o mais indicado.

O álcool é um microbicida com características anti-séptica e desinfetante. Porém, sua atividade antimicrobiana está condicionada à sua concentração em peso ou em volume, em relação à água. Na concentração de 70%, o produto tem a quantidade exata de água para facilitar a entrada do álcool no interior do microorganismo, seja bactéria, fungo ou vírus. Isso porque a água, além de impedir a desidratação da parede celular externa do microorganismo, retarda a evaporação do álcool permitindo maior tempo de contato para que haja a penetração do álcool e destruição da proteína de envelopamento que o envolve, resultando na sua destruição. Os álcoois com concentração superior a 70%, sem a água ou com água em baixas proporções, desidratam o microorganismo sem matá-lo. É o caso, por exemplo, dos concentrados em 99,6% (absoluto) ou o 92,8%, utilizados como composição em fórmulas cosméticas ou solvente de outros produtos. São ineficazes no combate ao Coronavírus porque evaporam com extrema rapidez. Por sua vez, os álcoois com concentração inferior a 70% também são ineficazes porque

não têm poder de eliminar microorganismos, como o Coronavírus. Servem apenas para limpeza em geral, eliminando a sujeira como pó e poeira.

A fórmula em gel tem duas características que a qualificam como mais indicadas para a higienização das mãos. A primeira é pela segurança, no caso de um acidente, por não espalhar rápido como o líquido, evitando assim o risco de incêndio. A segunda é por ter um item hidratante na sua composição, ajudando a prevenir o ressecamento da pele.

### **- Álcool isopropílico**

Os telefones, celulares, notebooks, mouses e teclados são excelentes criadouros de germes e bactérias causadoras de outras patologias, além das virais, como é a COVID-19. Portanto, é fundamental a atenção aos cuidados de higienização dos equipamentos eletrônicos. O álcool etílico (etanol) 70% não é a melhor opção, pois o álcool evapora rapidamente, mas restará ainda 30% de água, o que pode danificar os aparelhos. O álcool isopropílico (também conhecido como isopropanol) é o principal agente de limpeza para dispositivos eletrônicos, pois apresenta rápida volatilidade e a remoção de sujidades gordurosas, comuns nos equipamentos.

### **- Hipoclorito de sódio (água sanitária)**

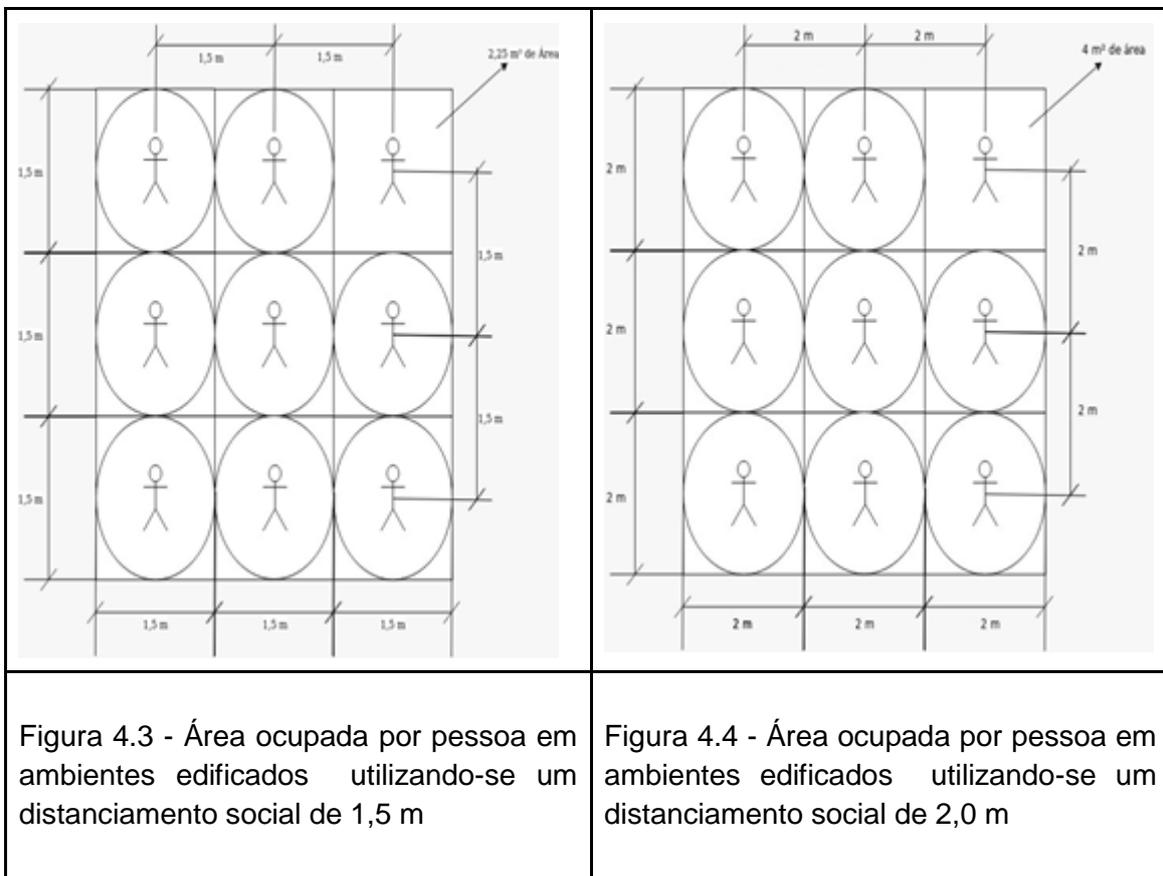
A solução de água sanitária pode ser preparada facilmente:

- Uma parte de água sanitária;
- Nove partes de água;
- Misture ambas as partes;
- Coloque em um borrifador para melhor manuseio.

## **4.7 Capacidade de ocupação dos espaços físicos**

Foi realizada uma avaliação preliminar da capacidade do número de pessoas no espaço físico edificado do CCHN (Tabelas 4.1 a 4.10) utilizando as recomendações de distanciamento social sugeridas pelo Plano de Biossegurança UFES (2020), que recomenda um distanciamento social de 1,5 m (Figura 4.3) e sugestão da Comissão do CCHN, baseada em trabalhos científicos, que recomenda distanciamento social de 2 m (Figura 4.4). Para a realização dos cálculos foram utilizadas as plantas das edificações do CCHN cedidas pela Prefeitura do Campus de Goiabeiras.

Dentre os estudos avaliados pela Comissão destacam-se o intitulado Reducing transmission of SARS-CoV-2 publicado na revista Science no mês de maio, que questiona a eficiência do distanciamento de 2 m, enfatizando que essa distância não evita a transmissão por aerossóis que podem se acumular no ar. Por causa desse aspecto mencionado na pesquisa a OMS passou a ressaltar a importância do uso de máscaras. Posteriormente, um estudo canadense baseado no levantamento e avaliação de 172 pesquisas sobre COVID-19 concluiu que a distância mínima de 2 m seria uma distância “mais eficaz”. O estudo vai além, e reforça uso de máscaras, apontando que as mesmas quintuplicam a proteção contra o vírus. A pesquisa também recomenda a proteção facial, que reduziria em até três vezes a possibilidade de transmissão do vírus.



Elaboração das figuras: Daniel Campos Pompermayer - Coordenação de Projetos e Orçamentos da Superintendência de Infraestrutura.

Tabela 4.1 - Estimativa da capacidade do número de pessoas nas instalações do prédio Laboratório de Ecologia (Oceanografia) conforme distanciamento social sugerido

**Edificação: Laboratório de Ecologia**

<b>Instalações</b>	<b>Área Total (m<sup>2</sup>)</b>	<b>Capacidade para Pessoas*</b>	<b>Capacidade para Pessoas **</b>
Laboratórios de Pesquisas 1	17,68	7	4
Laboratórios de Pesquisas 2	17,94	7	4
Planejamentos Técnicos Ambientais	17,81	7	4
Laboratórios de Zooplâncton	17,94	7	4
Laboratórios de Liminologia	18,07	8	4
Laboratórios de Ecologia Bêntica	18,20	8	4
Laboratórios de Ictiologia	17,94	7	4
Laboratórios de Pesquisas 3	19,55	8	4
Apoio	11,44	5	2
Aulas Práticas e Audiovisuais	36,40	16	9
Laboratório de Pesquisa 4	42,54	18	10
Liminologia	8,05	3	2

Laboratório de Extensão	7,90	3	1
Banheiro Masculino	12,94	5	3
Banheiro Feminino	12,94	5	3
Copa	3,30	1	1
Varanda	19,78	8	4
Escritório Pós-Graduação	20,18	8	4
<b>Total de Instalações Avaliadas</b>	18		

\*Conforme Plano de Biossegurança – 1,5 m de distância entre as pessoas

\*\*Conforme Sugestão da Comissão CCHN – 2 m de distância entre as pessoas

Tabela 4.2 - Estimativa da capacidade do número de pessoas nas instalações do prédio Bernadete Lyra conforme distanciamento social sugerido

<b>Edificação: Bernadete Lyra – 1º Pavimento</b>			
<b>Instalações</b>	<b>Área Total (m<sup>2</sup>)</b>	<b>Capacidade para Pessoas*</b>	<b>Capacidade para Pessoas **</b>
Sala de Aula	34,22	15	8
Sala de Aula	12,90	5	3

Sala de Aula	22,52	10	5
Sala de Aula	34,22	15	8
Depósito	12,25	5	3
Sanitário 1	7,80	3	1
Sanitário 2	7,80	3	1
Secretária	10,97	4	2
Secretária	10,97	4	2
<b>Edificação: Bernadete Lyra – 2º Pavimento</b>			
<b>Instalações</b>	<b>Área Total (m<sup>2</sup>)</b>	<b>Capacidade para Pessoas*</b>	<b>Capacidade para Pessoas **</b>
Sala de Aula	34,22	15	8
Sala de Aula	16,67	7	4
Secretária	22,52	1	1
Secretária	10,97	4	2
Copa	2,88	1	1
Depósito	12,25	5	3
Sanitário 1	7,80	3	1
Sanitário 2	7,80	3	1

Núcleo de Estudo e Pesquisa Literária	12,90	5	3
Biblioteca 1	34,22	15	8
Biblioteca 2	12,90	5	3
<b>Total de Instalações Avaliadas</b>	20		

\*Conforme Plano de Biossegurança – 1,5 m de distância entre as pessoas

\*\*Conforme Sugestão da Comissão CCHN – 2 m de distância entre as pessoas

Tabela 4.3 - Estimativa da capacidade do número de pessoas nas instalações do prédio Biologia Animal conforme distanciamento social sugerido

<b>Edificação: Biologia Animal – 1º Pavimento</b>			
<b>Instalações</b>	<b>Área Total (m<sup>2</sup>)</b>	<b>Capacidade para Pessoas*</b>	<b>Capacidade para Pessoas **</b>
Laboratório Biologia Molecular Humana 1	36,58	16	9
Laboratório Biologia Molecular Humana 2	36,58	16	9
Laboratório Biologia de Citogenética Humana	8,94	3	2

Laboratório Microscopia	8,94	3	2
Laboratório de Genética Vegetal	27,93	5	3
Laboratório de Mutagênese	27,93	3	1
Laboratório de Informática PPGBAN	8,94	3	1
Secretária	8,94	3	2
Sala de Cultura	10,97	4	2
Depósito	2,50	1	1
Sanitário 1	8,94	3	2
Sanitário 2	8,94	3	2
Atendimento 1	8,94	3	2
Atendimento 2	8,94	3	2
Esterilização	8,94	3	2
Sala de Alunos PPGBAN	8,94	3	2
Mini Auditório	48,26	21	12
<b>Edificação: Biologia Animal – 2º Pavimento</b>			

<b>Instalações</b>	<b>Área Total (m<sup>2</sup>)</b>	<b>Capacidade para Pessoas*</b>	<b>Capacidade para Pessoas **</b>
Laboratório Carcinologia	24,54	10	6
Laboratório Fisiologia Animal	24,54	10	6
Laboratório 05	27,95	12	6
Laboratório Biologia e conservação Vertebrados	27,93	12	6
Laboratório Insetos	27,93	12	6
Laboratório Entomologia	27,93	12	6
Apoio Coleção Científica	8,94	3	2
Coleção Científica Informática	73,12	32	18
Sanitário 1	4,29	1	1
Sanitário 2	4,29	1	1
<b>Edificação: Biologia Animal – 3º Pavimento</b>			
NGACB1	36,83	16	9
NGACB2	36,85	16	9

Laboratório Análise Sequências	8,94	3	2
Laboratório Morcegos	27,93	12	6
Laboratório Sistemática Vertebrados	27,93	12	6
Laboratório Genética Animal	27,93	12	6
Laboratório Mastozoologia	27,94	12	6
Laboratório Microscopia Fluorescência	8,94	3	2
Laboratório Microscopia Eletrônica	27,67	12	6
Sala de Aula PPGBAN	27,69	12	
Sanitário 1	4,29	1	1
Sanitário 2	4,29	1	1
Coleção de Tecidos	8,93	3	2

<b>Total de Instalações Avaliadas</b>	40
---------------------------------------	----

\*Conforme Plano de Biossegurança – 1,5 m de distância entre as pessoas

\*\*Conforme Sugestão da Comissão CCHN – 2 m de distância entre as pessoas

Tabela 4.4 - Estimativa da capacidade do número de pessoas nas instalações do prédio Botânica conforme distanciamento social sugerido

<b>Edificação: Botânica – 1º Pavimento</b>			
<b>Instalações</b>	<b>Área Total (m<sup>2</sup>)</b>	<b>Capacidade para Pessoas*</b>	<b>Capacidade para Pessoas **</b>
Laboratório Prof. Geraldo	35,01	15	8
Laboratório Prof <sup>a</sup> Camila	40,50	17	10
Laboratório Prof <sup>a</sup> Valéria	40,23	17	10
Laboratório Prof <sup>a</sup> Diolina	34,96	15	8
<b>Laboratório de Aulas Prática 1</b>	<b>67,25</b>	<b>29</b>	<b>16</b>
<b>Laboratório de Aulas Prática 2</b>	<b>67,25</b>	<b>29</b>	<b>16</b>
UltraFreezer	8,29	3	2
Câmara Escura	5,39	2	1

Câmara Fria	11,25	5	2
Sala Frutos	4,50	2	1
Sala Multiuso	17,55	7	4
Sala de Lavagem	11,25	5	2
<b>Sala de Aula Prática 3</b>	<b>35,09</b>	<b>15</b>	<b>8</b>
Sanitário 1	3,00	1	1
Sanitário 2	3,00	1	1
<b>Edificação: Botânica – 2º Pavimento</b>			
<b>Instalações</b>	<b>Área Total (m<sup>2</sup>)</b>	<b>Capacidade para Pessoas*</b>	<b>Capacidade para Pessoas **</b>
Laboratório Prof <sup>a</sup> Luciana	35,01	15	8
Laboratório Prof <sup>a</sup> Viviana	26,80	11	6
Secretária 1	14,54	6	3
Secretária 2	14,54	6	3
Secretária PPGBV	11,25	5	2
Laboratório Prof <sup>a</sup> Idalina	23,18	1	1

Sala de material de Campo/Botânica	11,31	5	2
Sala Alunos PPGBV	11,25	5	2
Sala de Alunos	11,25	5	2
Sala Apoio Herbário	80,85		
Herbário	139,03		
Sanitário 1	3,00	1	1
Sanitário 2	3,00	1	1
Sanitário Adaptado	4,50	1	1
Malacologia	34,90	15	8
<b>Total de Instalações Avaliadas</b>		30	

\*Conforme Plano de Biossegurança – 1,5 m de distância entre as pessoas

\*\*Conforme Sugestão da Comissão CCHN – 2 m de distância entre as pessoas

Tabela 4.5 - Estimativa da capacidade do número de pessoas nas instalações do prédio IC2 conforme distanciamento social sugerido

<b>Edificação: IC2– 1º Pavimento</b>			
<b>Instalações</b>	<b>Área Total (m<sup>2</sup>)</b>	<b>Capacidade para Pessoas*</b>	<b>Capacidade para Pessoas **</b>
Sala de Aula	41,67	18	10
Sala de Aula	41,36	18	10
Sala de Aula	62,48	27	15
Sala de Aula	62,48	27	15
Sala de Aula	62,48	27	15
Sala de Aula	62,48	27	15
Sala de Aula	62,48	27	15
Sala de Aula	62,48	27	15
Sala de Aula	41,36	18	10
Sanitário 1	13,88	6	3
Sanitário 2	13,88	6	3
Sanitário 3	9,66	4	2
Sanitário 4	9,66	4	2
Secretária -SIC	73,11	32	18
Secretária – SID	72,31	32	18
C.A 1	20,24	8	5
C.A 2	20,24	8	5

C.A 3	25,49	11	6
Auditório	146,31		
Audiovisual	20,56		
<b>Edificação: IC2 – 2º Pavimento</b>			
<b>Instalações</b>	<b>Área Total (m<sup>2</sup>)</b>	<b>Capacidade para Pessoas*</b>	<b>Capacidade para Pessoas **</b>
Sala de Aula	62,48	27	15
Sala de Aula	62,48	27	15
Sala de Aula	62,48	27	15
Sala de Aula	62,48	27	15
Sanitário 1	13,88	6	3
Sanitário 2	13,88	6	3
Sanitário 3	9,66	4	2
Sanitário 4	9,66	4	2
Laboratório de Geomática (SIG)	61,82	27	15
Sala de Cartográfica	83,60	37	20
Laboratório de Geografia Física I	41,14	18	10

Laboratório de Geografia Física II	63,01	28	15
Laboratório de Cartografia	25,58	11	6
Laboratório GR2D	25,58	11	6
Laboratório de Geografia Humana	41,36	18	10
LAMOSA	62,48	27	15
Museu de Rochas e Minerais	83,60	37	20
Núcleo de Estudos	41,36	18	15
<b>Total de Instalações Avaliadas</b>	38		

\*Conforme Plano de Biossegurança – 1,5 m de distância entre as pessoas

\*\*Conforme Sugestão da Comissão CCHN – 2 m de distância entre as pessoas

Tabela 4.6 - Estimativa da capacidade do número de pessoas nas instalações do prédio IC3 conforme distanciamento social sugerido

<b>Edificação: IC3– 1º Pavimento</b>			
<b>Instalações</b>	<b>Área Total (m<sup>2</sup>)</b>	<b>Capacidade para Pessoas*</b>	<b>Capacidade para Pessoas **</b>

Sala de Aula	62,82	27	15
Sala de Aula	62,48	27	15
Sala de Aula	62,48	27	15
Sala de Aula	62,48	27	15
Sala de Aula	62,48	27	15
Sala de Aula	62,48	27	15
Sala de Aula	62,48	27	15
Sala de Aula	62,48	27	15
Sala de Aula	62,48	27	15
Sanitário 1	13,88	6	3
Sanitário 2	13,88	6	3
Sanitário 3	9,66	4	2
Sanitário 4	9,66	4	2
Sala de Núcleo de Extensão e Comissão de Cultura do CCHN	25,58	11	6
LIEG	146,30	65	36
C.A 1	20,24	8	5
Laboratório de Informática Letras	62,82	27	15

<b>Edificação: IC3 – 2º Pavimento</b>			
<b>Instalações</b>	<b>Área Total (m<sup>2</sup>)</b>	<b>Capacidade para Pessoas*</b>	<b>Capacidade para Pessoas **</b>
Sala de Aula	62,82	27	15
Sala de Aula	62,48	27	15
Sala de Aula	62,48	27	15
Sala de Aula	62,48	27	15
Sala de Aula	62,48	27	15
Sala de Aula	62,48	27	15
Sala de Aula	62,48	27	15
Sala de Aula	62,48	27	15
Sala de Aula	62,48	27	15
Sala de Aula	62,82	27	15
Sala de Aula	41,36	18	10
Sanitário 1	13,88	6	3
Sanitário 2	13,88	6	3
Sanitário 3	9,66	4	2
Sanitário 4	9,66	4	2
C.A	62,82	27	15
Laboratório	25,58	11	6

Laboratório	25,58	11	6
Arquivo	40,70	18	10
Sala de reunião	32,25	14	8
<b>Total de Instalações Avaliadas</b>	35		

\*Conforme Plano de Biossegurança – 1,5 m de distância entre as pessoas

\*\*Conforme Sugestão da Comissão CCHN – 2 m de distância entre as pessoas

Tabela 4.7 - Estimativa da capacidade do número de pessoas nas instalações do prédio CEMUNI VI conforme distanciamento social sugerido

<b>Edificação: CEMUNI VI</b>			
<b>Instalações</b>	<b>Área Total (m<sup>2</sup>)</b>	<b>Capacidade para Pessoas*</b>	<b>Capacidade para Pessoas **</b>
Sala de Aula	64,25	28	16
Sala de Aula	47,92	21	11
Sala de Aula	29,25	13	7
Auditório Interno/Sala de Aula	60,26	26	15
Auditório Externo/Sala de Aula	60,26	26	15

Laboratórios de Imagens e Subjetividades	12,82	5	3
Laboratórios de Análise Experimental do Comportamento	68,88	30	17
Rede de Estudos e Pesquisa em Psicologia	33,78	15	8
Sanitário 1	9,79	4	2
Sanitário 2	14,52	6	3
Sanitário 3	3,53	1	1
Sanitário 4	7,90	3	1
Cozinha 1	3,61	1	1
Cozinha 2	7,19	3	1
Sala de Estagiários do Núcleo de Psicologia Aplicada	7,96	3	1
<b>Total de Instalações Avaliadas</b>		15	

\*Conforme Plano de Biossegurança – 1,5 m de distância entre as pessoas

\*\*Conforme Sugestão da Comissão CCHN – 2 m de distância entre as pessoas

Tabela 4.8 - Estimativa da capacidade do número de pessoas nas instalações do prédio Pós Graduação em Psicologia conforme distanciamento social sugerido

<b>Edificação: Pós Graduação em Psicologia– 1º Pavimento</b>			
<b>Instalações</b>	<b>Área Total (m<sup>2</sup>)</b>	<b>Capacidade para Pessoas*</b>	<b>Capacidade para Pessoas **</b>
Sala de Reuniões	18,68	8	4
Secretária	18,68	8	4
Copa	7,20	3	1
Coordenação PPGP	14,64	6	3
Seminário 01	21,39	9	5
Seminário 02	21,41	9	5
Pesquisa 01	15,36	6	3
Pesquisa 02	15,36	6	3
Sanitário 1	20,41	9	5
Sanitário 2	22,26	9	5
Sanitário 3	2,80	1	1
Mini Auditório	31, 62	14	7
<b>Edificação: Pós Graduação em Psicologia– 2º Pavimento</b>			

<b>Instalações</b>	<b>Área Total (m<sup>2</sup>)</b>	<b>Capacidade para Pessoas*</b>	<b>Capacidade para Pessoas **</b>
Sala Letras	30,04	13	7
Sala de Aula	15,48	6	3
Sala de Aula	30,04	13	7
VAMP	26,50	11	6
Sanitário 1	2,80	1	1
Lapisim	22,26	9	5
Leppso	26,50	27	15
Laboratório de Fenomenologia	26,53	11	6
Núcleo de Pesquisa	26,53	11	6
<b>Total de Instalações Avaliadas</b>		21	

\*Conforme Plano de Biossegurança – 1,5 m de distância entre as pessoas

\*\*Conforme Sugestão da Comissão CCHN – 2 m de distância entre as pessoas

Tabela 4.9 - Estimativa da capacidade do número de pessoas nas instalações do prédio Pós Graduação Módulo I conforme distanciamento social sugerido

**Edificação: Pós Graduação Módulo I– 1º Pavimento**

<b>Instalações</b>	<b>Área Total (m<sup>2</sup>)</b>	<b>Capacidade para Pessoas*</b>	<b>Capacidade para Pessoas **</b>
Sala Administrativa	16,24	7	4
Sala Administrativa	16,24	7	4
Sala Administrativa	16,24	7	4
Sala de Aula	32,49	14	8
Sala de Aula	32,49	14	8
Secretária 1	61,06	27	15
Secretária 2	16,24	7	4
Secretária 3	16,24	7	4
Sanitário 1	2,55	1	1
Sanitário 2	2,55	1	1
Sanitário 3	6,78	3	1
Sanitário 4	9,40	4	2
Laboratório	16,24	7	4
Laboratório	16,24	7	4
Laboratório	16,24	7	4

Laboratório	16,24	7	4
Sala de Estudo	16,24	7	4
Sala de Reuniões	19,66	8	4
Coordenação PPGHIS	16,24	7	4
<b>Edificação: Pós Graduação Módulo I – 2º Pavimento</b>			
<b>Instalações</b>	<b>Área Total (m<sup>2</sup>)</b>	<b>Capacidade para Pessoas*</b>	<b>Capacidade para Pessoas **</b>
Sala de Estudos	16,24	7	4
Sala de Estudos	16,24	7	4
Sala de Estudos	16,24	7	4
Sala de Estudo	16,24	7	4
Sala de Aula	32,49	14	8
Sala de Aula	32,49	14	8
Sala de Aula	61,06	27	15
Secretária	16,24	7	4
Sanitário 1	2,55	1	1
Sanitário 2	2,55	1	1
Sanitário 3	6,78	3	1

Sanitário 4	9,40	4	2
Laboratório	16,24	7	4
Laboratório	16,24	7	4
Cozinha	19,66	8	4
Coordenação	16,24	7	4
Coordenação	16,24	7	4
<b>Edificação: Pós Graduação Módulo I – 3º Pavimento</b>			
<b>Instalações</b>	<b>Área Total (m<sup>2</sup>)</b>	<b>Capacidade para Pessoas*</b>	<b>Capacidade para Pessoas **</b>
Sala Administrativa	16,24	7	4
Sala Administrativa	16,24	7	4
Sala Administrativa	16,24	7	4
NAFRI CAB	16,24	7	4
Sala de Aula	32,49	14	8
Sala de Aula	32,49	14	8
Sala de Aula	61,06	27	15
Sanitário 1	2,55	1	1

Sanitário 2	2,55	1	1
Sanitário 3	6,78	3	1
Sanitário 4	9,40	4	2
Sala de Reunião	16,24	7	4
Sala de Reunião	16,24	7	4
Sala de Reunião	19,66	8	4
Núcleo de Estudo	16,24	7	4
Sala de Estudos	16,24	7	4
<b>Total de Instalações Avaliadas</b>	52		

\*Conforme Plano de Biossegurança – 1,5 m de distância entre as pessoas

\*\*Conforme Sugestão da Comissão CCHN – 2 m de distância entre as pessoas

Tabela 4.10 - Estimativa da capacidade do número de pessoas nas instalações do prédio Pós Graduação Módulo II conforme distanciamento social sugerido

<b>Edificação: Pós Graduação Módulo II – 1º Pavimento</b>			
<b>Instalações</b>	<b>Área Total (m<sup>2</sup>)</b>	<b>Capacidade para Pessoas*</b>	<b>Capacidade para Pessoas **</b>
Sala de Aula	50,44	22	12
Sala de Aula	50,44	22	12

Sala de Aula	50,44	22	12
Sala de Aula	50,44	22	12
Sala de Aula	32,40	14	8
Sala de Aula	32,40	14	8
Sala de Aula	40,36	17	10
Sala de Reuniões	19,86	8	4
Sanitário 1	2,55	1	1
Sanitário 2	2,55	1	1
Sanitário 3	8,78	3	2
Sanitário 4	9,40	4	2
<b>Edificação: Pós Graduação Módulo II – 2º Pavimento</b>			
<b>Instalações</b>	<b>Área Total (m<sup>2</sup>)</b>	<b>Capacidade para Pessoas*</b>	<b>Capacidade para Pessoas **</b>
Sala de Aula	50,44	22	12
Sala de Aula	50,44	22	12
Sala de Aula	50,44	22	12
Sala de Aula	50,44	22	12
Sala de Aula	32,40	14	8
Sala de Aula	32,40	14	8

Sala de Aula	40,36	17	10
Sala de Reuniões	19,86	8	4
Sanitário 1	2,55	1	1
Sanitário 2	2,55	1	1
Sanitário 3	8,78	3	2
Sanitário 4	9,40	4	2
<b>Edificação: Pós Graduação Módulo II – 3º Pavimento</b>			
Sala de Aula	50,44	22	12
Sala de Aula	50,44	22	12
Sala de Aula	50,44	22	12
Sala de Aula	50,44	22	12
Sala de Aula	32,40	14	8
Sala de Aula	32,40	14	8
Sala de Aula	40,36	17	10
Sala de Reuniões	19,86	8	4
Sanitário 1	2,55	1	1
Sanitário 2	2,55	1	1
Sanitário 3	8,78	3	2

Sanitário 4	9,40	4	2
<b>Total de Instalações Avaliadas</b>	36		

\*Conforme Plano de Biossegurança – 1,5m de distância entre as pessoas

\*\*Conforme Sugestão da Comissão CCHN – 2m de distância entre as pessoas

Pode-se perceber que com o uso do distanciamento de 1,5m muitas das salas de aula permaneciam com grande número de estudantes e em alguns laboratórios essa recomendação de 1,5m fez com que excedesse o número habitual de usuários nessas instalações. Além dos estudos já supracitados, os aspectos mencionados também foram motivadores para que a Comissão recomendasse 2m de distanciamento social.

É importante ainda destacar que os cálculos estão baseados na área total dos espaços e não na área útil real de ocupação das pessoas. As salas de aula possuem naturalmente espaços internos livres, ocupados somente por carteiras, sendo necessário estabelecer e descontar o espaço de circulação do professor. As demais instalações, como os laboratórios, museus e secretarias, possuem o espaço ocupado por bancadas, equipamentos, rotinas, e procedimentos internos únicos, o que gera uma maior ocupação/utilização de área útil restando pequenos espaços para circulação. Ainda são espaços que necessitam de processo de limpeza diferenciado e muitas vezes mais complexo. Portanto, o número de pessoas recomendado em cada um desses ambientes deverá ser recalculado posteriormente com base em informações reais obtidas em visitas aos locais.

Por tudo isso, até mesmo o distanciamento social de 2m sugerido pela Comissão deverá ser reavaliado criteriosamente, considerando o uso local e seu espaço real de circulação de pessoas, para a efetiva redução da disseminação viral nesses locais. Para esses é recomendável um valor de distanciamento social específico, definido pelas instâncias responsáveis, coordenadores e usuários do espaço.

#### **4.8. Adequações da estrutura física das salas de aula**

As salas de aula e demais espaços de reunião de pessoas, além do distanciamento mínimo previsto no item anterior, deverão garantir adequadas condições de ventilação natural de modo a evitar a recirculação de partículas

infecciosas. Este estudo detalhado deverá ser realizado em momento posterior, com visita a todos os espaços (Figura 4.5).

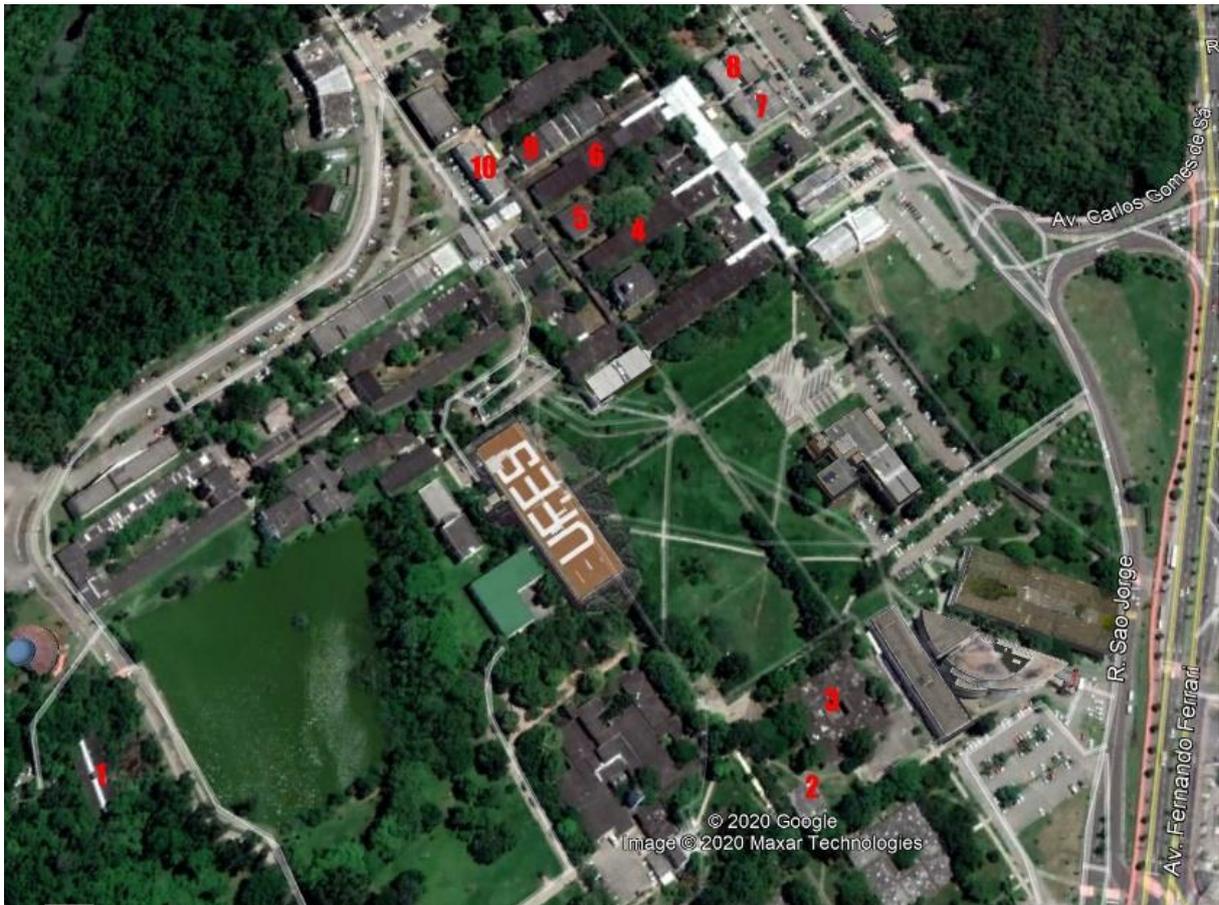


Figura 4.5-: Localização das Edificações avaliadas no Campus de Goiabeira -UFES

1- Laboratório de Ecologia (Oceanografia), 2- Pós Graduação em Psicologia, 3- CEMUNI VI, 4- IC2, 5- Bernadete Lyra, 6- IC3I, 7- Pós Graduação Módulo 1, 8- Pós Graduação Módulo 2, 9- Botânica, 10- Biologia Animal

#### 4.9. Monitoramento de casos suspeitos e contaminações

É necessário que seja criado um canal integrado de comunicação por meio do qual as pessoas possam comunicar os casos suspeitos e os casos em que as pessoas tenham tido algum caso confirmado na família ou próximo. Nestes casos, o setor responsável deverá notificar o setor de trabalho ou Departamento e professores das disciplinas em que o aluno esteja matriculado para que sejam realizados testes em todas as pessoas. Assim será possível identificar possíveis contaminados antes mesmo que apresentem sintomas, bem como a identificação dos assintomáticos. Detectar pessoas doentes e monitorar quem interagiu com elas pode reduzir o ritmo de novos casos

Uma possível proposta poderia ser a criação de um aplicativo com leitor de QR Code (código de barras bidimensional facilmente escaneado) para identificação

dos alunos por meio do aparelho de celular gerando uma informação georreferenciada. Imagens de QR Code poderiam estar fixadas nas salas de aula e outros ambientes de uso coletivo, e os estudantes ou outros usuários o escaneariam sempre que presentes em tais espaços.

As informações do monitoramento da circulação de pessoas no Campus poderão ser acessados em caso de notificação da contaminação e assim descobrir com quem interagiu recentemente. De posse dessa informação seria possível monitorar o grupo de pessoas que tiveram contato com o indivíduo contaminado por período mais prolongado de tempo, o que gera maior risco de contaminação. Tal rastreamento poderia retirar de circulação indivíduos contaminados antes que infectem mais pessoas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

Tais diretrizes visam estabelecer o plano do CCHN de retorno das atividades presenciais de acordo com suas especificidades e de seus departamentos e colegiados.

Ressaltamos, mais uma vez, que as considerações e recomendações apresentadas foram elaboradas a partir da escuta dos técnicos, discentes e dos docentes das Câmaras Departamentais, dos Colegiados de Curso de Graduação e Pós-Graduação.

A título de conclusão, seguem algumas indicações concernentes à execução e controle dos Planos de Contingência e Biossegurança, inferidas a partir dessa consulta à comunidade acadêmica do CCHN.

### **ENSINO REMOTO EMERGENCIAL**

**a) Superintendência de Tecnologia da Informação:** Para além das capacitações para que a Comunidade Acadêmica utilize de forma correta os recursos do ERE, a instituição de qualquer modalidade de ensino remoto dependerá de a Superintendência de Tecnologia de Informação ter um contato efetivo com os professores, técnicos e alunos, de forma a compreender as demandas e estabelecer projetos específicos para o uso de plataformas virtuais (realização de videoaulas, webnários, grupos de pesquisa, orientações, palestras etc), facilitar a interação entre discentes, docentes e as instâncias acadêmico-administrativas (colegiados, secretarias, pró-reitorias etc).

**b) Avaliação periódica:** No caso da UFES instituir algum modelo de ERE, é preciso garantir o estabelecimento de instâncias para que a comunidade avalie periodicamente a qualidade do ensino realizado sob essa modalidade, a fim de contemplar os avanços e limites do mesmo na formação dos alunos, no exercício da docência, bem como as dificuldades materiais, sociais, familiares e psíquicos envolvidos no processo.

## **BIOSSEGURANÇA**

**a) Condições específicas vivenciadas pelos cursos e departamentos quanto às salas de aula, laboratórios, núcleos e outros espaços onde funcionam instâncias administrativas:** Para o caso do retorno escalonado, faz-se necessário o estabelecimento de uma ou várias equipes especializadas dentro da universidade cuja função seja a de visitar as salas de aula, laboratórios, auditórios, salas de atendimento, salas de atividades de grupo, etc., a fim de levantar e garantir as necessidades de adequação das mesmas conforme às orientações do Plano de Biossegurança, especificar as diferenças entre os EPIs de cada setor, bem como servir de referência para possíveis demandas relativas às normas de Biossegurança.

**b) Higienização dos ambientes:** É fundamental que se estabeleça inequivocamente as instâncias responsáveis por garantir e fiscalizar a qualidade e quantidade da higienização dos espaços da universidade, que poderão ser acionadas caso a atividade não ocorra ou for inadequada.

## **ATENÇÃO À SAÚDE**

É imprescindível que se defina explicitamente a equipe ou as equipes de saúde que serão responsáveis pelos procedimentos de monitoramento, orientação e encaminhamento dos casos suspeitos de COVID-19 na UFES. Ainda nesse sentido, é fundamental que a equipe responda pela execução de um fluxo em que se defina: a estratificação da gravidade dos casos; os critérios para encaminhamento à UBS ou ao serviço de referência/urgência/hospital; os procedimentos para a estabilização dos casos graves e as providências de remoção e realização do manejo clínico dos casos leves e moderados.

## **ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL**

Considerando o sofrimento psíquico como um dos dados relevantes da pesquisa realizada entre os discentes, docentes e TAEs do CCHN, é necessário que se estabeleça na Universidade uma ou várias equipes de saúde mental responsável por: estabelecer as medidas de prevenção, o fluxo de encaminhamento e/ou tratamento dos casos de sofrimento psíquico decorrentes da pandemia da COVID-19 e dos seus mais diversos efeitos biológicos e sociais; diagnosticar, em cada

etapa de execução dos planos de Contingência e de Biossegurança, os elementos que contribuem para o adoecimento psíquico da comunidade acadêmica.

### **PROCESSOS DEMOCRÁTICOS E AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA**

Tendo em vista a consolidação das vias de debate que a Reitoria, GT e COE abriram na discussão dos Planos, objetivando valorizar a autonomia e os processos internos de cada curso e centros de ensino, é preciso tornar evidente as instâncias em que ocorrerão os debates e as decisões sobre a maneira como as atividades acadêmicas e administrativas serão executadas durante a pandemia. Nessa direção, é fundamental: 1) a definição e apresentação do fluxo que se seguirá ao envio desse relatório ao GT, até que a proposta final seja encaminhada aos Conselhos Superiores; 2) estabelecer os meios pelos quais a comunidade acadêmica será novamente consultada quanto às análises e às decisões tomadas e 3) instituir instâncias de controle para avaliação periódica dos Planos de Biossegurança e Contingência.

### **COMISSÕES LOCAIS DE BIOSSEGURANÇA E CONTINGENCIAMENTO**

Por fim, é indispensável que as Comissões e os Planos de Biossegurança e de Contingenciamento estabelecidos em cada Centro de Ensino recebam orientações, bem como se alinhem em efetiva articulação com o COE e o GT Central. A efetivação do trabalho acadêmico e administrativo da UFES no contexto da COVID-19 dependerá não apenas da elaboração correta dos Planos de Biossegurança e Contingência, mas que se definam, em cada nível de problemas, as instâncias que serão responsáveis por sua sustentação, a articulação entre elas, bem como a periódica reavaliação de tais Planos por toda a comunidade acadêmica.

### **COMISSÃO DE BIOSSEGURANÇA E CONTINGÊNCIA DO CCHN**

Jorge Luís Gonçalves dos Santos (DPSI)

Luciana Ferrari de Oliveira Fiorot (DLL)

Pablo de Azevedo Rocha (DGEO)

Thana Mara de Souza (DFIL)

Viviana Borges Corte (DCBIO)

Vitória, 26 de junho de 2020

## ANEXOS

Anexamos ao relatório os documentos que foram enviados à Comissão, até o dia 19/06/2020, pelas seguintes instâncias do CCHN:

- 1) Técnicos Administrativos em Educação (TAEs)
- 2) Departamento de Ciências Biológicas (DCBIO)
- 3) Departamento de Filosofia (DFIL) e Programas de Pós-Graduação em Filosofia (Prof-Filo e PPGFIL)
- 4) Departamento de Geografia (DGEO)
- 5) Departamento de História (DHIS)
- 6) Departamento de Línguas e Letras (DLL) e Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários
- 7) Colegiado de Letras Inglês
- 8) Colegiado de Letras Neolatinas
- 9) Departamento de Oceanografia (DOC)
- 10) Departamento de Psicologia (DPSI)
- 11) Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento (DPSD)
- 12) Colegiado de Psicologia



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS**

**Ofício nº 01/2020- TAEs do CCHN/UFES**

Vitória, 22 de junho de 2020.

À Comissão de Biossegurança e Contingência do CCHN

**Assunto: Manifestação dos servidores Técnico-Administrativos em Educação do CCHN acerca dos Planos de Contingência e de Biossegurança da Universidade Federal do Espírito Santo**

Prezada Comissão,

Apresentamos os encaminhamentos consolidados em reunião conjunta dos servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAEs) do Centro de Ciências Humanas e Naturais, realizada às 15h do dia 19 de junho de 2020, por webconferência, com a participação de 26 (vinte e seis) servidores.

**I. Considerações iniciais**

Registramos que ainda não tivemos acesso ao plano elaborado pela Comissão de Biossegurança e Contingência do CCHN e, nesse sentido, as considerações aqui realizadas referem-se tão somente aos dados apresentados nos Planos de Biossegurança e de Contingenciamento da Universidade Federal do Espírito Santo.

Da leitura dos Planos objetos de análise entendemos que o Grupo de Trabalho criado no âmbito da Universidade apresenta uma série de recomendações e medidas para o retorno às atividades presenciais, ainda que a data de retorno não esteja definida. Contudo, há lacunas que precisam ser consideradas na elaboração do documento pela Comissão de Biossegurança e Contingência do CCHN.



## **UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS**

Importante ressaltar que no momento em que as atividades acadêmicas, administrativas e eventos presenciais estão sendo replanejados, conforme disposto nas Resoluções nº 04 e 07/2020 do Conselho Universitário, as atividades administrativas dos servidores TAEs do CCHN têm sido realizadas de forma remota, no modelo home office, minimizando os prejuízos à comunidade acadêmica.

Nesse sentido destacamos que o retorno dos técnico-administrativos às atividades presenciais escalonadas deve acontecer antes da retomada das atividades acadêmicas e do atendimento ao público, para que os trabalhadores possam se adaptar e ambientar os setores para o atendimento ao público, tanto interno quanto externo.

### **II. Do Ponto 5.2 do Plano de Biossegurança: trata do segundo momento, considerando o avanço da doença, pelo qual a Ufes poderá passar enquanto durar a pandemia**

- A. O retorno das atividades deverá ser escalonado, partindo de 40% até, no máximo, 70-80% da sua capacidade, pois os estudos apontam para a possibilidade de novas ondas da COVID-19 até que uma vacina seja produzida.
- B. Esse retorno deverá ser acompanhado utilizando como parâmetro o número de indivíduos da comunidade acadêmica que apresentam sinais e sintomas respiratórios e atestados médicos com o CID da doença.

Com relação ao item A, faz-se necessário justificar os critérios para definição da porcentagem sugerida do escalonamento, e estabelecer critérios claros e projeções para o retorno escalonado das atividades presenciais, critérios para a adoção de cada faixa percentual (se houver), e planos específicos para: o ensino de graduação e pós-graduação, a pesquisa, a extensão, a assistência e o trabalho administrativo.

Quanto ao ponto B, é preciso levar em consideração os infectados assintomáticos, considerados agentes importantes na cadeia de transmissão e disseminação do vírus. Destacamos também que o parâmetro de atestados médicos torna-se inviável, uma vez que a recomendação médica para indivíduos que apresentem sintomas é iniciar o isolamento social e procurar atendimento médico apenas em caso de dificuldade respiratória.



## **UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS**

É necessário ainda que o Plano inclua como critério para orientar o retorno às atividades presenciais:

- A utilização como parâmetro do indicador de velocidade de reprodução ou transmissão ( $R_t$ ), que esteja inferior a 1 por pelo menos três semanas consecutivas.

### **III. Do Ponto 6.1 - do Plano de Biossegurança: Ensino**

Sobre o Ensino, que é a principal atividade da Universidade, não há nenhuma menção à adoção do ensino à distância, apesar de já ter ficado claro em pronunciamentos que essa é a política prioritária da Reitoria e da Prograd. Nesse mesmo sentido, a Comissão do CCHN orientou os departamentos e colegiados a realizarem em suas instâncias debate sobre a aplicação do ensino remoto tanto na Graduação, quanto na Pós-Graduação, apesar dessa proposta não figurar nos Planos de Contingência e Biossegurança.

No que toca o Plano de Biossegurança, é preciso definir planos e medidas de aplicação do ensino presencial no CCHN iniciando-se em 40% da oferta regular, com o crescimento proporcional ao controle da pandemia (definir: tamanho das turmas, limite de matrícula em disciplinas por semestre, ajuste dos encargos docentes, reorganização das salas para cumprimento do distanciamento, utilização do espaço físico com mudança da oferta, alteração dos planos PIC/PAE, possibilidade de trancamento dos semestres sem prejuízo à integralização), pois isso impacta diretamente no funcionamento de todo o centro, incluindo das atividades administrativas;

### **IV. Do Ponto 6.3 - alíneas A e B do Plano de Biossegurança: Atividades Administrativas**

- A. Trabalhar de forma escalonada nas unidades, com a medida de distanciamento social e obedecendo a regra de retorno e de ocupação nas edificações de acordo com as etapas e ações, a fim de evitar aglomerações.
- B. Flexibilizar/prever o revezamento da jornada de trabalho e/ou organização de horários alternados para entrada e saída de servidores e estudantes a fim de evitar superlotação no transporte público



## **UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS**

No que se refere aos itens A e B, para que o trabalho administrativo escalonado e o revezamento possam ser realizados, é necessário garantir a segurança na Ufes e melhorar a iluminação do *campus*, sobretudo se mantidas atividades no turno noturno, posto que neste período o caminho da passarela entre o CCHN e a saída principal da Ufes, geralmente encontra-se total ou parcialmente escuro, tornando os trajetos inseguros, principalmente em épocas de menor circulação de pessoas. Além disso, observamos que, ainda que seja em decorrência das medidas de distanciamento necessárias, manter setores isolados com apenas um servidor trabalhando aumenta a insegurança.

Destacamos, ainda, que há necessidade de uma análise específica da possibilidade de realização de escalonamento por setor, considerando que o plano trata da proposta de revezamento/escalonamento nas unidades apenas de forma geral. Entendemos, inclusive, que há setores em que a maioria dos servidores, senão todos, fazem parte do grupo de risco (considerando idade e comorbidades) ou possuem sob seus cuidados filhos em idade escolar e/ou pessoas pertencentes ao grupo de risco. Assim, entendemos que o retorno escalonado das atividades presenciais deverá ser também condicionado à quantidade de servidores aptos a voltarem ao trabalho em cada setor, uma vez que os serviços podem ficar prejudicados e poderá haver uma sobrecarga de trabalho àqueles que não fazem parte dos critérios de grupo de risco.

Portanto, consideramos de extrema importância que o plano do CCHN seja realizado com base em um levantamento, por setor, do quantitativo de servidores em cada unidade que sejam: maiores de 60 anos; possuam alguma doença ou comorbidade que os incluam no grupo de risco; possuam filhos em idade escolar ou pessoas do grupo de risco sob seus cuidados; contemplando, ainda, o número de servidores técnicos que utilizam transporte público para locomoção até o local de trabalho, uma vez que os transportes públicos coletivos são ambientes em que há alto risco de contaminação.

Salientamos também a necessidade de flexibilização da jornada de trabalho com redução de carga horária (sem redução salarial), enquanto durar a pandemia, para que os TAEs façam



## UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS

apenas um turno de trabalho, de maneira a não ser necessária pausa para almoço e com garantia de 15 minutos de intervalo para lanche fora do local de trabalho.

Por fim, destacamos a necessidade de manutenção da interdição dos aparelhos de ponto, visto que se configuram como objetos de possível contaminação.

### **V. Do Ponto 6.3 - alínea C, J e K do Plano de Biossegurança: Atividades Administrativas**

- C. Estabelecer uma rotina de limpeza do ambiente de trabalho e dos equipamentos de uso individual sob sua responsabilidade.
- J. Reforçar as medidas de higiene do ambiente, incluindo pisos, corrimão, maçanetas, elevadores e banheiros, com solução de água sanitária.
- K. Solicitar a todos que realizem a lavagem das mãos com água e sabão ao chegar à instituição.

Quanto aos cuidados de higienização dos equipamentos e ambientes de trabalho, destacamos que para que possamos realizar a limpeza dos equipamentos de uso individual é necessário que a administração disponibilize os itens de higiene, desinfecção e proteção necessários (álcool, luvas, máscara e etc.).

Ainda em referência à alínea C e também à alínea J, quanto à rotina de limpeza dos setores, considerando que em período anterior à pandemia a limpeza dos espaços ocorria em uma periodicidade de uma vez por semana e sem muito rigor na higienização, considerando, inclusive, o número de servidores terceirizados para o atendimento a diversos setores, julgamos ser necessário:

- Detalhar as recomendações de limpeza, incluindo: a previsão de trabalhadores fixos por prédio ou unidade durante todo o horário de funcionamento da Universidade, incluindo o turno noturno; a limpeza de banheiros, bebedouros, salas, móveis, equipamentos, maçanetas, corrimãos e janelas, seguindo os protocolos de higiene recomendado pela OMS, bem como a reposição de álcool, sabão e papel nas dispensadoras;
- Apresentação de um plano de limpeza e desinfecção que contenha o protocolo de



## **UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS**

higiene, considerando as recomendações da OMS, e o cronograma de limpeza dos setores que incluam:

- Limpeza e desinfecção das salas diariamente, e, em caso de trabalho realizado em turnos, limpeza do setor em cada troca de escala ou turno de trabalho;
- Limpeza e desinfecção dos banheiros ao menos uma vez por turno de aula ou de trabalho.

Deste modo, consideramos imprescindível que o plano de Biossegurança do CCHN traga a disponibilização de um cronograma de limpeza por setor já contemplando um atendimento ampliado como condição necessária para o retorno das atividades presenciais.

Já para atendimento do item K, que também trata da questão da higienização, é preciso manter sempre à disposição recipientes com álcool em gel, sabonete líquido e papel toalha para que tanto público interno quanto externo possam efetuar a lavagem das mãos ao ingressarem nos espaços da instituição.

### **VI. Do Ponto 6.3 - alíneas D, E, F, I e N do Plano de Biossegurança: Atividades Administrativas**

- D. Restringir, ao máximo, os atendimentos à comunidade externa, sendo preferível o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para os atendimentos.
- E. Divulgar de forma ampla à comunidade externa as normas de funcionamento dos serviços internos da Ufes.
- F. Designar horários específicos de atendimento ao público e, se possível, sob a forma de agendamento de horários para evitar aglomeração.
- I. Manter distanciamento de, no mínimo, 1,5 metro entre servidores e entre servidor e atendido.
- N. Restringir a entrada e a circulação de pessoas externas ao setor, inclusive daquelas que prestam serviços de entrega, como por exemplo, entregadores de alimentação.

Quanto à circulação de pessoas e atendimento ao público interno e externo, seja nas secretarias integradas que realizam predominantemente atividades de atendimento ou nas demais unidades que também realizam qualquer atendimento ao público interno ou externo, é



## **UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS**

preciso haver organização de agendamento de atendimentos, para evitar aglomeração, sendo necessário que todos respeitem o uso obrigatório de máscaras de proteção para que o atendimento seja iniciado, bem como respeitem o distanciamento de 1,5 metro. Nesse sentido, também vemos a necessidade de sinalização dos espaços com cartazes contendo essas orientações e o dispositivo legal em que conste a obrigatoriedade do uso de máscara.

Sobre o item I, será necessário demarcar no chão ou de outra forma a distância de 1,5 metro entre o servidor e a pessoa a ser atendida, bem como reorganizar o mobiliário dos setores para atender ao distanciamento entre servidores.

Em alguns setores essa reorganização acarretará na necessidade de modificação de pontos de internet e pontos de energia. Por isso, é fundamental que essa reorganização seja feita antes do retorno das atividades presenciais.

Para atender ao item N é preciso orientar principalmente docentes e servidores técnico-administrativos da importância de não circularem desnecessariamente nos demais setores, utilizando meios de comunicação como o telefone e e-mail para resolução das demandas mais imediatas.

Fazemos ressalva, ainda, para a utilização de áreas comuns aos servidores, como cozinhas localizadas nos prédios, sendo necessária a instalação de dispensador de álcool nas entradas e disponibilização de álcool e sabonete líquidos e papel toalha para que o servidor, após utilizar o espaço, faça a higienização dos equipamentos como microondas etc. Em função do tamanho das cozinhas e da orientação de distanciamento social, sugere-se que somente um servidor faça uso dos referidos espaços por vez.

### **VII. Do Ponto 6.3 - alínea G do Plano de Biossegurança: Atividades Administrativas**

G. Avaliar as atividades presenciais do setor que necessitem do uso de EPIs específicos.



## **UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS**

Sobre a alínea G, em caso de trabalho presencial será necessário utilizar durante toda a jornada de trabalho EPIs como máscara e escudo facial, sendo que os mesmos devem ser trocados e/ou higienizados conforme orientações da OMS e demais órgãos de saúde. Essa utilização se faz necessária em caso de divisão da sala com outro servidor ou da possibilidade de atendimento a público interno ou externo. Para tanto, faz-se necessário que a Administração da Ufes garanta a compra dos referidos equipamentos de proteção a serem disponibilizados em quantidade suficiente aos servidores técnico-administrativos, considerando o fornecimento de, no mínimo, uma máscara de pano para cada 2 horas de trabalho, considerando a carga horária prevista para um dia de trabalho.

Registramos ainda que consideramos necessário que sejam disponibilizadas para amplo conhecimento as especificações e quantidades de EPIs considerados nas solicitações de compras do Centro, bem como a informação do que efetivamente for atendido.

### **VIII. Do Ponto 6.3 - alínea L do Plano de Biossegurança: Atividades Administrativas**

- L Avaliar as atividades presenciais do setor que necessitem do uso de EPIs específicos.

Para atender à alínea L, inicialmente é importante que se realize a interdição dos espaços em que não há ventilação, sendo vedada a alocação de servidores nos referidos espaços, e que se faça uma verificação das condições das janelas das salas, pois estas deverão estar sempre abertas para a circulação do ar. Como a Ufes possui prédios antigos, nem sempre as janelas estão em condições de permanecerem abertas por falta de manutenção, desgaste do tempo ou avarias.

É preciso, ainda, considerando a preservação da saúde do servidor quanto a outras doenças, que se faça a instalação de telas para mosquitos em todas as janelas, a fim de que seja possível manter os espaços arejados e ventilados com segurança e sem o perigo de infecção por doenças transmitidas por mosquitos, como a dengue, e anteparos adequados para manutenção



## **UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS**

de todas as portas abertas. Sem essas medidas tanto servidores quanto estudantes ficarão muito mais expostos aos mosquitos, correndo risco de contrair doenças associadas aos mesmos.

### **IX. Do item 6.4 do Plano de Biossegurança: Eventos, Teatro e Cinema**

Consideramos que a utilização dos espaços para realização de grandes eventos, tais como auditórios, Teatro e Cinema, deva ser vedada até a normalidade do atendimento e autorização dos órgãos de saúde, tendo em vista que os referidos locais são considerados ambientes de alto risco para contaminação.

### **X. Do Ponto 6.5 do Plano de Biossegurança: Restaurante Universitário e Lanchonetes**

Considerando que a Cantina do Onofre é, possivelmente, o espaço com maior circulação de pessoas no CCHN, e tendo em vista a especificidade do local como espaço para alimentação, onde as pessoas não usarão máscaras. É necessário que o Centro defina responsáveis pela fiscalização do cumprimento das medidas sanitárias no local.

### **XI. Do Ponto 6.6 do Plano de Biossegurança: Da Biblioteca Setorial**

Considerando que a Biblioteca Setorial é um dos espaços de maior circulação de pessoas e tendo em vista as especificidades do setor, o documento elaborado pela equipe da Biblioteca Setorial torna-se parte integrante dessas proposições e segue anexo a este ofício (Anexo I).

### **XII. Do Ponto 6.7 do Plano de Biossegurança: Bebedouros**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS**

Quanto à utilização dos bebedouros, sugerimos:

- Limpeza e desinfecção dos bebedouros ao menos uma vez por turno de aula ou de trabalho;
- Instalação de bebedouros plásticos para galão (e reposição dos galões) em todos os setores administrativos;
- Retomada e reforço da campanha junto aos discentes para que utilizem suas próprias canecas, a fim de evitar contato direto com a boca nos bebedouros;
- Disponibilização de copos descartáveis em todos os bebedouros, de maneira a reduzir o risco de contágio pelo coronavírus;

**XIII. Do ponto 7 do Plano de Biossegurança: Estabelecimento das etapas e das ações possíveis**

Sobre quem será considerado pertencente ao grupo de risco, entendemos que o plano deveria incluir pais e mães com filhos em idade escolar ou inferior e que necessitem da assistência de um dos pais enquanto durar a pandemia da Covid-19. É importante desvincular esse critério da suspensão das atividades escolares ou em creches por norma local, uma vez que, governos e municípios vem adotando medidas de relaxamento do distanciamento social contrariando as orientações da OMS e atendendo à pressão dos proprietários dos estabelecimentos particulares de ensino em detrimento da saúde das crianças e de toda a comunidade. Nesse contexto, é preciso garantir aos pais e mães o direito de não exporem seus filhos e toda a comunidade à contaminação, garantindo-lhes a manutenção do trabalho remoto, enquanto durar a pandemia.

Sugerimos ainda que a proposição do escalonamento para retorno das atividades presenciais, além dos critério elencados, inclua:

- Indicador de velocidade de reprodução ou transmissão ( $R_t$ ) seja inferior a 1 por pelo



## UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS

menos duas semanas consecutivas.

- Transmissão do vírus controlada no Brasil e no Espírito Santo;
- Pareceres/laudos técnicos da equipe de segurança do trabalho da Universidade atestando que os setores atendem às recomendações de biossegurança da OMS necessárias para o funcionamento;
- Garantia de testagem com periodicidade de 7 dias para todos os servidores técnico-administrativos em educação que retornarem em escalonamento. As pesquisas mais recentes indicam que a multiplicação viral acontece 2-3 dias antes do surgimento dos sintomas, portanto, torna-se essencial testar as pessoas antes de apresentarem sintomas, impedindo assim, a cadeia de transmissão;
- Ocupação máxima de leitos de acordo com a localização de cada *campi*, uma vez que o plano atual generaliza esse critério, assim como a redução do quantitativo proposto para ocupação máxima de até 65% em leitos de CTI, ao invés de até 80%.
- Relacionar a taxa de ocupação de leitos de CTI disponíveis com o índice de trabalhadores da saúde afastados do trabalho por contaminação, visto que isso também limita a capacidade do sistema de saúde de garantir o atendimento à população contaminada.
- Porcentagem de isolamento social acima de 70% (o plano prevê 50%), também de acordo com a localização de cada *campi*.
  - Goiabeiras e Maruípe - Região Metropolitana
  - São Mateus - Região Norte
  - Alegre - Região Sul
- Porcentagem de isolamento social acima de 70% (o plano prevê 50%), também de acordo com a localização de cada *campi*.

#### XIV. Do Plano de Contingência

Sobre o Plano de Contingência, que trata de forma mais abrangente as ações de infraestrutura



## UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS

ao fim do isolamento social, elencamos como pontos principais:

- Fornecer ao servidor ferramentas (programas e suporte), equipamentos (computador, impressora, scanner, cadeiras e mesas) e serviços ou indenizações (energia, internet, desgaste de mobiliário próprio) aos trabalhadores que estiverem realizando trabalho remoto;
- Realizar a revisão e transparência dos contratos da Ufes com serviços terceirizados, em especial, os contratos de limpeza, a fim garantir a contratação trabalhadores fixos por prédio ou unidade durante todo o horário de funcionamento da Universidade, para limpeza incluindo móveis, equipamentos e janelas, segundo os protocolos de higiene recomendado pelas autoridades de saúde, além de fornecimento de EPIs e insumos de limpeza e higiene.
- Criar barreiras de testagem e medição de temperatura corporal nos *campi*, pois, sendo o *campus* um espaço de grande circulação, a realização de testes objetiva reduzir a contaminação comunitária e evitar que a Ufes se torne foco da doença. Essas medições devem ser realizadas constantemente em servidores, estudantes e demais pessoas que circulam no ambiente universitário. Caso seja detectada alguma alteração que sinalize possibilidade de contaminação pelo Covid-19, que a pessoa seja encaminhada ao serviço de atendimento à saúde.
- Estabelecer o DAS como primeiro local de atendimento aos membros da comunidade que manifestem sintomas dentro do *campus*;
- Ampliar o apoio psicológico aos estudantes e servidores (docentes e técnicos-administrativos em educação), bem como ampliar os esforços com vistas à permanência durante e após o isolamento social.

Ressaltamos neste ponto a importância da manutenção de ações junto ao DAS no tocante à saúde física e apoio psicológico aos servidores e estudantes, e que seja possibilitado de fato a servidores e estudantes a participação nessas ações de forma segura.



## **UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS**

### **Considerações Finais**

Informamos que elaboramos um Passo a Passo (Anexo II) para que cada equipe de trabalho dos TAEs faça um diagnóstico de suas condições de trabalho atual e apresente, posteriormente, à Comissão de Biossegurança e Contingência do CCHN as demandas para o retorno às atividades presenciais.

Reafirmamos a importância do acolhimento das sugestões e considerações apresentadas pelos TAEs e destacamos que nosso segmento não recebeu o documento elaborado pela comissão local orientando o debate nas unidades deliberativas (departamentos e colegiados) onde não temos direito de voz e voto. Desta feita, solicitamos, para fins de possibilidade de ampliação do debate e de isonomia, que o plano local do CCHN elaborado pela comissão retorne para ciência e demais sugestões dos servidores antes do envio do arquivo final à Administração Central, em prazo equivalente ao concedido aos docentes.

Vitória, 22 de junho de 2020

Brigida Mariane Pimenta  
Erika Horta Grandi Monteiro  
Lara Negreiros Gobira

Comissão dos TAEs sobre Contingência e Biossegurança  
Centro de Ciências Humanas e Naturais  
UFES



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS**

Anexo I

**Sugestões para a reabertura da Biblioteca Setorial do Centro de Ciências  
Humanas e Naturais (CCHN) no período de pós-quarentena da Pandemia de  
COVID-19**

Saulo de Jesus Peres  
Bibliotecário documentalista  
SIAPE 1654108

## **1 APRESENTAÇÃO**

A Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), divulgou o Plano de Contingência e de Biossegurança em tempos de COVID-19, nos quais propõe ações relacionadas à infraestrutura física ao fim do isolamento social e sugere adequações de espaços de ampla circulação como a Biblioteca Central e Setoriais.

Com vistas a um retorno seguro ao trabalho, tanto quanto possível, no período de pós-pandemia de COVID-19 e buscando criar uma consonância com as Recomendações da Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU, 2020), seguem-se algumas sugestões para o momento de reabertura da Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN).

Entretanto, é importante salientar que a volta ao trabalho está condicionada à responsabilidade da instituição de fornecer os itens de proteção individual, destinados a proteção contra riscos capazes de ameaçar a sua saúde do servidor.

## **2 EXPEDIENTE**

### **2.1 Sugestões**

Como sugestões de funcionamento do setor destacamos:



## **UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS**

- A redução do período de atendimento ao usuário em dois turnos, mas que possibilite atender manhã/tarde/noite, a depender da quantidade de servidores disponíveis, situação a ser discutida com a chefia imediata
  - O distanciamento físico dos servidores de 2 metros e/ou alternância de turno, a depender da quantidade de servidores disponíveis;
  - Afastar das atividades presenciais os servidores que se enquadrem nos grupos risco definidos no Plano de biossegurança da Ufes;
  - Delimitação de espaço físico para trabalho com distanciamento seguro de 2 metros, individualização de mesa/balcão, cadeiras e armário para guardar objetos pessoais;
  - Separação de materiais de uso comum, como lápis, canetas, borrachas, grampeadores, cola, papéis para anotação e etc;
  - Obrigação de uso de equipamentos de proteção como máscara, luvas, álcool 70%; e outros que por ventura nos sejam oferecidos pela instituição, como óculos, jaleco/avental, escudo facial, barreiras de acrílico ou vidro e termômetro para medir temperatura corporal.

### **3 DINÂMICA DE ATENDIMENTO NO ESPAÇO FÍSICO DA BIBLIOTECA**

Devido ao layout das Bibliotecas setoriais, com espaço físico reduzido, não proporcionar a ventilação natural, sugerimos que o atendimento aos usuários seja feito:

- Colocar uma mesa para entrega do material emprestado e impedindo o acesso ao interior da Biblioteca até que seja seguro a permanência e acesso direto ao acervo por parte dos usuários;
- Deixar a porta de entrada aberta para melhorar a circulação de ar e também para evitar que as pessoas toquem na maçaneta e na porta;
- Sinalizar no chão a distância entre os usuários para que seja atendido um usuário de cada vez;



## UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS

- Disponibilizar álcool 70% ou outra substância sanitizante e toalha de papel para o usuário limpar o teclado antes de usar;
- Para evitar a circulação de pessoas no interior da biblioteca, sugerimos que a localização e a busca do material na estante para Empréstimo seja feita pelo Bibliotecário ou servidor técnico lotado na Biblioteca; que efetuará a entrega do material ao usuário na mesa disposta na entrada, caso seja adotado este procedimento, deverá ser disponibilizado um teclado ou mini-teclado numérico que permita a digitação da senha a uma distância segura;
- Para segurança dos usuários e dos servidores os materiais devolvidos devem permanecer em quarentena por 14 dias, ou conforme orientação da Biblioteca Central, devido a dificuldade de higienizar os livros com segurança e sem danificá-los.
- O controle da data de devolução para contagem de tempo e posterior liberação para empréstimo caberá aos servidores que estiverem na escala do dia, para que posteriormente sejam liberados para empréstimo.

O Plano de Biossegurança Ufes (2020), no item 6.6 Bibliotecas, trata de forma generalizada as medidas protetivas, sem especificar a situação dos servidores com relação a proteção individual e da equipe como um todo através de EPIs adequados e distanciamento de segurança. No entanto, a Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA, 2020), publicou algumas orientações que podem ser adotadas e compartilhadas inclusive com outros setores, tais como:

- Não varrer a seco para evitar suspensão de partículas contaminadas;
- Trocar a água dos baldes de limpeza constantemente;
- Lavar os panos de chão com sabão e usar a proporção de 1 parte de água sanitária para 9 de água, além de:

[...] Limpar todas as superfícies de trabalho como mesas e balcões diariamente, bem como as superfícies potencialmente contaminadas, tais como cadeiras/poltronas, corrimãos, maçanetas, apoios de braços, encostos, bandejas, interruptores de luz e ar, controles remotos, paredes adjacentes, portas e janelas, com produtos autorizados para este fim (AGUIA, 2020).



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS**

A higienização dos espaços de trabalho, de áreas comuns, de materiais e equipamentos deverão ser efetuados com base nas normas de segurança, observando-se o uso de produtos adequados e a com frequência diária. Pois a segurança de todos é uma prioridade e o uso de EPIs deve ser garantido pela instituição empregadora.

**4 EQUIPE DE TRABALHO**

Sugere-se no primeiro momento de retorno das atividades a redução das equipes de trabalho, de modo a evitar aglomerações e circulação de pessoas no setor, através da adoção de turnos e do escalonamento nas bibliotecas setoriais. Contudo, temos a seguinte situação: os três servidores lotados na biblioteca setorial do CCHN enquadram-se em algum dos grupos de risco elencados no Plano de biossegurança da Universidade. Sendo assim, haverá necessidade de reestruturação da equipe.

**Biblioteca CCHN – 3 servidores**

Sendo 0 servidores aptos e 3 servidores em grupo de risco

Escalonamento Setorial do CCHN			
Modalidade de trabalho	Turno da manhã	Turno da Tarde	
Presencial			
Remoto	Juliano, Sandra e Saulo	Juliano, Sandra e Saulo	



## UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS

### 5 FLUXO DE USO DOS ESPAÇOS

#### 1º Momento

Sugestão de horário de funcionamento em dois períodos para atender os três turnos de aula, evitar escalas concomitantes, evitar deslocamentos nos horários de pico do transporte público e privilegiar o almoço em casa como forma de evitar aglomerações.

#### Expediente:

- De 07h - 19h (em dois turnos de 6 horas ou menor a depender de anuência da chefia) ou;
- De 7h30 - 12h30 e de 14h30 - 19h30 ou;
- De 8h - 12h e de 15h - 19h.

O acesso ao interior da Biblioteca estará restrito aos servidores do setor.

#### 2º Momento

- Avaliação de possibilidade de ampliação do horário de funcionamento em relação ao 1º momento;
- Acervo permanecerá fechado;
- Liberar a utilização dos espaços internos desde que respeitada a redução em 50% da capacidade máxima;
- Modificar a disposição dos móveis para permitir o distanciamento mínimo de dois metros entre os usuários durante a utilização da sala de estudo;
- Proibição do uso dos armários guarda-volumes;
- Proibição de atividades em grupo.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS**

## **6 FLUXO DE ATIVIDADES**

### **6.1 Circulação do acervo**

#### **a) Devolução**

As devoluções de material são os principais meios de contaminação, dessa forma recomenda-se que o próprio usuário coloque o livro na caixa ou estante destinada a quarentena das devoluções, ditando-se o número do exemplar para que o servidor dê baixa no Pergamum.

- Devoluções exclusivamente em locais adaptados para este fim, para não os receber diretamente no balcão da Biblioteca;
- Os materiais permanecerão em quarentena de no mínimo 14 dias sob o *status* **Quarentena no banco Pergamum**. Esse *status* ficará visível ao usuário no momento da busca e será permitida a reserva do item após o cumprimento da quarentena;
- Sugere-se o acondicionamento deste material em local aberto e ventilado e em superfície que permita a desinfecção com maior facilidade.

#### **b) Empréstimos**

Para a realização de novos empréstimos será através da solicitação ao servidor com distanciamento entre o servidor e o usuário, e entre os usuários.

- Solicitação de Empréstimo presencial;
- Ordem de chegada;
- No período em que a Biblioteca estiver aberta, conforme cartaz a ser afixado externamente com os horários.

O acervo poderá ser reaberto conforme o desenvolvimento da pandemia no estado.



## UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS

### c) Emissão de Nada Consta

Documentos exclusivamente enviado por e-mail.

### d) Recebimento de doações

Doações serão analisadas por e-mail e serão recebidas posteriormente, conforme a política de recebimento de doações do Sistema de Bibliotecas. No recebimento os materiais seguirão para a quarentena de no mínimo 14 dias.

## 7 PRINCIPAIS DIFICULDADES

- Quantidade de agentes de limpeza que atuam nos setores e a periodicidade de limpeza dos espaços;
- Ausência de ventilação natural satisfatória;
- Inexistência de barreira física no balcão de atendimento e entre o salão de estudo e o setor de referência;
- Periodicidade com que é realizada a higienização de aparelhos de ar condicionado;
- Exiguidade da equipe de trabalho.

## 8 EQUIPAMENTOS E DEMAIS ITENS PARA PROTEÇÃO

Solicitamos que os itens abaixo sejam adquiridos e disponibilizados permanentemente aos setores em quantidade suficiente:

- Máscara;
- luvas;
- álcool 70%;
- óculos;
- jaleco/avental;
- escudo facial;
- barreiras de acrílico ou vidro;
- termômetro para medir temperatura corporal.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS**

**9 REFERENCIAS**

AGUIA. AGÊNCIA USP DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO ACADÊMICA. **Atividades em Bibliotecas:** limpeza, higienização e desinfecção. 2020. Disponível em: <https://www.aguia.usp.br/noticias/atividades-em-bibliotecaslimpeza-higienizacao-e-desinfeccao/>. Acesso em: 25 maio 2020.

COMISSÃO BRASILEIRA DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS. **Recomendações da Comissão Brasileira de Bibliotecas - CBBU para elaboração de planejamento de reabertura das bibliotecas universitárias.** Disponível em: <http://www.febab.org.br/cbbu/wp-content/uploads/2020/05/Recomenda%C3%A7%C3%B5es-14-de-maio-1.pdf>. Acesso em: 25 maio 2020.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Sistema de Bibliotecas. **Diretrizes para o funcionamento das Bibliotecas da USP no período pós-quarentena da pandemia de COVID-19.** Versão 1. São Paulo, 21 abr. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/DiretrizesBibUSP-v1>. Acesso em: 27 abr. 2020.

Vitória- ES, 22 de junho de 2020



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS**

**Anexo II**

**PASSO A PASSO**  
**PARA ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE BIOSSEGURANÇA LOCAL**

Considerando um possível retorno parcial ou total às atividades presenciais sem a existência de vacina, cura ou tratamento para a COVID-19, será preciso medidas de adaptação dos locais de trabalho e da rotina do trabalho para que tenhamos um ambiente mais higiênico e seguro possível. Para isso, elaboramos esse passo a passo para auxiliar na elaboração da lista de necessidades de cada setor:

- 1- Reunir o setor para ler e discutir o Plano de Contingência e Biossegurança da Ufes;
- 2- Identificar os membros da equipe que compõem o grupo de risco (acima de 60 anos, portador de doença crônica, gestante ou lactante, filho em idade escolar, doente ou acompanhando pessoa doente na família) e continuarão afastados do trabalho presencial;
- 3- Listar os equipamentos (computador, impressora, scanner, mesa, cadeira) e serviços necessários (ou indenizações) para realização do trabalho remoto (gastos com internet, energia, mobiliário e equipamentos próprios);
- 4- Identificar as atividades do setor que só podem ser feitas presencialmente e as que podem ser feitas de modo remoto para que haja uma nova divisão do trabalho;
- 5- Fazer uma lista das adequações físicas, que o setor e/ou o prédio em que a equipe trabalha necessitam, para cumprir as exigências dos Planos (dispensadores de álcool em gel, banheiros, ventilação, mobiliário, etc). É necessário dar especial atenção para janelas e instalação de telas contra insetos.
- 6- Identificar se há copa, cozinha, cantina ou local de refeição coletiva e levantar as adequações que esses setores necessitam;



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS**

- 7- Identificar os banheiros e bebedouros que existem, suas condições atuais e as necessidades de adequação;
- 8- Listar o horário de funcionamento do prédio e estimar a quantidade mínima de equipe de limpeza para dar conta da higienização das salas, maçanetas, móveis, banheiros, e reposição de álcool gel, sabão e papel;
- 9- Avaliar o espaço do setor visando identificar se é ou não possível garantir a distância mínima de 1,5m entre os servidores (2,25m<sup>2</sup>)
- 10- Avaliar a possibilidade de suspensão do atendimento ao público; caso não seja possível, incluir a instalação de balcões ou de barreiras de proteção para atendimento ao público;
- 11- Apresentar proposta de escala de trabalho flexibilizada para reduzir o número de trabalhadores concomitantes no setor, independentemente da existência ou não de atendimento direto ao público;
- 12- Identificar as atividades que podem/devem ser reduzidas, dentro da faixa de 40% (a mais segura prevista no Plano), bem como os serviços que só serão realizados remotamente através de Tecnologias de Informação e Comunicação;
- 13- Listar EPIs a serem fornecidos, conforme necessidade de cada setor, definindo modelos e quantidade diária e mensal;

Encaminhar esse levantamento à Comissão de Biossegurança e Contingência do CCHN e à chefia da Unidade via sistema de protocolo. Se organizar junto com colegas do seu e de outros setores para cobrar as mudanças necessárias.

O retorno do trabalho presencial só deve ocorrer após o atendimento desses requisitos.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**  
 15/05/2020 – 3ª Sessão Extraordinária

**ATA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA E VIRTUAL DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS, REALIZADA NO DIA 15 DE JUNHO DE 2020.** Ao décimo quinto dia do mês de junho do ano de 2020, com início às 14h, iniciou-se a consulta deliberativa do item da pauta à Câmara Departamental de Ciências Biológicas do Centro de Ciências Humanas e Naturais, sob a presidência da Professora Viviana Borges Corte, Subchefe do Departamento *em exercício*, com a manifestação dos seguintes membros: Albert David Ditchfield, Alexandre Pires Aguiar, Camilla Rozindo Dias Milanez, Celso Oliveira Azevedo, Débora Dummer Meira, Diolina Moura Silva, Eldamária de Vargas Wolfgramm dos Santos, Flavia de Paula, Flavia Imbroisi Errera, Geraldo Rogério Faustini Cuzzuol, Idalina Tereza de Almeida Leite Perin, Leonora Pires Costa, Luciana Dias Thomaz, Marcelo Teixeira Tavares, Sarah Maria Vargas, Silvia Tamie Matsumoto, Taissa Rodrigues Marques da Silva, Tânia Mara Guerra, Valéria de Oliveira Fernandes, Valeria Fagundes, Valquíria Ferreira Dutra e Yuri Luiz Reis Leite. **Representantes estudantis:** Breno Ramos Gomes, Sabrina Vasconcelos Caram. **Ausências justificadas dos docentes:** Francisco Candido Cardoso Barreto, Iúri Drumond Louro, Maria do Carmo Pimentel Batitucci e Orlindo Francisco Borges Filho. **Afastados: Não há. INFORMES:** **1.1** Não houve. **2. ORDEM DO DIA: PONTO 2.1: ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NA UFES** – A professora Viviana, chefe em exercício, informou que a Comissão de Biossegurança e Contingência do CCHN enviou o “Documento às Chefias e Colegiados”, encaminhado por e-mail a todos os membros da Câmara Departamental, para discussão e manifestação. A chefe solicitou que TODOS respondessem, com base em suas disciplinas, a consulta abaixo, até o dia 15/06/2020, conforme segue: Em relação ao primeiro cenário que se estabelece, algumas questões (abaixo) surgem e, neste momento, convidamos os Departamentos e Colegiados para o debate. Certamente outras questões surgirão para além das que apontamos neste documento e será ótimo se vocês puderem apontá-las e dividi-las conosco. **PRIMEIRO MOMENTO (DURANTE A PADEMIA)** 1- Como vocês visualizam a realização de ensino remoto, em caráter provisório? 2- Há a possibilidade de ministrar disciplinas do seu curso de forma remota (aulas-online)? Se sim, quais disciplinas obrigatórias e/ou optativas poderiam assumir esse “formato”? 3- Se houver possibilidade de ministrar disciplinas online, seria parcialmente ou na íntegra? Se parcialmente, em que porcentagem? 4- Há a possibilidade de oferta de outro tipo de atividade remota para além das disciplinas que constam nos PPCs (disciplinas optativas de curta duração e/ou outras atividades que poderiam contabilizar carga horária)? 5- Há professores que têm familiaridade com plataformas e/ou formação para o ensino remoto? Com quais plataformas? 6- A Comissão entende que uma formação adequada para o ensino remoto, além de contínua, vai além do uso instrumental das plataformas. Nesse sentido, que tipo de formação você julgaria necessária para sentir-se apto a dar início ao ensino remoto? 7- Sob que condições vocês julgariam possível iniciarmos ensino remoto? Aqui pensamos nas condições emocionais, de estrutura física, acessibilidade de docentes e discentes. 8- Outras questões que certamente surgirão do debate entre vocês. **SEGUNDO MOMENTO (RETORNO DAS ATIVIDADES)** O segundo momento trata do retorno escalonado às atividades presenciais (quando possível) e está descrito, entre outros aspectos, no Plano de Biossegurança (p. 14) da seguinte forma: A- O retorno das atividades deverá ser escalonado, partindo de 40% até, no máximo, 70-80% da sua capacidade, pois os estudos apontam para a possibilidade de novas ondas da COVID-19 até que uma vacina seja produzida. B- Esse retorno deverá ser acompanhado utilizando como parâmetro o número de indivíduos da comunidade acadêmica que apresentam sinais e sintomas respiratórios e atestados médicos com o CID da doença. Diante disso, outras questões surgem para o debate, a saber: 1. Quais as dificuldades específicas que o departamento e/ou curso tem em relação ao retorno escalonado? 2. Quais principais dúvidas surgem em relação ao retorno escalonado? 3. Existem espaços físicos sob responsabilidade do curso/departamento (salas de aula, laboratórios, núcleos, secretarias etc) que demandam cuidados específicos em relação ao retorno escalonado? Assim, após a compilação das respostas, os professores, em sua maioria, consideraram possível e necessária a realização de atividades de ensino remotas, em caráter de excepcionalidade. A inclusão digital



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

15/05/2020 – 3ª Sessão Extraordinária

tem que ser uma realidade da Universidade. Vivemos em uma “era digital”. No entanto, vivemos em um país com muitas desigualdades sociais o que impossibilita que muitos tenham acesso adequado ao mundo digital e por isso fazem as seguintes ressalvas: 1) somos uma instituição pública de ensino e sabemos que temos muitos alunos pertencentes a famílias de baixa renda, que são as que mais sofrem as consequências das desigualdades. Assim, alguns dos nossos alunos têm um acesso precário à internet e computador. Precisamos avaliar qual o impacto do ensino remoto no aprendizado desses alunos e alternativas para que eles não sejam excluídos e prejudicados; 2) É necessário que haja capacitação dos professores para uso dos instrumentos tecnológicos; 3) É necessário que haja capacitação dos professores quanto a estratégias didáticas específicas para o ensino remoto, bem como formas alternativas de avaliação; 4) É necessário prover recursos tecnológicos para os professores que não dispõem de equipamentos adequados em casa ou que têm filhos em idade escolar e portanto compartilham com eles o computador; 5) Possibilitar um novo período de ajuste de matrícula, com a alternativa de trancamento da matrícula para os estudantes que eventualmente não sintam-se confortáveis ou aptos em participar das atividades de ensino remotas. Sanadas as questões acima citadas, o corpo docente do Departamento de Ciências Biológicas é favorável à retomada das atividades de ensino referentes aos conteúdos teóricos de suas disciplinas obrigatórias e optativas, remotamente durante a pandemia e estão dispostos a se capacitar para que tais atividades possam ser desempenhadas da melhor forma possível. Entretanto, não há um consenso quanto à possibilidade de realização de modo alternativo das atividades práticas. Quanto às aulas práticas, foram elencadas como alternativas: a) Flexibilização do currículo com a separação do código das partes teórica e prática das disciplinas, possibilitando a realização de forma separada e independente; b) Empréstimo ou adequação de espaços mais amplos de laboratórios para aulas práticas. Corroborando o que foi dito acima, as solicitações dos discentes foram: 1. Prover internet e equipamento tecnológico aos alunos que não possuem; 2. Capacitação e formação aos professores, dando tempo para que os mesmos produzam conteúdos adaptados ao meio virtual para que possam aplicar estratégias de ensino remoto evitando ao máximo a perda da qualidade da formação acadêmica do aluno; 3. Adesão de uma Plataforma Virtual estável para comunicação e compartilhamento de material e atividades entre o professor e o aluno; 4. Criação de um novo período de cancelamento e solicitação de matrículas; 5. Participação a esse período de continuação ao semestre em modo remoto seja optativa, e não obrigatória aos discentes; 6. Não adesão de matérias que possuem parte prática envolvida em sua ementa, visto que a experiência em laboratório é de extrema importância para a formação de um biólogo e não pode ser reproduzida em casa; 7. Padronização das estratégias de ensino remoto para todos os professores; 8. Vídeo Aulas: sejam gravadas ao invés de aulas ao vivo, pois o aluno poderá adequar sua rotina mais facilmente sem um horário determinado; 9. Criação de fóruns de discussão para tirar dúvidas facilmente; 10. Exercícios de fixação do conteúdo dado em aula com prazo de entrega flexível. Referente ao retorno escalonado das atividades presenciais, o DCBIO reivindica que o retorno se dê APENAS após a disponibilização de uma vacina ou tratamento seguro. Antes disso, consideramos possível o retorno das atividades presenciais APENAS para aquelas pessoas que tenham testado positivo (IGG positivo), e uma vez curados, possam ser consideradas imunes ao vírus. Para isso será necessário a realização periódica de testes na comunidade acadêmica. Foi destacado ainda grande preocupação com as condições de limpeza na UFES e que haverá necessidade de um reforço neste setor. **Da Votação: Não houve votação, apenas a manifestação de todos os docentes presentes na reunião. 4. PALAVRA LIVRE.** Não houve. Nada mais a tratar, o presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão e eu, Rondnelly Leite Marques, lavrei esta Ata, que será lida e assinada pelos presentes. Vitória/ES, 15 de junho de 2020.

**DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA**  
**RESPOSTA AO DOCUMENTO DA COMISSÃO DE BIOSSEGURANÇA E**  
**CONTINGÊNCIA DO CCHN**

Por solicitação da Comissão de Biossegurança e Contingência do CCHN;

Tomando como referência as recomendações do Comitê Operativo de Emergência para o Coronavírus da UFES (COE-UFES) e do GT-UFES, constantes no “Plano de Biossegurança da UFES em tempos de Covid-19” e no “Plano de Contingência da UFES em tempos de Covid-19”;

Apresentamos a posição do Departamento de Filosofia (DFIL-UFES), definida em reunião virtual no dia 17/06/2020, em relação às ações possíveis e às questões a serem consideradas nos dois primeiros momentos da pandemia (de isolamento social; e de retorno escalonado), principalmente sobre as possibilidades e dificuldades específicas relacionadas ao ensino.

De modo geral, para que o ensino remoto emergencial possa ser implementado nas disciplinas pelas quais o Departamento de Filosofia é responsável, coloca-se como fundamental:

1. Inclusão digital

- a. É necessário que seja garantido amplo acesso digital aos discentes; com empréstimos de equipamentos (notebooks ou celulares) e acesso à internet, para que as aulas sejam de fato acessíveis.
- b. É necessário que seja garantido acesso digital aos docentes que não têm rede de internet compatível com o que se exige para gravação de aulas e videochamadas.

2. Ferramentas Digitais/Plataformas

- a. É necessária a criação de plataformas comuns ou convênios com empresas que fornecem essas plataformas, bem como a formação de docentes e discentes para o seu uso. Destaca-se, além disso, a limitação e ineficiência do Portal do Professor, caso o mesmo esteja sendo cogitado para essa finalidade;

- b. É necessário possibilitar um canal direto de comunicação com os discentes da disciplina que não seja apenas o contato de docente para discente, mas que permita o contato inverso.

### 3. Encargo docente

- a. É necessário que as disciplinas dadas de forma remota pelos(as) docentes sejam consideradas como encargo docente e, portanto, contabilizadas como parte de sua carga horária, de modo que não venha a ser cobrado do(a) docente trabalho em dobro por disciplinas já ministradas.

### 4. Flexibilização ao discente:

- a. É necessário garantir a possibilidade de realizar as disciplinas a serem ofertadas;
- b. É necessário garantir possibilidade de desfazer matrícula nas disciplinas em que estavam matriculados;
- c. É necessário garantir possibilidade aos discentes de trancarem o(s) semestre(s) feitos de forma remota, sem que o(s) mesmo(s) seja(m) contabilizado(s) em seu limite já autorizado de trancamentos ao longo do curso.

### 5. Biblioteca virtual

- a. É necessária a criação de uma biblioteca virtual, respeitando os direitos autorais das obras a serem utilizadas, uma vez que: i) por decisão dos órgãos superiores da própria UFES, na bibliografia básica e complementar das disciplinas devem constar apenas obras disponíveis nas suas Bibliotecas; ii) docentes e discentes estão sem acesso à Bibliotecas da UFES.

Após a deliberação de pontos gerais referentes às condições para implementação do ensino remoto emergencial, o Departamento de Filosofia passou à discussão das questões colocadas no Documento às Chefias, feito pela Comissão de Biossegurança e Contingência do CCHN.

À pergunta 1 sobre o Primeiro Momento, “Como vocês visualizam a realização do ensino remoto em caráter provisório?”, o Departamento de Filosofia considera que é possível, desde que os elementos gerais sejam levados em consideração pela UFES.

À pergunta 2 sobre o Primeiro Momento, “Há possibilidade de ministrar disciplinas de seu curso de forma remota (aulas-online)?”, o Departamento respondeu, por ampla maioria, com apenas 02 votos contrários, que é possível.

Em relação à especificação sobre “quais disciplinas obrigatórias e/ou optativas poderiam assumir esse formato?”, o Departamento decidiu, também por ampla maioria, com apenas 02 votos contrários, que as Disciplinas Obrigatórias do 5º ao 9º períodos seriam mais fáceis de serem adaptadas para o formato remoto, dado que: i) são disciplinas com menos alunos por turma; ii) os alunos já estão na metade final do curso, e portanto, têm uma maior autonomia e um conhecimento maior de Filosofia que os alunos dos quatro primeiros períodos; iii) a maior parte dessas disciplinas está voltada para o aprendizado de escrita de trabalhos filosóficos, na intenção de encaminhar o aluno para a escrita da monografia.

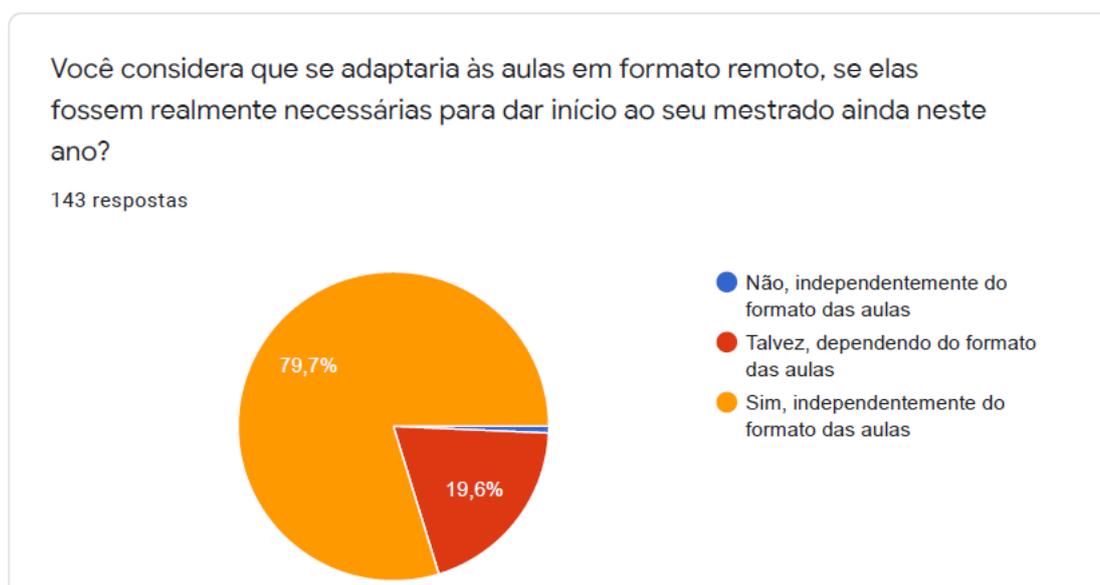
As disciplinas obrigatórias do 5º ao 9º Períodos são: Atividade de Pesquisa e/ou Extensão I (para Bacharelado e Licenciatura), Atividade de Pesquisa e/ou Extensão II (para Bacharelado e Licenciatura), Atividade de Pesquisa e/ou Extensão III (para Bacharelado); Atividade de Pesquisa e/ou Extensão IV (para Bacharelado); Projeto de Monografia (para Bacharelado e Licenciatura); Monografia (para Bacharelado e Licenciatura).

Além dessas disciplinas, o Departamento de Filosofia também acha possível adotar o formato remoto para as Disciplinas Optativas do curso, pelos mesmos motivos elencados acima: i) disciplinas com menor número de aluno por turma; ii) alunos com maior autonomia e conhecimento de Filosofia.

Para o Departamento, a dificuldade maior na adoção de formato remoto emergencial dá-se nas disciplinas obrigatórias do primeiro ao quarto período, pelo fato de que, nelas, o número de alunos por turma é maior (em torno de 50 alunos por turma), e por serem discentes que ainda não percorreram o núcleo das disciplinas consideradas básicas, o que faz com que eles possam ter maior dificuldade em acompanhar as disciplinas no formato remoto.

Para além das discussões sobre o ensino para a graduação, as Coordenações do PROF-FILO e do PPGFIL apresentaram comunicações e estudos específicos sobre a Pós-Graduação em Filosofia na UFES.

Em relação ao PROF-FILO, o Coordenador Prof. Marcelo Barreira apresentou enquete com os discentes, realizada em âmbito nacional, que indica, segundo ele, um massivo apoio ao ensino remoto emergencial, como pode ser visto principalmente na figura abaixo:



Em relação ao PPGFIL da UFES, o Coordenador Prof. Jorge Augusto da Silva Santos fez um parecer sobre as condições do Programa na UFES, assim como consulta ao que outros Programas de outras IES estão adotando e/ou discutindo adotar. Abaixo, sua resposta pessoal às perguntas feitas no Documento.

**ASSUNTO: PPGFIL: Consulta – Demanda da Reunião Ordinária da Câmara Departamental de 17 de junho de 2020**

Prezados (as) professores (as) do PPGFIL e representação estudantil,

Em função da demanda solicitada pelo GT do CCHN via profª Thana Mara de Souza para responder às questões sobre as propostas de ações para o presente momento de isolamento social (1º cenário) e de estratégias para o retorno escalonado na UFES (2º cenário), elaborei uma minuta por parte da coordenação com base em consulta a vários documentos de outras Universidades Federais.

Não se trata da posição formal do PPGFIL, pois isso não foi discutido e nem deliberado pelo Colegiado em Reunião Ordinária. Mas, como precisamos enfrentar a situação de retomada das aulas e, considerando que grande maioria dos docentes do PPGFIL estará presente na Reunião Ordinária da Câmara Departamental do dia 17 de junho, segue a minha proposta de colaboração como docente e coordenador.

A partir da discussão de amanhã na Reunião da Câmara Departamental, espero contar com a colaboração de todos (as) para retificar e aperfeiçoar a proposta para seguirmos adiante com a retomada das aulas, assim que a UFES deliberar pelo Ensino Remoto Emergencial.

## INTRODUÇÃO

A UFES está discutindo a situação atual da Universidade face à pandemia e ao eventual retorno às atividades acadêmicas de maneira remota (**1º cenário** segundo o Plano de Biossegurança com base na Portaria nº 182, de 13 de março de 2020 acerca das diretrizes estabelecidas pelo Comitê Operativo de Emergência da UFES - COE) com planejamento gradual ou escalonado de 40 a 80 % (**2º cenário** segundo o mesmo Plano de Biossegurança), como têm feito outras Universidades Federais. A UFES aprovou aos 04 de junho a manutenção do calendário acadêmico após discussão realizada em todos os centros de ensino: <http://www.ufes.br/conteudo/apos-votacao-cepe-decide-pela-manutencao-do-calendario-academico>

Até o momento, nada foi decidido sobre a obrigatoriedade das atividades de ensino e aprendizagem ao nível da graduação e da pós-graduação na UFES, mas isso ocorrerá ao longo do mês de julho com eventual retorno remoto, quando aprovado, provavelmente em agosto. Segundo a PRPPG/UFES, “as aulas presenciais da pós-graduação já estão suspensas, **tendo sido mantidas as atividades de pesquisa, orientação e defesas (teses, dissertações e exames de qualificação) que podem ser realizadas de maneira remota**”.

O que temos até então desde março até a discussão realizada aos 17 de junho pela Câmara Departamental de Filosofia é a seguinte normativa: “**atividades de apoio ao ensino-aprendizagem, de caráter opcional por parte dos discentes, não avaliativas e sem cômputo de crédito ou carga horária para disciplinas regulares**”, segundo a Resolução nº 7/2020 do Conselho Universitário.

Segundo os **PLANOS DE BIOSSEGURANÇA (que trata das diretrizes estabelecidas pelo Comitê Operativo de Emergência da UFES - COE [Portaria nº 182, de 13 de março de 2020]) E CONTINGÊNCIA DA UFES EM TEMPOS DE COVID-19** (elaborado pelo Grupo de Trabalho [Portaria nº 248, de 28 de abril de 2020]), é fundamental “realizar enquetes com alunos de graduação e de pós-graduação, visando à percepção do perfil socioeducacional e de acesso à internet e às tecnologias de informação e comunicação, bem como para captar a opinião desse público sobre as possíveis estratégias a serem adotadas”.

Essas enquetes foram realizadas pela chefia do Departamento de Filosofia e pela Coordenação do PPGFIL até o dia 12 de junho para subsidiar o GT do CCHN e as instâncias superiores da UFES.

Considerando a Reunião Ordinária da Câmara Departamental aos 17 de junho de 2020, é preciso estabelecer um posicionamento diante dos cenários previstos pelo Plano de Biossegurança da UFES;

Considerando que, em relação aos PPGs da UFES, foram mantidas as atividades de pesquisa, orientação e defesas (teses, dissertações e exames de qualificação) que podem ser realizadas de maneira remota;

Considerando que muitos Programas de Pós-Graduação da UFES ofertam disciplinas durante o período de férias da graduação, disciplinas condensadas em poucas semanas ou ainda apresentam mais de 2 períodos anuais de ofertas de disciplinas;

Considerando o eventual agravamento da situação epidemiológica na Grande Vitória até o final do ano de 2020 sem a possibilidade de encontros presenciais;

Considerando que eventual adesão às atividades acadêmicas remotas deve ser definida de comum acordo entre docentes e discentes, devendo ser aprovadas pelo Colegiado do PPGFIL, após análise das condições de trabalho remoto que garanta a realização das atividades por parte dos agentes envolvidos;

Considerando, por fim, que grande maioria do Colegiado estará presente na Reunião da Câmara Departamental, a Coordenação do PPGFIL responde a enquete com as seguintes:

### **OPINIÕES/PROPOSTAS/SUGESTÕES DO PPGFIL**

**1º momento:** a proposta de **AÇÕES** para o momento de suspensão de atividades presenciais administrativas e acadêmicas (Resolução nº 4/2020 e depois pela Resolução nº 7/2020, ambas do Conselho Universitário)

#### **1. Como vocês visualizam a realização de ensino remoto, em caráter provisório?**

Destacamos dois pontos na resposta:

##### **A. Ensino Remoto emergencial**

Ao nível da UFES e de muitas Universidades Federais, este procedimento é já uma realidade em andamento se entendemos por “Ensino Remoto Emergencial” uma estratégia de ensino extraclasse mediada por tecnologias (digitais ou não), que pode ser adotada quando existe a necessidade de distanciamento físico entre os sujeitos envolvidos com o processo educativo. Essa estratégia pode ser adotada excepcionalmente durante o ano letivo 2020 enquanto durar a pandemia do novo coronavírus (COVID-19).

##### **B. Cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual**

Aos 29 de maio 2020, “nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o **Ministro de Estado da Educação homologa** parcialmente o Parecer CNE/CP nº 5/2020, do Conselho Pleno, do Conselho Nacional de Educação - CNE, o qual aprovou orientações com vistas à reorganização do calendário escolar e à possibilidade de cômputo de atividades não presenciais, para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e deixa de homologar o item 2.16 do referido Parecer ([suspendendo o trecho que falava sobre avaliações e exames](#)), o qual submete para reexame do Conselho Nacional de Educação, considerando as razões constantes na Nota Técnica nº 32/2020/ASSESSORIA-GAB/GM/GM, conforme consta do Processo nº 23001.000334/2020-21”.

**2. Há a possibilidade de ministrar disciplinas do seu curso de forma remota (aulas-online)? Se sim, quais disciplinas obrigatórias e/ou optativas poderiam assumir esse “formato”?**

Em princípio, sim, com base na elaboração de um planejamento mensal e nas mediações tecnológicas acessíveis aos docentes e discentes. Destacamos três pontos:

**A. Planejamento mensal das atividades de ensino remoto**

No planejamento das atividades de ensino remoto emergencial devem ser consideradas as especificidades dos discentes e as possibilidades de integração curricular. Além disso, o plano mensal de atividades de ensino remoto emergencial deverá considerar, em sua construção, o conteúdo e a carga horária previstos no plano de ensino da disciplina elaborado no início do semestre/ano letivo.

**B. Metodologias possíveis para o ensino remoto**

As metodologias de ensino remoto devem levar em consideração as condições de acessibilidade do discente e garantidas pela UFES em sua operacionalização para fins de registro. Será necessário discutir qual delas é a mais adequada para o ensino no PPGFIL, entre outras possibilidades a serem indicadas na discussão.

**Aulas virtuais:** aulas sincrônicas que usam as tecnologias da informação e comunicação para promover experiências de aprendizagem. As aulas virtuais deverão ser gravadas e o link da gravação deverá ser disponibilizado para que seja possível o acesso dos discentes que não conseguirem acompanhar de forma ao vivo ou por não terem acesso às tecnologias digitais durante as atividades de ensino remoto emergencial.

**Videoaulas:** aulas assíncronas, gravadas por um docente, com o objetivo de facilitar o aprendizado de temas específicos. Poderão ser admitidas outras possibilidades de estruturação das atividades de ensino remoto emergencial, as quais poderão ser realizadas com a utilização de mídias digitais do tipo documentários, filmes, podcast, etc., desde que acordado entre docente e discentes.

**Estudo dirigido:** técnica de ensino que tem por objetivo guiar e estimular o discente para o estudo individual e para o pensamento reflexivo. O estudo dirigido previsto poderá ser utilizado para oportunizar o acompanhamento das atividades de ensino remoto emergencial, inclusive no retorno das atividades presenciais, para aqueles discentes que não tiverem acesso às tecnologias digitais ou não forem localizados nos endereços informados no ato da matrícula. Esta metodologia é muito freqüente entre

PPGs e às vezes acompanhada de eventuais encontros via plataformas Zoom e Google Meet.

As disciplinas obrigatórias e optativas do PPGFIL podem ser ministradas segundo uma (ou mais) das metodologias indicadas, tanto as do semestre 2020.1 como as do 2020.2, depois que tal proposta for discutida e aprovada pelo Colegiado em Reunião Ordinária.

- São atividades curriculares obrigatórias passíveis de ensino remoto:

a) Seminário de Projeto de Dissertação (Mestrado) (60 horas/4 créditos);

b) Seminário de Projeto de Tese (Doutorado) (60 horas/4 créditos);

- São disciplinas (optativas) ativas do PPGFIL passíveis de ensino remoto:

- Linha de Pesquisa em Filosofia Contemporânea:

PFIL- Fenomenologia e Hermenêutica (Mestrado/Doutorado) (60 horas/4 créditos)

PFIL- Filosofia e Psicanálise (Mestrado/Doutorado) (60 horas/4 créditos)

PFIL- Crítica à metafísica (Mestrado/Doutorado) (60 horas/4 créditos)

PFIL- Tópicos Especiais em Filosofia Contemporânea I (Mestrado/Doutorado) (60 horas/4 créditos)

PFIL- Tópicos Especiais em Filosofia Contemporânea II (Mestrado/Doutorado) (60 horas/4 créditos)

- Linha de Pesquisa em Ética e Filosofia Política:

PFIL- Ética (Mestrado/Doutorado) (60 horas/4 créditos)

PFIL- Filosofia Política (Mestrado/Doutorado) (60 horas/4 créditos)

PFIL- Tópicos Especiais de Ética (Mestrado/Doutorado) (60 horas/4 créditos)

PFIL- Tópicos Especiais em Filosofia Política (Mestrado/Doutorado) (60 horas/4 créditos)

PFIL- Teorias da Justiça (Mestrado/Doutorado) (60 horas/4 créditos)

C. Avaliação do período de ensino remoto.

O ensino remoto emergencial deverá normatizar a avaliação das disciplinas ministradas.

Da parte do docente: disponibilizar ao discente o Plano Mensal de Ensino Remoto Emergencial, onde deverão constar as tarefas e a relação de conteúdos (com indicação de

fonte de pesquisa) que serão trabalhados no período de isolamento social, bem como atividades avaliativas a serem desenvolvidas.

Da parte do discente: realizar as tarefas/atividades disponibilizadas pelos docentes conforme estabelecido no Plano Mensal de Ensino Remoto Emergencial; manter contato constante com o docente a fim de resolver possíveis dúvidas ou dificuldades de acesso às aulas.

**3. Se houver possibilidade de ministrar disciplinas online, seria parcialmente ou na íntegra? Se parcialmente, em que porcentagem?**

Em princípio, poderão ser ministradas integralmente.

**4. Há a possibilidade de oferta de outro tipo de atividade remota para além das disciplinas que constam nos PPCs (disciplinas optativas de curta duração e/ou outras atividades que poderiam contabilizar carga horária)?**

Com base na experiência de outros PPGs no Brasil, sim. Seriam hipoteticamente possíveis as seguintes, depois de discutidas e aprovadas pelo Colegiado do PPGFIL:

1<sup>a</sup>) **Ciclo de conferências do PPGFIL (UFES)**. Periodicidade semanal com transmissão nas redes sociais: Canal do Youtube; Página do Facebook; Instagram. Contudo, será necessário discutir e aprovar a criação dessas redes para o PPGFIL. Ou: via plataformas Zoom ou Google Meet.

2<sup>a</sup>) Oferta de disciplinas optativas de curta duração sob a forma de **Estudo dirigido**, de 60h, divididas em 10 semanas. Os encontros eventuais seriam via plataformas Zoom ou Google Meet;

3<sup>a</sup>) **Minicursos** centrados nas linhas de Pesquisa do PPGFIL. Formato: seis encontros de 2 horas, das 14 às 16 h. As aulas seriam ministradas via plataformas Zoom ou Google Meet. Ministrantes: Docentes do PPGFIL e/ou de outros PPGs em Filosofia;

**5. Há professores que têm familiaridade com plataformas e/ou formação para o ensino remoto? Com quais plataformas?**

Sim, a julgar pelas Reuniões Ordinárias da Câmara Departamental e do PPGFIL realizadas via plataforma *Google Meet*. As mediações tecnológicas possíveis seriam as seguintes:

*Mediações tecnológicas*

Como plataforma de mediação tecnológica digital do processo de ensino-aprendizagem, os docentes poderiam utilizar as seguintes:

- I. Webconferência;
- II. Fórum de discussão;
- III. Chat;
- IV. Avaliações;
- V. Tarefas;
- VI. Questionários;
- VII. Enquetes;
- VIII. Notícias;
- IX. Materiais > Vídeos;
- X. Materiais > Referências;
- XI. Materiais.

Os aplicativos do ecossistema *G Suite for Education* poderão ser utilizados de forma alternativa e/ou complementar como plataforma de mediação tecnológica digital, entre outras:

- I. Google Hangout Meet para Webconferência;**
- II. Google Formulários para avaliações online, tarefas, questionários e enquetes;
- III. Google Drive para compartilhamento de arquivos;
- IV. Google Sala de Aula para notícias, atividades, materiais (vídeos, referências e arquivos);
- V. Google Docs para práticas educativas colaborativas com documentos;
- VI. Google Planilhas para práticas educativas colaborativas com planilhas; VII. Google Apresentações para práticas educativas colaborativas com slides; VIII. Google Sites para práticas educativas baseadas em portfólio.

Aos discentes que, por algum motivo, não forem digitalmente incluídos, fica assegurado o uso de recursos para mediação tecnológica não digital, a exemplo de material impresso, mídia off-line, livros didáticos e paradidáticos, jornais, revistas, obras literárias, apostilas, charges, bem como **artigos científicos**, entre outros.

**6. A Comissão entende que uma formação adequada para o ensino remoto, além de contínua, vai além do uso instrumental das plataformas. Nesse sentido, que**

**tipo de formação você julgaria necessária para sentir-se apto a dar início ao ensino remoto?**

A oferta de um curso de capacitação de curta duração aos docentes e discentes por parte da UFES sobre a plataforma digital escolhida ou a que for mais acessível para o ensino remoto emergencial.

**7. Sob que condições vocês julgariam possível iniciarmos ensino remoto? Aqui pensamos nas condições emocionais, de estrutura física, acessibilidade de docentes e discentes.**

Uma vez constatada a viabilidade de oferta de alguma disciplina nos moldes do ensino remoto emergencial, as atividades devem levar em consideração as singularidades de cada discente, principalmente, do discente com necessidade específica. É necessário estreitar a via de comunicação entre a UFES, os docentes e discentes para esclarecer e orientar as atividades pedagógicas não presenciais. Nesse ponto, deve-se priorizar, portanto, a acessibilidade comunicacional por parte da UFES para aferir constantemente as limitações emocionais dos agentes envolvidos (docentes e discentes).

**2º momento:** a proposta de **ESTRATÉGIAS** para o momento de “retorno escalonado das atividades obedecendo às medidas de precaução do isolamento social descritas no plano de Biossegurança”: de 40% até, no máximo, 70-80% da sua capacidade. Esse retorno deverá ser acompanhado utilizando como parâmetro o número de indivíduos da comunidade acadêmica que apresentam sinais e sintomas respiratórios e atestados médicos com o CID da doença. Diante disso, outras questões surgem para o debate, a saber:

**1. Quais as dificuldades específicas que o departamento e/ou curso tem em relação ao retorno escalonado?**

A disponibilização de salas mais amplas (por exemplo, Anfiteatro I do CCHN), uma vez que as turmas do PPGFIL têm poucos alunos (as) por turma.

**2. Quais principais dúvidas surgem em relação ao retorno escalonado?**

Uma vez constatada a viabilidade de oferta de alguma disciplina presencial nos moldes do retorno escalonado, haverá garantia de que o PPGFIL tenha salas mais amplas e seguras para ministrar as disciplinas?

**3. Existem espaços físicos sob responsabilidade do curso/departamento (salas de aula, laboratórios, núcleos, secretarias etc) que demandam cuidados específicos em relação ao retorno escalonado?**

Como já dito, uma vez que as disciplinas do PPGFIL possuem em geral poucos (as) alunos (as), não ultrapassando o total de 20 discentes, aulas presenciais poderiam ser retomadas em ambientes maiores (por exemplo, Anfiteatro I do CCHN ou as maiores salas do prédio “Bárbara Weinberg” da pós-graduação do CCHN) que proporcionam distanciamento adequado e sem perigo para docentes e discentes.

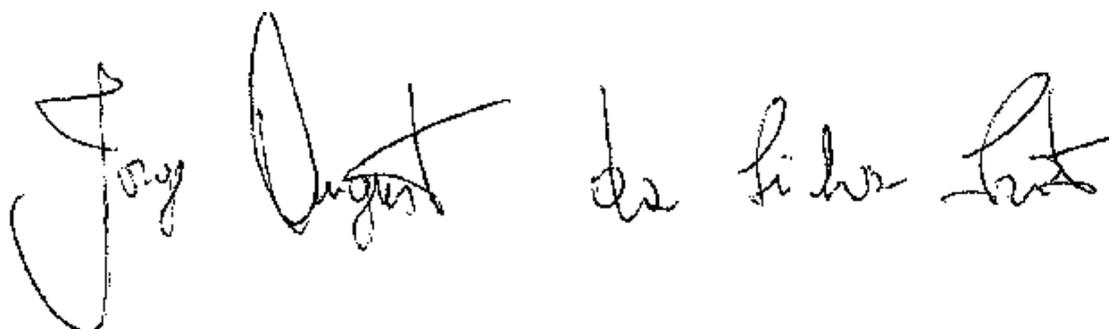
**4. Qual apoio institucional seria necessário para a efetivação do retorno escalonado?**

Em conformidade com os **Planos de Contingência e Biossegurança** da UFES (isto é, com as medidas de prevenção neles declinadas), garantir a viabilidade e a segurança dos docentes e discentes do PPGFIL através da oferta de salas mais amplas do que aquelas que usualmente utilizamos no Prédio “Bárbara Weinberg” do CCHN.

**5. Outras questões surgidas a partir do debate entre vocês...**

Garantir o cumprimento por parte do CCHN das exigências de segurança estabelecidas nos Planos de Contingência e Biossegurança.

Vitória, 19 de junho de 2020.



Prof<sup>o</sup> Dr. Jorge Augusto da Silva Santos  
Coordenador do PPGFIL

Esses são os elementos específicos que o Departamento de Filosofia solicita que sejam considerados pelo GT/UFES, pelo CEPE e CUn para elaboração de Resolução referente principalmente à questão do ensino remoto emergencial no período de isolamento social e à questão das condições de retorno escalonado.

Atenciosamente,

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Thana Mara de Souza  
Chefe do Departamento de Filosofia

Vitória, 19 de junho de 2020.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

**PROTOCOLO DE ASSINATURA**



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por  
THANA MARA DE SOUZA - SIAPE 1775461  
Chefe do Departamento de Filosofia  
Departamento de Filosofia - DF/CCHN  
Em 19/06/2020 às 09:26

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:  
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/31852?tipoArquivo=O>



# UFES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS

## **DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

Vitória, 15 de junho de 2020

Tendo em vista as questões colocadas pela Comissão Interna do CCHN a respeito das condições para o futuro retorno das atividades acadêmicas, o Departamento de Geografia, em reunião realizada on-line no dia 15/06/2020, vem a público reafirmar seu compromisso em defesa do ensino presencial.

Primeiramente, questiona-se as condições materiais efetivas que os alunos do curso possuem para acompanhar as atividades de ensino remoto, ainda que provisórias. Ora, em pesquisa realizada pelo Centro Acadêmico Livre de Geografia (CALGeo), que consultou 101 estudantes regulares dos cursos de Licenciatura e Bacharelado ofertados pelo Departamento, o que representa cerca de 20% de todos os discentes matriculados, verificou-se que embora 96% possua acesso à internet em suas residências, 47,5% dos alunos e alunas consultadas não possuem plenas condições (equipamento e conexão de banda larga) para acompanhar e realizar as atividades remotas.

Além disso, do total de pessoas que responderam o questionamento, 70,3% discorda da adoção de atividades remotas e 78,2% acredita que as atividades remotas, ainda que efetuadas em caráter temporário, comprometeriam a qualidade de sua formação.

Essa consulta, ainda que não atinja a totalidade dos alunos atendidos pelo Departamento de Geografia, esboça em linhas claras as dificuldades enfrentadas cotidianamente pelos discentes, que em muito seriam prejudicados caso as atividades de ensino remoto fossem adotadas.

Do ponto de vista dos professores, enfatiza-se a precária estrutura oferecida pela Universidade para o desenvolvimento das atividades remotas, seja de salas equipadas com câmeras e conexão de alta velocidade, seja ainda, e principalmente, nos cursos de formação docente para plataformas digitais.

Ressalta-se, ainda, as disciplinas que contam com carga horária prática, em laboratório ou em trabalho de campo. Os programas e aplicativos utilizados, por exemplo, em disciplinas de Geoprocessamento e Cartografia, as amostras das aulas práticas de Geologia e Geomorfologia, que necessitam do laboratório, e, sobretudo, as atividades de campo de diversas disciplinas, que mesmo em situação de “normalidade” não contavam com nenhum apoio institucional, sendo executadas a muito custo única e exclusivamente por insistência dos professores (que muitas vezes assumem inclusive custos financeiros), são partes integrantes do currículo que, em uma eventual situação de ensino remoto, não poderiam ser executadas, sendo de difícil substituição no processo formativo de geógrafos e professores de geografia.

Pelo exposto, ainda que se reconheça a excepcionalidade da situação vivenciada mundialmente, o Departamento de Geografia assume posição veementemente contrária à adoção de atividades remotas de ensino.

Diante das questões sobre um eventual retorno escalonado às atividades presenciais, ressalte-se a total incompatibilidade dos espaços físicos atualmente utilizados no prédio do IC-2 (salas de aula e laboratórios, fundamentalmente) com as necessidades de ventilação e espaçamento minimamente requeridas entre os alunos. A precariedade estrutural de salas que sequer permitem a abertura de janelas, por exemplo, salta aos olhos em uma eventual retomada das atividades presenciais. E como fazer para abrigar 30 alunos em 15 computadores em laboratórios sem janelas?

Isso sem mencionar a deficiência nos serviços de limpeza diária desses espaços que, como todos sabemos, deverão sofrer uma grande revolução para que a volta às atividades presenciais seja tornada possível.

Ao fim e ao cabo, expõe-se aqui preocupações legítimas com a qualidade da formação. Deficiências estruturais há muito deixadas de lado como supérfluas surgem agora como impeditivos para a retomada segura das atividades presenciais. Esperamos que possam ser, finalmente, sanadas.

Att.

Câmara Departamental de Geografia.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

## **Síntese das discussões em torno do Plano de Biossegurança e do Plano de Contingência da Ufes, em especial da proposta de ensino remoto emergencial no âmbito da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).**

Trata o presente da síntese das discussões do Departamento de História (Ufes) sobre o Plano de Biossegurança e sobre o Plano de Contingência, em torno do ensino remoto emergencial a ser implantado no âmbito da Universidade Federal do Espírito Santo, por ocasião da Pandemia de Covid-19. As discussões foram realizadas em reunião virtual da Câmara Departamental, ocorrida no dia 16 de junho, e realizada por meio da Plataforma Webex.

Quanto ao Plano de Biossegurança, em termos gerais, o Departamento supramencionado aponta para inúmeras dificuldades para a sua implementação, especialmente nos aspectos que envolvem custos e tempo de espera, seja para a aquisição de materiais ou insumos sanitários, como álcool em gel, máscaras, entre outros materiais, seja para a elaboração de projetos e contratação e realização de obras de adaptação de espaços físicos para higiene pessoal, a exemplo de edificação de pias, reforma de banheiros, readequação das salas de aula, que não possuem janelas que permitem ventilação natural, e ainda para adaptação de instalações como cabeamento e infraestrutura para instalação de computadores.

O Departamento também aponta para os diversos riscos a que a comunidade acadêmica pode ser submetida em caso de retorno às atividades presenciais em um futuro próximo, mesmo em regime de escalonamento e contando com um plano de biossegurança. Muitos estudantes, técnicos e professores seriam submetidos ao uso de transporte coletivo, que, como se sabe, é um dos principais focos de contaminação, pelo alto grau de aglomeração que ele provoca. O mesmo pode ser dito quanto exposição a riscos em determinados

espaços no *campus* universitário, tais como cantinas, restaurantes, laboratórios, entre outros. A preocupação é redobrada considerando a parcela da comunidade considerada de alto risco, pois existe uma parcela significativa de professores e técnicos com 60 anos ou mais. Por isso, o Departamento não considera auspicioso o retorno 100% presencial no ano de 2020. É preciso levar em consideração também outras ondas epidêmicas, já vislumbradas pelas autoridades médicas.

Diante desse panorama, surge a possibilidade admissível do *ensino remoto emergencial*. O Departamento de História entende que somos uma Universidade pública, gratuita e que deve prezar pela qualidade e pela ampla inclusão social. Não somos uma empresa e nossos estudantes não compreendem uma carteira de clientes, que paga e leva. Também não somos produtores em massa de diplomas, nem de meros profissionais voltados a atender o mercado. Embora formemos profissionais, muitos para atenderem a certas demandas de mercado, entendemos que esse não é o papel primordial da Universidade, cuja verdadeira missão é formar cidadãos com senso crítico para um mundo dinâmico e em constante transformação; produzir conhecimento para que a sociedade percorra ou alcance um determinado ideal de progresso, humanitariamente orientado; e de promover a equidade entre os indivíduos e segmentos que compõem a sociedade.

Diante disso, e considerando a situação de **absoluta excepcionalidade**, o ensino remoto pode e deve ser adotado, desde que seja levado em consideração as seguintes condições e requisitos:

- 1) Planejamento dessas atividades de ensino remoto com ampla participação da comunidade acadêmica;
- 2) Demandar da Universidade plataforma virtual de aprendizagem que seja capaz de comportar todos os cursos, de todos os *campi*;
- 3) Demandar da Universidade fornecimento de Internet banda larga com capacidade de transmissão de dados correspondente à demanda de toda a comunidade acadêmica da Ufes;
- 4) Demandar da Universidade assistência aos discentes que não disponham de equipamento ou assinatura de Internet, bem como de equipamentos de

informática, seja smartphone, tablet ou computador. Nesse sentido, nenhum estudante pode ser prejudicado;

- 5) Demandar da Universidade treinamento de docentes, estudantes e técnicos para o ensino remoto;
- 6) A impessoalidade e a formalidade das atividades remotas (o direito à intimidade – ex. não abrir a câmera) – uso de e-mail institucional para abrir o Moodle ou outra plataforma como o Google Classroom.
- 7) Alternar entre conteúdo gravado, leitura de texto, aulas expositivas e aulas interativas (seminários), além de podcasts – muitos discentes gostam de podcasts;
- 8) Necessidade que a Universidade se reorganize, incluindo em termos de calendário para as atividades remotas em tempos de pandemia; oferecendo aos alunos que desejarem a oportunidade de cancelarem as inscrições em disciplina ou o trancamento do curso;
- 9) Recomenda que as enquetes e demais interfaces realizadas junto aos estudantes seja realizada também por correio, de forma a contemplar, especialmente, aqueles com dificuldades de acesso à internet.

Ademais, o Departamento sugere aos núcleos docentes estruturantes (NDEs) e Colegiados de curso que promovam discussões quanto à possível realização dos estágios supervisionados dos cursos de licenciatura também de maneira remota, uma vez que as redes básicas de ensino (públicas e privadas) vêm realizando esse tipo de ensino. Sugere que seja verificada a legalidade dessa providência.

Por fim, nem por isso menos importante, o Departamento aprovou que cada professor realize enquetes junto aos estudantes matriculados em suas disciplinas sobre o ensino remoto, por meio do portal do professor. Isso será realizado pelo fato de a enquete realizada pela Universidade, que ocorreu à “toque de caixa”, não ter conseguido atingir a todos ou a quase totalidade de estudantes.

## Resposta dos Professores do DLL à Comissão Interna do CCHN

Em atendimento ao documento de 10 de junho de 2020 da Comissão Interna do CCHN junto ao Grupo de Trabalho e Comitê Operativo de Emergência para o coronavírus da Ufes, solicitando posicionamento dos Departamentos e Colegiados deste Centro a respeito dos possíveis cenários de reorganização das atividades acadêmicas na Ufes, os Professores do Departamento de Línguas e Letras, em Reunião Extraordinária no dia 16 de junho, discutiram as questões levantadas e apresentam abaixo uma série de questionamentos, preocupações e sugestões no que tange aos pontos elencados naquele documento.

Sabendo que, no momento, o Brasil atinge quase um milhão de infectados pela Covid-19, passando dos 45 mil mortos, e que o Espírito Santo ultrapassa os 26 mil contaminados pelo coronavírus, com mais de 1000 mortos, e que as autoridades sanitárias mundiais, nacionais e locais afirmam que a doença ainda está em expansão, entendemos que a **emergência da saúde e segurança sanitária** da população capixaba (como também brasileira e mundial) deve ser o foco prioritário das decisões da Ufes, particularmente quanto à sua comunidade acadêmica, em qualquer um dos cenários possíveis de retorno às aulas, seja de forma remota ou no plano escalonado.

Cumpre-nos lembrar que a atividade docente na Universidade não se reduz a atividades de ensino, mas constituem um tripé formado por ensino, pesquisa e extensão, que são indissociáveis. Neste sentido, a Ufes não está parada, seu corpo docente e técnico trabalha diuturnamente em atividades de pesquisa, de extensão e administrativas.

No caso de implementação do ensino remoto em caráter provisório, os professores do Departamento de Línguas e Letras, ainda que tendo posições individuais diferenciadas, almejam que a construção das condições para esse possível cenário se dê em prazo hábil para que possam ser discutidos e viabilizados os vários entraves que a pesquisa recente junto à comunidade discente revela. Seus resultados deixam patente a enorme desigualdade existente entre aqueles que dispõem de recursos tecnológicos e aqueles privados de tecnologia. Para a implementação de ensino remoto emergencial, seria necessário, portanto, corrigir antes essas

discrepâncias com o objetivo de contemplar a totalidade dos alunos nessa nova modalidade de ensino.

A viabilização desse intuito inclusivo precisa prever o fornecimento gratuito de ferramentas tecnológicas minimamente necessárias para o acompanhamento das aulas remotas, como, por exemplo, *kits* de Internet (*chip* para celular ou aparelho modem portátil), *notebooks* (ou *tablets*) e Internet banda larga. Sem o devido provimento desses recursos, a realização de ensino remoto emergencial fracassará irremediavelmente num dos mais importantes atributos outorgados aos institutos federais de ensino: a garantia de democratização da aprendizagem.

Consideramos, assim, fundamental que a Reitoria apresente uma proposta consistente para que nenhum estudante seja desfavorecido no cenário de atividades remotas que exijam uso de tecnologia e de internet de qualidade. É hora de a Universidade responder essas e outras questões urgentes para o caso de se adotarem os ambientes virtuais, em caráter provisório, para o retorno às aulas. Só assim haverá condição equânime entre os estudantes que têm e os que não têm condições de acesso à tecnologia, sendo ambos os grupos atendidos em sua expectativa de regularização do semestre letivo. Se a universidade não cumpriu seu papel de analisar cenários e antecipar soluções, redesenhando currículos, concorrendo para o exercício associado entre ensino, pesquisa e extensão e o uso das tecnologias digitais, é inaceitável que recaiam sobre os estudantes e professores todos os resultados negativos decorrentes da falta de respostas às demandas que estão postas.

Também nos debruçamos sobre os demais fatores que podem recair sobre o corpo discente e dificultar a implementação do ensino remoto emergencial, como, por exemplo: a) as condições muitas vezes adversas do ambiente doméstico, nos casos em que núcleos familiares numerosos precisam partilhar os mesmos espaços exíguos e, muitas vezes, os mesmos aparelhos de acesso remoto; b) o desemprego que atinge as famílias de muitos alunos, obrigando-os a investirem em formas alternativas de obtenção de renda fora de casa (não sendo possível, para muitos deles, estarem em frente ao computador ou à tela do celular no horário das aulas); c) a necessidade de vários de nossos alunos de se ocuparem de antes da família em período integral (filhos em idade escolar, familiares enfermos que demandam cuidados especiais etc.); d) o prejuízo para a atenção às aulas devido às condições psicológicas afetadas pelo estado

geral de medo, tensão e incertezas diante da ameaça do coronavírus à vida humana; e) acessibilidade linguística para o professor surdo do departamento e os alunos surdos do curso Letras-Libras que significa equipamento adequado bem como internet potente que garantam boa visualização das expressões faciais e sinais manuais da Língua Brasileira de Sinais (Libras) bem como para os servidores técnico administrativos do setor de tradução e interpretação de Libras que fazem a mediação/ inclusão comunicativa.

Essas questões de saúde física, psicológica e linguística (surdo-ouvinte) não devem ser focalizadas com menor zelo do que as condições tecnológicas. A propósito do aspecto emocional, aliás, deve-se registrar que o humano por trás da máquina (PC, *laptop*, *tablet*, *smartphone* etc.) preexiste à máquina, e, na verdade, qualquer debate que não priorize o valor da integridade física, mental e emocional desses atores não seria relevante. Não há meios, a nosso ver, de introduzir planejamentos e estratégias se não forem focalizadas, antes de tudo, as disposições psicológicas e afetivas dos sujeitos, dimensões não detalhadas nas recomendações gerais da Ufes sobre o assunto.

Assim, gostaríamos de indagar: a) qual o suporte de ordem médica e psicológica que estudantes, mas também professores, terão da Universidade ao lidarem com o ensino-aprendizagem de conteúdos em situações adversas tanto em virtude da situação de isolamento social, quanto em virtude da sobrecarga de trabalho advinda da adaptação de materiais e métodos das disciplinas? b) que respaldo para ensinar e para aprender terão as professoras e as alunas que são mães e não têm onde deixar seus filhos, que estão isolados em casa absorvendo todo o cuidado das tarefas domiciliares e da maternagem e, em muitos casos, responsabilizando-se pelo estudo remoto dos filhos em tutela?

Especificamente quanto ao corpo docente desta Universidade, constituem também nossas preocupações: a) se a Reitoria respeitará a liberdade de cátedra, não impondo uma única via de acesso remoto, mas deixando que os profissionais do ensino escolham suas ferramentas metodológicas e seu modo de interação com os alunos; b) se os docentes poderão fazer uso dos mecanismos já existentes na Ufes – ambiente virtual de aprendizagem, TV e Rádio Ufes e Sead; c) se, ao ser solicitado que docentes gravem as aulas, haverá disponibilização de instrumentos de trabalho

adequados por parte da instituição; c) se a Reitoria tem algum plano de trabalho no tocante às disciplinas práticas e de estágio, especialmente no caso dos estágios, que devem ser realizados *in loco* na escola; d) se as bibliotecas permanecerão fechadas, qual a proposta da Reitoria para que os alunos e alunas tenham acesso aos materiais bibliográficos que não se encontram disponibilizados na internet? e) em caso de uma volta ao ensino presencial, haverá ventilação suficiente nas salas de aula, redução do número de alunos, sanitização das salas, corredores e banheiros em todos os turnos diariamente, álcool em gel e sabonetes suficientes para toda a comunidade acadêmica?

Também nos afligem as questões de autonomia e soberania tecnológicas, condição fundamental da soberania nacional-popular, base para uma inclusão efetiva da população, historicamente excluída e humilhada. Neste momento em que as forças produtivas contemporâneas migram para a Geração 5G, com a chamada “internet das coisas”, com hiperconectividade e hipervelocidade sem precedentes, é a soberania política, militar, econômica e cultural dos povos que novamente está em jogo. O papel irrenunciável da Universidade é assumir o desafio de desenvolver forças produtivas de forma soberana, voltadas para o protagonismo histórico de nossa população. Não podemos ser ingênuos usando plataformas de “aulas remotas” privadas, como Google e Microsoft, por exemplo. Isso é nos condenar a relações de produção, inclusive de conhecimento, atrasadas e dependentes. Propõe-se, portanto, que a Ufes assuma essa tarefa e ofereça uma plataforma própria, pública, autônoma e soberana, para a consecução do cenário com aulas e demais atividades acadêmicas remotas.

Sabemos que a principal contradição do capitalismo, eixo de todas as demais, ocorre por meio da relação entre forças produtivas de vanguarda e relações de produção de retaguarda. Um dos efeitos trágicos dessa contradição é a divisão internacional do trabalho, que condena parte significativa da humanidade a relações de produção que se expressam na retaguarda das forças produtivas ascendentes. É nesse contexto que se condena os povos do mundo ao atraso tecnológico, para, assim, submetê-los. Problema trans-histórico do Brasil, presente desde o período colonial, de sempre estar na retaguarda das forças produtivas de vanguarda. Não há como resolver a exclusão e a violência que recaem contra o povo brasileiro sem resolver esse problema estrutural.

Consideramos que o momento gravíssimo exige reflexão, discussão e construção coletiva de cenários para reorganização das atividades, com base em solidariedade, cuidado e respeito para com os diversos atores envolvidos. Sabemos que o retorno às atividades acadêmicas presenciais se dará em etapas e que a responsabilidade final sobre o processo educacional e sobre os riscos à vida e à saúde de milhares de alunos recairá sobre nós. Cabe a nós, nesse sentido, vislumbrar outros cenários possíveis para a retomada das atividades, o que poderia ser feito a partir da valorização do tripé universitário ensino pesquisa e extensão. A revisão, reativação e proposição dos núcleos acadêmicos de pesquisa e extensão, por exemplo, poderiam protagonizar formas alternativas de ensino e serem usados para manter e aprofundar vínculos de ensino e aprendizagem entre os membros da nossa (e de outras) comunidade acadêmica. Como sugestão, o convite para vinculação de estudantes a projetos acadêmicos regulares, assim como o estímulo à realização de projetos de pesquisa e extensão em ambientes e contextos dos quais eles se sintam próximos seriam horizontes alternativos à perspectiva dominante que entende o trabalho universitário apenas na forma de aulas, sejam presenciais ou remotas. Devíamos, nesse sentido, criar projetos de desenvolvimento institucional de extensão voltados especificamente para a identificação e acompanhamento da comunidade acadêmica em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, o que nos ajudaria a definir de maneira mais justa a quem ajudar nos momentos de dificuldade.

Neste contexto vale lembrar e garantir (1) o princípio da autonomia acadêmica para definir e decidir, no tempo necessário e sem pressão emergencial, os cenários e as condições que nos dizem respeito, considerando também as experiências positivas e negativas de outras Universidades frente à situação; (2) a temeridade do Projeto de Lei, Future-se, rejeitado à unanimidade por esta universidade em 2019, que, em vias de aprovação no Congresso, encontrará perfeita ambiência e justificativa para os contingenciamentos já feitos, uma vez que nossa eventual antecipação para resolver problemas estruturais que não criamos produzirá a afirmação de que damos conta de tudo, mesmo sem o investimento do Estado e, por fim, sem deixar de levar em conta (3) as pressões políticas e de mercado para desfigurar ainda mais a universidade de seu caráter público (incluindo seu financiamento), solicitamos que a Comissão Interna do CCHN junto ao GT-Ufes amplie os prazos para construção democrática desses e de

outros cenários, já que a pandemia não deixa de nos surpreender, garantindo, assim, um processo solidário e reflexivo da soberania da comunidade para a tomada de decisões.

Vitória, 18 de junho de 2020



## **RESPOSTA DO COLEGIADO DE LETRAS INGLÊS À COMISSÃO DE CONTINGÊNCIA E BIOSSEGURANÇA DO CCHN RESPONSÁVEL PELO DEBATE ACERCA DE FORMAS DE REORGANIZAÇÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS EM VIRTUDE DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS.**

Vitória, 19 de junho de 2020.

O debate acerca da possível implementação de atividades de ensino remoto de cunho emergencial junto à comunidade acadêmica da Ufes se deu no Colegiado de Letras Inglês em 17 de junho de 2020. Estiveram presentes de forma virtual, por meio de videoconferência, os professores Luis Francisco Espíndola Camargo, Roberto Ferreira Junior, Lívia Fortes Silva Zenóbio, Karen Lois Currie, Karla Ribeiro de Assis Cezarino, Christine Sant'Anna de Almeida e Luciana Ferrari de Oliveira Fiorot, esta última coordenadora deste Colegiado.

Primeiramente, gostaríamos de destacar que, apesar da pluralidade de visões, vivências e anseios entre os docentes presentes à reunião, ressalta-se a preocupação comum a todos nós, e que, portanto, determinará nossa conduta frente aos desafios da implementação do que, na Ufes, tem-se denominado de Ensino Remoto Emergencial (ERE). Entendemos que essa parece ser a única alternativa para retorno às aulas. Entretanto, consideramos que sua implementação seja viável **somente se** a Universidade apresentar claramente seu plano para diversas ações afirmativas e inclusivas que cheguem a TODOS os estudantes. Julgamos ser de extrema importância e necessidade que nossa Universidade providencie:

1. acesso à Internet de qualidade aos que precisam e/ou aos que não dispõem;
2. acesso a dispositivos e tecnologias de informação e comunicação (Tics);
3. apoio psicológico para alunos e professores em caso de necessidade e situação de vulnerabilidade emocional;
4. formas de inclusão digital às pessoas portadoras de deficiências (motoras, auditivas, visuais), quando for o caso;
5. formação profissional para que os docentes se sintam minimamente capacitados para ministrarem suas aulas nesse modelo.

Entendemos que vivemos em um país com uma enorme desigualdade social e, ao darmos início a qualquer forma de ensino remoto sem que essas ações e providências sejam tomadas, as desigualdades só aumentarão, e muito. Isso não condiz com o valor e a responsabilidade social da Universidade, e nesse tocante, a coordenação de Letras-Inglês se coloca à disposição para ajudar na geração de dados junto aos estudantes deste curso.

Além das questões supracitadas, apontamos para a pouca habilidade da gestão atual da Ufes em publicizar suas decisões e seus anseios junto aos seus docentes e alunos.

Entendemos que comunicados acerca das medidas que a Ufes têm tomado em função da pandemia devem ser divulgados pelos canais de comunicação institucionais e já legitimados pela comunidade acadêmica, via ofícios circulares, memorandos ou e-mails disparados via Portal.

Ademais, preocupa-nos as condições emocionais e psicológicas a que nossos alunos possam estar sujeitos nesse momento tão conturbado da história mundial e do nosso país. Sabemos que muitos dos discentes da Universidade hoje têm origem socioeconômica pouco privilegiada, o que implica em condições bastante limitadas de estudo uma vez que o espaço doméstico pode ser insuficiente ou inadequado para este fim. Além disso, há de se atentar para as mães de filhos em idade escolar que demandam esforços e cuidado redobrado, idosos e pessoas de grupo de risco que demandam maior atenção, além do trabalho doméstico e da instabilidade financeira que aflige grande parte da população brasileira.

Entendemos também que muitos discentes têm se mostrado desmotivados e/ou declarado seu desinteresse pela retomada às atividades remotas pelos diversos motivos elencados acima. Portanto, gostaríamos de solicitar também que a Universidade disponha de auxílio psicológico para aqueles que dele necessitarem.

No entanto, apesar de todos os problemas criados pelo COVID19, a situação, exposta acima, demasiadamente complexa, pode também ser vista como uma grande oportunidade para inovações e ressignificações de diversas ordens, incluindo, consubstancialmente, a educação formal. O sistema atual de educação no Brasil ainda tende a focalizar na transmissão de conhecimento de 'quem sabe mais' para 'quem sabe menos', sendo que 'quem sabe mais' normalmente possui conhecimento em áreas muito específicas. Todavia, devemos reconhecer que o 'conhecimento' já está disponível e pode ser acessível para uma grande proporção dos seres humanos do planeta através da internet, exigindo da sociedade conhecimentos cada vez mais interdisciplinares e transdisciplinares. Por isso, talvez seja oportuno repensar processos de ensino-aprendizagem de forma mais crítica, transdisciplinar, desierarquizada e situada enquanto experimentamos novos meios de ensino à distância.

Sabemos que muitos são os desafios mas seguimos firmes na nossa missão e no nosso compromisso com esta Universidade. Esperamos ver nossos anseios atendidos e, assim que se fizerem realidade, prosseguiremos às ações que, definitivamente, hão de mudar nossa práxis e nossa história.

Respeitosamente,

Colegiado de Letras Inglês.

Vitória, 19 de junho de 2020.

## **À Comissão de Biossegurança e Contingência do CCHN**

Prezados, encaminho as discussões realizadas no âmbito do Colegiado de Letras Neolatinas. Parte dos professores não se sentiu apta a opinar, seja por não ofertarem disciplinas, seja por considerarem ser necessário maior tempo para discutir questões de tamanha relevância. Reúno a seguir apontamentos que refletem a insegurança do contexto em que estamos inseridos e espero poder contribuir para um debate democrático acerca dos rumos e desafios que se anunciam em nossa universidade.

Como ponto inicial da discussão, trazemos as reflexões propostas pelo professor Mário Acrísio, que chama-nos a atenção ao fato de que, antes de tudo, estamos tratando de pessoas, logo, não podemos nos furtar à preocupação as condições de saúde física e psicológica dos atores envolvidos. Deve-se registrar que o humano por trás da máquina (PC, laptop, tablet, smartphone etc.) preexiste à máquina, e, na verdade, qualquer debate que não priorize o valor da integridade física, mental e emocional desses atores não seria relevante. Não há meios de introduzir planejamentos e estratégias se não forem focalizadas, antes de tudo, as disposições psicológicas e afetivas dos sujeitos, dimensões sobre as quais o documento em discussão não aborda sequer minimamente. A complexidade do momento traz a diversidade de atores envolvidos, sejam professores, alunos, técnicos e familiares que, em contexto de isolamento, perfazem o cotidiano profissional e acadêmico de todos. Essa preocupação manifestou-se fortemente dentre todos os professores que participaram deste debate.

O Curso de Letras reúne o maior corpo estudantil da universidade e é de grande relevância o fato de que muitos deles passam, neste momento, por severas dificuldades, sejam elas de ordem econômica, psicológica ou tecnológica, vivendo em regiões periféricas ou mesmo fora da Grande Vitória, conforme salienta o representante estudantil Italo Costermani. De fato, se pensamos na universidade pública, gratuita e de qualidade destinada à sociedade, é preciso estar sensíveis à realidade de nossos

estudantes. Considerando a diversidade de condições de acesso ao ensino remoto emergencial, destaca-se a complexidade de medidas necessárias, sendo algumas incompatíveis com a realidade dos alunos de Letras Neolatinas, como, por exemplo, centros de distribuição de atividades (devido à abrangência em 78 municípios), e a oferta de “aulas ao vivo” (devido à precariedade de acesso à internet de qualidade em zonas rurais, periféricas ou mesmo nos centros urbanos). Destaca-se que, nas licenciaturas duplas, a oralidade e a prática dialógica é componente fundamental da performance enunciativa que se descortina na arena da sala de aula, o que ficaria seriamente comprometido ao pensar em uma metodologia remota de ensino. Para além disso, ao tratar de licenciaturas, é impossível, nesse momento, vivenciar a prática de estágios supervisionados, fundamentais à formação dos alunos do curso de Letras.

A experiência com ensino remoto também não se limita a uma reprodução automatizada de conteúdos, requer um trabalho de formação com professores, além de infra-estrutura inerente à dinâmica de ensino à distância que não são acessíveis a todos, principalmente se considerarmos o contexto de pandemia. A realidade de estúdios disponíveis, pólos de atendimento e encontros presenciais não são possíveis. Seria, portanto, necessário mais tempo de discussão para entender, formar e desenvolver uma proposta de ensino remoto que precisa ser ainda direcionada e construída, conforme salienta a professora Edna Polese. Questiona-se a qualidade das atividades que poderiam ser ofertadas nesse contexto. De que maneira trabalhar questões complexas de teoria da linguagem, teoria estética e literária sem um diálogo efetivo com os alunos. De que maneira discussões fundantes da formação do profissional da área de Letras seriam mantidas no contexto em que vivemos? De que maneira não seriam banalizadas ou recebidas superficialmente sem o amplo diálogo por meio da viva interação verbal? Como não precarizar o ensino e a formação de nossos alunos? Uma formação que não se restringe a uma relação conteudista e de transmissão de conhecimento não pode ser garantida pelo "tamanho da banda larga". Urge, portanto, um debate concreto e organizado sobre as relações entre ensino-aprendizagem e tecnologias.

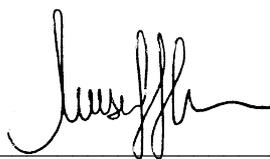
São muitas as questões para as quais não temos respostas, mas o tempo para amadurecimento dessas questões visando ao não comprometimento, não só de conteúdos, mas de relações sociais e de saúde mental dos envolvidos no processo, é essencial. Tempo e direcionamento para que possamos pensar juntos em ações concretas.

Nesse caminho, é primordial e urgente o debate democrático direto (e não representativo) muito mais amplo dentro dos cursos, envolvendo todos os professores que neles lecionam em diálogo com os demais segmentos, acerca das possibilidades reais de lidarmos da melhor forma com essa situação, conforme salientam os professores Fabiano Moraes e Rafael Gomes.

Assim, foram consideradas por este colegiado a necessidade de debate democrático acerca da humanidade envolvida em todo esse processo, da necessidade de formação de professores (cursos sobre criação de conteúdos online, gravação de aulas nas mais diversas plataformas, etc.), com orientação, tempo e remuneração das horas de trabalho. Por fim, o representante estudantil chamou a atenção para a possibilidade de oferecer disciplinas/cursos extracurriculares, que contassem como matérias optativas ou horas extras neste momento, inicialmente com uma carga horária menor e com métodos de avaliação adaptados (sabendo que 30% dos estudantes não se sentem em seu melhor momento de sanidade mental). Destacando-se, no entanto, a complexidade de se pensar em termos de oferta dessas disciplinas.

Esperamos ter contribuído para este breve, mas importante momento de diálogo.

Atenciosamente,



---

Professora Michele Freire Schiffler

Coordenadora do Colegiado do Curso de Letras Neolatinas

Às Chefias dos Departamentos do Centro de Ciências Humanas e Naturais Aos Coordenadores dos Cursos de Graduação e dos Programas de Pós-Graduação do Centro de Ciências Humanas e Naturais

Em 10 de junho de 2020.

**Obs: EM VERMELHO e AZUL AS SUGESTÕES E RESPOSTAS DO COLEGIADO DE OCEANOGRAFIA**

Em atendimento às propostas de ações estratégicas estabelecidas no "Plano de Contingência da UFES em tempos de COVID-19" elaborado pelo Grupo de Trabalho (Portaria nº 248, de 28 de abril de 2020) e às diretrizes estabelecidas pelo Comitê Operativo de Emergência da UFES - COE (Portaria nº 182, de 13 de março de 2020) por meio do Plano de Biossegurança, faz-se necessário pensar, a partir dos dados das enquetes, em formas de reorganização das atividades acadêmicas dos cursos de graduação e de pós-graduação, observando a oferta dos cursos, bem como avaliar a possibilidade de utilização de estratégias educacionais a serem desenvolvidas remotamente em caráter provisório.

Diante disso, a Comissão Interna do CCHN, formada com o intuito de contribuir com os planos, vem, por meio deste, sinalizar o desejo de acolher as opiniões/propostas/sugestões das Câmaras Departamentais, dos Colegiados de Curso de Graduação e Pós-Graduação sobre alguns pontos que listamos abaixo e que abordam questões relacionadas à possibilidade de atividades de ensino remoto durante a suspensão das atividades presenciais e do retorno às atividades de maneira escalonada, quando possível.

Reiteramos a importância dessas informações para que a Comissão tenha um retrato mais situado das especificidades de cada curso e, conseqüentemente, consiga contribuir de forma mais satisfatória e abrangente. Por isso, nesse momento, o debate entre todos é imprescindível!

Bem, os dois planos citados anteriormente tratam dos cenários estabelecidos em decorrência da pandemia da COVID-19 e discutem possíveis estratégias de enfrentamento da mesma. O plano de Biossegurança, mais especificamente, estabelece três cenários (momentos) possíveis para a reorganização das atividades de ensino na UFES. O **primeiro** deles é a suspensão de atividades presenciais administrativas e acadêmicas. O **segundo** é o retorno escalonado das atividades obedecendo às medidas de precaução do isolamento social descritas no plano e o **terceiro**, o qual não trataremos aqui, relaciona-se a possíveis

medidas a serem adotadas mediante o surgimento de novas ondas da COVID-19. Entendemos que as medidas relacionadas a este terceiro momento serão semelhantes às medidas tomadas para um retorno escalonado.

Em relação ao **primeiro cenário** que se estabelece, algumas questões (abaixo) surgem e, neste momento, convidamos os Departamentos e Colegiados para o debate. Certamente outras questões surgirão para além das que apontamos neste documento e será ótimo se vocês puderem apontá-las e dividi-las conosco.

1. Como vocês visualizam a realização de ensino remoto, em caráter provisório?

**RESPOSTA:** De acordo com pesquisa de percepção dos discentes do curso (com resultados expostos ao final desse documento) e na visão deste colegiado, considera-se como aceitável essa modalidade de ensino, desde que em caráter provisório e emergencial, visando a redução dos prejuízos dos discentes com o atraso excessivo no tempo para a formatura. Porém, sua implementação pressupõe, entre outros fatores, a inclusão de todo o corpo discente, o qual não pode ser feito apenas com a implementação de equipamentos e serviços tecnológicos para os alunos que possuem maiores dificuldades nesse aspecto. Outros fatores devem ser considerados e serão detalhados a seguir.

2. Há a possibilidade de ministrar disciplinas do seu curso de forma remota (aulas-*online*)? Se sim, quais disciplinas obrigatórias e/ou optativas poderiam assumir esse “formato”?

**RESPOSTA:** De acordo com pesquisa de percepção dos discentes do curso (com resultados expostos ao final desse documento) e na visão deste colegiado, considera-se possível ministrar online cerca de 50% do conteúdo do curso que corresponde a aulas teóricas, desde que adotados procedimentos pedagógicos que permitam um mínimo de interatividade entre professores e alunos. Os 50% restantes do conteúdo previsto no PPC do curso são atividades práticas, incluindo aulas práticas de campo e laboratório, estágio, embarque, TCC e atividades complementares. Algumas

dessas atividades poderão ser feitas remotamente, a critério dos professores responsáveis pelas disciplinas, como orientação de etapas finais de elaboração de TCC, atividades não laboratoriais e de campo de estágio, alguns tipos de atividades complementares (por exemplo, congressos virtuais), bem como algumas atividades práticas de laboratório que requerem menor interatividade e podem eventualmente ser substituídas por vídeos. No item 8 abaixo é feita uma sugestão para viabilizar o cumprimento de 100% das atividades de laboratório dentro de um protocolo de segurança. No entanto é possível que, mesmo após avaliação dos docentes responsáveis pelas disciplinas, restem partes consideráveis desses 50% dos conteúdos do curso não passíveis de substituição por equivalentes remotos, como as atividades de campo e várias atividades de laboratório.

Quanto às disciplinas e atividades dessas disciplinas que podem ser ministradas nesse formato, isso deve ser alvo de consultas aos departamentos envolvidos com o curso. É importante frisar que o curso de Oceanografia é atendido por vários departamentos externos ao CCHN, a saber: Departamento de Química, Física, Matemática e Estatística (CCE), Departartamento de Engenharia Ambiental (CT).

Quanto às atividades curriculares gerenciadas e validadas por este colegiado, que são a Disciplina de Embarque Supervisionado e as atividades complementares, pode-se afirmar que é impossível de substituir a experiência embarcada por atividades remotas. Já as atividades complementares podem ser feitas remotamente e sua avaliação será feita caso a caso (por exemplo, congressos online).

3. Se houver possibilidade de ministrar disciplinas online, seria parcialmente ou na íntegra? Se parcialmente, em que porcentagem?

RESPOSTA: Como explanado anteriormente, há diversas disciplinas no curso com uma parcela considerável da carga horária composta de atividades práticas de campo ou laboratório que certamente não serão substituíveis por atividades remotas. Estima-se que esse percentual seja em torno de 30 a 40%, mas o percentual correto só poderá ser conhecido após

avaliação feita pelo corpo docente dos sete departamentos envolvidos com disciplinas obrigatórias no curso.

4. Há a possibilidade de oferta de outro tipo de atividade remota para além das disciplinas que constam nos PPCs (disciplinas optativas de curta duração e/ou outras atividades que poderiam contabilizar carga horária)?

**RESPOSTA: Não**

5. Há professores que têm familiaridade com plataformas e/ou formação para o ensino remoto? Com quais plataformas?

**RESPOSTA:** De uma forma geral, a percepção deste colegiado é que os professores do curso de Oceanografia têm boa familiaridade com plataformas que são comumente usadas em ensino remoto. Porém, uma avaliação mais criteriosa desse quantitativo deve ser feita a partir da consulta aos sete departamentos diretamente envolvidos com o curso (isto é, que ministram disciplinas obrigatórias).

6. Comissão entende que uma formação adequada para o ensino remoto, além de contínua, vai além do uso instrumental das plataformas. Nesse sentido, que tipo de formação você julgaria necessária para sentir-se apto a dar início ao ensino remoto?

**RESPOSTA:** A percepção desse colegiado é que há deficiências na formação pedagógica de grande parte do corpo docente do curso, evidenciado pelo grande número de reclamações de discentes recebidas quanto à didática, relacionamento aluno/professor, dentre outros problemas. Em parte, essa deficiência é derivada do fato de que muitos docentes possuem apenas formação em nível de bacharelado, não tendo obtido a formação pedagógica que ocorre nas licenciaturas. Com a implantação do ensino remoto, avalia-se que esses problemas se tornem mais críticos devido as dificuldades para a interatividade entre professor e alunos nessa modalidade de ensino. Sendo assim, considera-se que uma formação didática mínima de nivelamento deveria ser necessária para garantir uma qualidade mínima do ensino remoto.

7. Sob que condições vocês julgariam possível iniciarmos ensino remoto? Aqui pensamos nas condições emocionais, de estrutura física, acessibilidade de docentes e discentes.

**RESPOSTA:** As condições seriam as seguintes: 1) seja garantido o acesso as plataformas tecnológicas a todos os envolvidos de forma que os mesmos não sejam expostos a riscos de contaminação. Em pesquisa realizada com os alunos do curso, verificou-se que uma parcela significativa, além de não possuir os recursos tecnológicos de acesso, também não possuíam ambiente propício em suas casas para a prática do ensino remoto. Sendo assim, seria necessário a criação de centros de acesso a ensino remoto em locais críticos, com maiores concentrações de alunos carentes, evitando-se que os mesmos tenham que se deslocar grandes distâncias de suas residências até a UFES, expondo-se a aglomerações em transporte público. 2) que os docentes tenham uma formação pedagógica mínima de nivelamento para atuação nesse tipo de ensino, 3) Que seja feito um planejamento para que sejam cumpridas futuramente atividades essenciais para o cumprimento do PPC do curso que não puderem ser cumpridas de forma remota, por exemplo, embarques e demais atividades de campo. 4) Questões laborais: Devem ser garantidas pela instituição as condições de trabalho adequadas considerando: aumento da jornada não computada; do volume de trabalho em si; direito de imagem e autoria; condições alteradas de realização de tarefas: trabalho doméstico, grupos de risco, disponibilidade de equipamentos; cuidados de saúde laboral com problemas físicos (como Lesão por Esforço Repetitivo, hérnia de disco, alterações do sono, falsa miopia, problemas auditivos, transtornos psicológicos etc.)\* 5) Que as decisões tomadas sobre o ensino remoto sejam de fato participativas e não apenas consultivas. É muito diferente dizer que a comunidade acadêmica está sendo "ouvida" e, no fim das contas, a administração central tomar decisões que nem sempre refletem os anseios dessa comunidade em relação a uma situação de fato desejada que é criação de fóruns deliberativos cujas decisões se tornem mandatárias para a administração.

\* ADUFES. 2020. A UFES e o ensino remoto em tempos de pandemia. Disponível em: [http://adufes.org.br/portal/images/2019/Cartilha\\_Trabalho%20remoto.pdf](http://adufes.org.br/portal/images/2019/Cartilha_Trabalho%20remoto.pdf) Acesso em 19/06/2020.

8. Outras questões que certamente surgirão do debate entre vocês...

RESPOSTA: Sugere-se que os departamentos envolvidos com o curso de Oceanografia e que ministram disciplinas de prática de laboratório avaliem a possibilidade de realizar práticas de laboratório segundo o seguinte protocolo: 1) O professor prepara um roteiro detalhado da aula prática de laboratório, especificando o material que o aluno deve examinar e os aspectos que devem ser observados, 2) no laboratório o professor prepara para o dia da aula uma bancada com todos os materiais necessários para o roteiro. 3) A sala de aula recebe também um computador com conexão a internet na qual estará conectado remotamente via áudio e vídeo o monitor ou professor da disciplina. A conexão poderá ser feita com o smartphone do próprio aluno, se disponível, o que pode facilitar que o mesmo demonstre ao professor ou monitor suas dúvidas com a câmera do aparelho. 4) O horário da aula é distribuído em períodos iguais para os alunos da turma, os quais devem comparecer ao laboratório no horário marcado. Por exemplo, se a aula tinha originalmente duas horas de duração e a turma tem 15 alunos, então cada aluno teria 8 minutos para ficar sozinho no laboratório observando o material. Devemos descontar um período de cerca de 1 a 2 minutos para que cada aluno higienize objetos de acordo com orientação do professor ou monitor da disciplina. 5) Se o aluno tiver dúvidas para seguir o roteiro durante a aula, o professor ou monitor, o qual se encontraria em sala próxima ao local do laboratório, ou mesmo em local remoto, poderia tirar as dúvidas através de plataforma de comunicação online.

Obs: essa é apenas uma proposta básica de protocolo de aulas práticas de laboratório, o qual pode ser aperfeiçoado de acordo com as especificidades de cada laboratório, disciplina e departamento.

O **segundo momento** trata do retorno escalonado às atividades presenciais (quando possível) e está descrito, entre outros aspectos, no Plano de Biossegurança (p. 14) da seguinte forma:

A. O retorno das atividades deverá ser escalonado, partindo de 40% até, no máximo, 70-80% da sua capacidade, pois os estudos apontam para a possibilidade de novas ondas da COVID-19 até que uma vacina seja produzida.

B. Esse retorno deverá ser acompanhado utilizando como parâmetro o número de indivíduos da comunidade acadêmica que apresentam sinais e sintomas respiratórios e atestados médicos com o CID da doença.

Diante disso, outras questões surgem para o debate, a saber:

1. Quais as dificuldades específicas que o departamento e/ou curso tem em relação ao retorno escalonado?

**RESPOSTA:** Sem elementos concretos para responder a essa questão. Porém em contatos com pessoas da comunidade acadêmica, fica claro que muitas pessoas se sentirão inseguras em realizar esse retorno escalonado antes de uma solução definitiva para a COVID-19, ou seja uma vacina eficiente.

2. Quais principais dúvidas surgem em relação ao retorno escalonado?

**RESPOSTA:** Como suprir os problemas da ausência de membros da comunidade acadêmica que estarão em grupos de risco e não poderão participar desse retorno escalonado? Será dada a opção de não realizar o retorno escalonado (isto é, permanecer em atividade remota) até que exista uma vacina eficaz para a COVID-19?

3. Existem espaços físicos sob responsabilidade do curso/departamento (salas de aula, laboratórios, núcleos, secretarias etc) que demandam cuidados específicos em relação ao retorno escalonado?

**RESPOSTA:** O único espaço físico de responsabilidade do colegiado do curso de Oceanografia é a sala de atendimento aos alunos. Esse espaço tem

vários problemas já relatados em outras enquetes a saber: 1) a sala é compartilhada com o colegiado de psicologia. Com isso, o dobro de pessoas circulam pela sala, pois todos os alunos que são atendidos pelo colegiado de psicologia passam pela sala de atendimento do colegiado de Oceanografia. Já foi pedido ao CCHN há vários anos e a abertura de uma porta individualizada para a sala do colegiado de psicologia e até hoje não foi realizado. 2) A sala tem grandes janelas de vidro voltadas para o sol da tarde. Com isso, os atendimentos na parte da tarde ficam bastante prejudicados, pois é necessário fechar as janelas e cortinas para que o sol não incida diretamente sobre as pessoas e equipamentos e mesmo assim as temperaturas ficam muito altas, impedindo o trabalho sem ligar o ar condicionado, que no momento não está funcionando. Com a sala fechada e o ar condicionado ligado cria-se um ambiente não adequado para atendimento. Sendo assim, até que esses problemas sejam resolvidos ou que não haja uma proteção definitiva do COVID-19 recomenda-se que o atendimento não seja feito nessa sala e seja restrito à forma exclusivamente remota.

4. Qual apoio institucional seria necessário para a efetivação do retorno escalonado?

RESPOSTA: Efetivação das intervenções na sala de atendimento do colegiado (abertura de entrada independente para o colegiado de psicologia, reparo do ar condicionado). No entanto, os atendimentos seriam restritos ao horário da manhã.

5. Outras questões surgidas a partir do debate entre vocês...

RESPOSTA: Reproduzo abaixo o resultado de uma pesquisa feita com alunos do curso de Oceanografia sobre a concordância e condições para ensino remoto.

### **PESQUISA SOBRE EAD NO CURSO DE OCEANOGRAFIA**

A enquete foi divulgada aos alunos via formulários google no dia 28 de abril, terça-feira e até a data de hoje, 4 de maio, tivemos 82 respostas o que corresponde a 46% dos 176 alunos matriculados no curso.

Em relação a concordância com as aulas EAD no período de quarentena, 29,3% não concordam, 24,4% concordam e 46,3% concordariam dependendo da maneira como o ensino for implementado.

Dentre os alunos que não concordam com o ensino a distância, os motivos mais apontados foram o receio quanto a qualidade do ensino (84%), não considerar adequado (54%), o ambiente da casa não é adequado (44%) e não tem acesso adequado à internet (24%). Lembro que nesse caso os alunos podiam assinalar mais de uma alternativa, por isso os totais não somam 100%.

Dentre os alunos que concordam com o ensino EAD em determinadas condições, as medidas mais apontadas para concordarem foram que fosse encontrada uma solução para aulas práticas (46%) e que concordariam somente se as aulas fossem ao vivo (43%).

Em relação a disponibilidade de equipamentos para aulas online, considera-se que apenas alunos que têm computador ou tablet sem restrições de horário de uso dos mesmos no período de funcionamento do curso (segunda a sexta de 7 às 18h) tem plenas condições de acompanhar aulas EAD com qualidade. Os alunos que tem somente celular ou que têm computador ou tablet, mas tem restrições de uso não teriam condições adequadas.

Nesse sentido, 66% dos alunos tem a condição adequada (computador ou tablet e sem restrições de horário de uso). Para 19,5%, apesar de possuírem computador ou tablet, existem restrições de horário de uso, provavelmente por terem que dividir com familiares que também realizam atividades remotas. Os 14,5% restantes têm maiores restrições, incluindo possuir somente celulares e/ou ainda possuírem restrições de uso.

Em relação ao acesso a internet, considerou-se que o ideal para aulas EAD seria o de banda larga, sem limite de volume de dados de download e em velocidades iguais a superiores a 10Mbits/s. Um acesso minimamente adequado seria esse mesmo tipo, mas com velocidades entre 2 e 10Mbits/s. Acessos de banda larga com velocidades abaixo de 2Mbits/s seria considerado pouco adequado e acesso a internet somente por 3G/4G (os quais sempre tem limites de download de dados e preços elevados) e sem acesso ou acesso instável seria considerado inadequado para aulas EAD.

Apenas 43% dos alunos possuem acesso ideal para aulas EAD (banda larga acima de 10Mbits/s). Outros 36,7% tem acesso minimamente adequado (banda larga entre 2 e 10Mbits/s), totalizando 79,7% com acesso compatível com o acompanhamento das aulas. Temos ainda 11,4% com acesso de banda larga com velocidades abaixo de 2Mbits, e os restantes 8,9% tem acesso inadequado, seja por não possuir banda larga (somente 3G/4G), não possuir acesso ou o acesso ser instável.

Agnaldo Silva Martins

Coordenador de Colegiado Oceanografia- CCHN/UFES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

À Comissão Interna do Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN) designada para elaborar contribuições aos Planos de Biossegurança e de Contingência propostos pelo Comitê Operativo de Emergência (COE) da UFES (Portaria nº 182, de 13 de março de 2020) e pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 248, de 28 de abril de 2020.

Em resposta à solicitação para o encaminhamento de opiniões, propostas ou sugestões relacionadas à possibilidade de atividades de ensino remoto durante a suspensão das atividades presenciais e do retorno escalonado às atividades presenciais, o Departamento de Psicologia (DEPSI) apresenta as considerações seguintes, construídas após amplo debate.

### **Considerações gerais**

1. Em primeiro lugar, destacamos a importância do mais absoluto respeito à vida e à saúde das pessoas que compõem a comunidade universitária, de modo que somos contrários a um retorno precipitado às atividades presenciais que prejudique os esforços para a manutenção do isolamento social necessário à diminuição do contágio. É notório que muitos Estados e Municípios brasileiros têm tido dificuldades para resistir às pressões econômicas e sociais para um retorno às atividades laborais, o que tem ocasionado flexibilizações precipitadas e nocivas. A posição da UFES tem um peso político significativo, tanto pelo grande número de pessoas que a compõem quanto pelo seu papel na construção e difusão dos conhecimentos necessários para a construção de políticas públicas de saúde.
2. Também avaliamos como prejudicial um retorno precipitado às atividades de ensino remoto, uma vez que o impacto da pandemia no Estado ainda é crescente e alarmante. O problema não se reduz apenas ao acesso e manejo de tecnologias de informação e comunicação, embora essas sejam questões da maior relevância. Os/as professores/as do Departamento de Psicologia têm ofertado diversas atividades de apoio ao ensino de forma virtual, além de terem aberto para estudantes a participação em grupos de estudos e de pesquisa, de modo a manter o vínculo com o corpo discente. Parte dessas



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

atividades está vinculada ao Projeto de Extensão *Psicologia, cuidado e enfrentamento a pandemia do COVID-19: integração de ações de suporte frente a situação de emergência ocasionada pelo coronavírus*, registrado sob o nº 1594 na Pró-reitoria de Extensão/UFES. Diversas outras ações estão vinculadas a projetos de pesquisa e de extensão coordenados pelos/as professores(as). Não se trata, pois, de uma recusa ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), mas de uma constatação de sua insuficiência para a manutenção da qualidade do ensino regular e da formação dos/as estudantes. Além de muitos/as discentes não conseguirem acesso por falta de recursos tecnológicos, aqueles/as que têm acesso se deparam com dificuldades para manter uma regularidade de participação, seja por condições emocionais e familiares, seja por efeitos diretos e indiretos da COVID-19, pelos recorrentes problemas de conexão, que afetam também aos/às docentes.

3. Ainda que a UFES decida que devemos recorrer ao ensino remoto, de modo emergencial, o Departamento de Psicologia avalia que seria inviável ofertar mais de duas disciplinas teóricas por período. Ainda assim, como é grande o risco de que uma parte dos/as estudantes não consiga cursar as disciplinas ou não consiga acompanhá-las até o final, seria necessário realizar novas ofertas posteriormente. Ou seja, do ponto de vista econômico, os gastos com tecnologia (celulares e plataformas virtuais) poderiam ser inócuos, e do ponto de vista social, seria criado um descompasso entre estudantes com diferentes condições socioeconômicas, penalizando ainda mais aqueles/as que já são castigados/as pela histórica desigualdade social. Quanto às atividades de estágio, a Comissão de Orientação ao Estágio (COE) do curso de psicologia realizou uma reunião com vários/as professores/as supervisores/as que relataram a impossibilidade de retomada das atividades em diversos campos. Mesmo aqueles estabelecimentos que não suspenderam suas atividades presenciais, como hospitais e outros serviços de saúde, não têm condições de segurança para receber estagiários/as. O Núcleo de Psicologia de Aplicada (NPA), que acolhe uma parte dos projetos de estágio em suas dependências, também se encontra com as atividades



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

paralisadas e seu espaço físico não apresenta condições de funcionamento de acordo com o Plano de Biossegurança.

4. Quando houver a possibilidade de retorno das aulas, é importante garantir que estudantes que ficarem impossibilitados de acompanhar as aulas em situação remota emergencial por quaisquer motivos não sejam prejudicados/as. Nesse sentido, citamos medidas de flexibilização das normas acadêmicas que foram propostas por comissões da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que podem ser pensadas pela UFES: a) não contabilizar trancamentos realizados, totais ou parciais; b) suspender os critérios de tempo máximo de integralização e de jubramento; c) permitir que o/a estudante escolha a quantidade de créditos que deseja cursar a cada semestre, sendo dispensado/a da obrigatoriedade mínima; d) considerar como justificativas plausíveis para a solicitação de trancamento (parcial ou total) do semestre: dificuldades para estudar que envolvam o acesso à internet; a rotina de afazeres domésticos; o cuidado com familiares; a necessidade de trabalhar; situações de violência em contexto familiar; dificuldades concernentes à saúde mental dos/das estudantes; e) reconsiderar as exigências de laudos médicos referentes a quadros de sofrimento mental por Colegiados de Graduação, facilitando o trancamento total ou parcial nestes casos.
5. Consideramos importante a oferta de suporte e formação para uso das tecnologias, mas destacamos que é impensável que, além de todo esforço didático e pedagógico para o planejamento das disciplinas, os/as professores/as ainda sejam convocados/as a trabalhar com produção e edição de vídeo aulas. É importante destacar que o conhecimento pedagógico para o contexto de pandemia em que vivemos é algo a ser construído e não pode ser reduzido à aplicação de métodos supostamente ativos ou à proliferação de técnicas de ensino. Os/As estudantes precisam, sobretudo, de um ambiente salubre de compartilhamento que fomente o pensamento e o desejo de saber.
6. O ensino que os/as professores/as transmitem aos/às estudantes da formação em Psicologia é caracterizado pela presença do corpo. Um corpo relacional, afetivo, social. Em outras palavras, a formação em psicologia tem uma certa especificidade, e essa é a



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

particularidade do curso de psicologia que não pode ser ignorada, que é a presença física. O corpo é experiência fundamental para a palavra e para a produção do saber. Tal questão tem sido inclusive historicamente resguardada nos movimentos que envolvem a formulação das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia no país, na reafirmação do estatuto do ensino primordialmente presencial. Logo, qual é o estatuto do corpo no ensino virtual? Ademais, cabe lembrar que a menção ao corpo nesse documento remonta também os debates no campo da educação, que expandem a produção do conhecimento para além da perspectiva ancorada em um sujeito racional pensante separado desse corpo relacional, afetivo, social.

Quanto às demais questões, optamos por abordá-las a partir de algumas notas referentes aos planos de Biossegurança e de Contingência.

### **Notas sobre o Plano de Biossegurança**

Sem deixar de destacar a qualidade do trabalho realizado e reconhecer o esforço dos/as colegas que compuseram a Comissão, listamos alguns pontos que, conforme avaliamos, em comparação com outros documentos similares – como o *Plano estratégico de retomada gradativa e segura das atividades educacionais do segmento educacional particular do Espírito Santo*<sup>1</sup> –, podem ser reforçados. Também levantamos aspectos para serem explicitados ou debatidos com os setores pertinentes da comunidade acadêmica.

---

<sup>1</sup> <https://docs.google.com/gview?url=https://midias.agazeta.com.br/2020/06/18/plano-de-retorno-das-atividades-em-escolas-particulares-no-es-265081.pdf&embedded=true>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

1. **Disponibilização de sabão líquido** (p. 11, alínea a): A Ufes deverá disponibilizar sabão líquido: Onde? Quantos? Com qual frequência? Em quais setores? Quem fiscalizará? Não há citação também quanto aos “banheiros” na alínea b).
2. **Uso de máscaras** (p. 12): É importante detalhar um pouco melhor as categorias de acordo com as funções (professores/as, atendimento ao público, atendimento de pacientes, etc.). Para os/as professores/as, mais especificamente, seria suficiente utilizar apenas uma máscara de proteção facial (*face shield*) para permitir a comunicação em uma sala ampla? O documento cita tipos de máscaras de acordo com a especificidade dos ambientes, mas, considerando a importância da atividade de ensino, pensamos que mereceria um detalhamento maior. Caso não seja suficiente apenas a adoção da proteção facial, seria importante disponibilizar uma máscara que atrapalhasse menos a articulação da fala e não apenas indicar máscaras caseiras. Além disso, como propõe o documento elaborado pela Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo (ADUFES)<sup>2</sup>, é necessário que a universidade providencie equipamentos amplificadores de voz, em atenção à saúde vocal dos professores. Também falta no documento alguma orientação acerca da periodicidade de troca das máscaras. Em caso de descartáveis, orientações para o descarte seguro, com indicação de lixeiras específicas em todos os campi. Essas informações não aparecem no documento (nem para os servidores, nem para estudantes, nem para terceirizados). Para o público externo atendido pela UFES nos estágios e projetos de extensão, entende-se que poderiam ser disponibilizadas máscaras descartáveis. Para servidores/as a UFES tem por obrigação fornecer os Equipamentos de Proteção Individual (EPI). O/A servidor/a pode até decidir abrir mão e utilizar seus próprios equipamentos, mas entendemos que é direito do/a trabalhador/a dispor de EPIs fornecidos no espaço de trabalho.
3. **Há ausência de orientações em relação à saúde laboral, como:** não esquecer de tomar água, uso de microfone, compartilhamento de aparelhos (notebook, datashow, etc.).
4. Item J, pag. 11, “Usar adequadamente”. Qualificar adequadamente.

---

<sup>2</sup> [http://adufes.org.br/porta/images/2019/Cartilha\\_Trabalho%20remoto.pdf](http://adufes.org.br/porta/images/2019/Cartilha_Trabalho%20remoto.pdf)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

5. Item L, pag. 11, entrar em contato com quem?
6. Item M, pag. 11, informar telefones, e-mails, contatos dos serviços da rede de saúde pública.
7. Item O, pag. 11, “doentes” é muito genérico.

**PÁGINA 13**

Item d). Etiqueta respiratória. Ficou vago. Sugere-se especificar ou retirar.

Item e) Não se trata de “distanciamento social”. Trata-se de uma “regra de segurança para os espaços de circulação coletiva”. Distanciamento social é outro conceito, usado indevidamente nesse trecho.

Item f) Equipamento de proteção individual. A afirmação: “Dependendo do local e das atividades, poderão ser adquiridos pelos estudantes”, não resolve a questão. Será necessário especificar os critérios.

8. **Vistoria para adequação dos espaços:** Na página 13 encontra-se a informação que o uso dos EPIs deve seguir as especificações da "Equipe de Vigilância da Diretoria de Atenção à Saúde da Ufes quanto aos EPIs, de acordo com as atividades a serem realizadas nos diversos espaços da Ufes". Essa equipe realizará vistoria nos espaços para levantamento das necessidades de adequação? Explicitamos que a preocupação maior do Departamento de Psicologia é com o Núcleo de Psicologia Aplicada (NPA), situado no CEMUNI VI, que traz uma série de dúvidas bem específicas quanto à biossegurança da comunidade interna e externa. É importante que, antes de qualquer retorno presencial, todos os espaços da UFES sejam vistoriados por equipe especializada e sejam adequados conforme orientações do Plano de Biossegurança (salas de aula, laboratórios, auditórios, salas de atendimento, salas de atividades de grupo, etc.). Além disso, o plano de contingência não especifica as



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

diferenças entre os EPIs de cada setor, dando a entender que é o mesmo equipamento para todos os setores.

9. **Higienização dos ambientes** (Item g, p. 13): Se aumentar a limpeza de um dia da semana para dois dias foi ampliada a higienização e isso não dá conta da demanda de biossegurança. É preciso especificar melhor a frequência. Quem fiscalizará? O documento também não aborda diretamente. Conforme documento da Unicef que propõe ações para a Prevenção do Coronavírus (COVID-19) em instituições escolares, a **frequência mínima** para limpeza e desinfecção das instalações da escola **deve ser diária**.

PÁGINA 14, adotar **trabalho remoto** e não *home office*.

10. **Ensino:** Talvez o ponto ENSINO seja o que mais careça de desenvolvimento, um dos mais complexos. Um ponto importante que não foi mencionado no plano diz respeito aos estágios curriculares. Certamente, as atividades de ensino vão muito além de aulas expositivas presenciais. Do modo como o plano está disposto, parece que tudo deverá ser reduzido à aula expositiva. Podem ser pensadas diretrizes para atividades em grupo, circulação da palavra em sala de aula (quando os estudantes conduzem parte das atividades), dentre outras. Para os estágios, entretanto, é preciso haver alguma menção. Entendemos que a responsabilidade pela segurança não é apenas dos campos de estágio aos quais os/as estudantes vinculam-se. Considerando os riscos de campos como hospitais, unidades de saúde, centros de atenção psicossocial, escolas, etc., os/as estudantes poderão retomar as atividades sob quais condições?
11. **Propor ações específicas para grupo de risco:** Implica que pessoas do grupo de risco não poderão frequentar o espaço acadêmico? Isso teria que ser explicitado, pois traz problemas muito graves para o amplo acesso ao ensino. E se as pessoas consideradas desse grupo fizerem a opção pelo retorno, é garantida sua possibilidade de escolha? Entendemos que a orientação precisaria ser mais direta. Pacientes do grupo de risco, por exemplo, poderão frequentar o Núcleo de Psicologia Aplicada? É importante fazer uma estimativa bem feita de quantos/as professores/as e estudantes estariam nesse grupo de risco, sob pena de a ânsia de retomar as atividades de ensino acabar se transformando na



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

exclusão de grande parte da comunidade acadêmica, ou acabar relegando-as a uma formação deficitária. Por exemplo, estudantes do grupo de risco seriam dispensados/as de frequentar os campos de estágio? Ou teríamos que pensar em atividades de estágio com risco reduzido, por exemplo, mediadas por TICs?

12. **Atendimento ao público:** Na seção de atividades administrativas, consta apenas distanciamento de 1,5m. Talvez essa medida possa ser reforçada. Diversos espaços de atendimento ao público têm adotado barreiras adicionais (anteparos de acrílico, máscara facial, etc.). Considerando que parte do atendimento tem a ver com a tramitação de documentos impressos, talvez valesse também um reforço na eliminação da exigência de documentos impressos. Principalmente assinaturas em Termos de Compromisso de Estágio. Poderia ser adotada assinatura digital. Para clínicas e locais de atendimento em macas, divãs ou cadeiras de dentista, o SINEPE (Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino) propõe “proteger com plástico PVC as regiões de apoio de pés e mãos, removendo-o e descartando-o após o uso. Deve-se sempre realizar a higienização das cadeiras e piso entre os atendimentos. É importante também que os atendimentos sejam espaçados para evitar aglomeração durante a espera”. Talvez não sejam exatamente estas as medidas, mas parece importante detalhar um pouco mais as ações para atividades de atendimento.
13. **Banheiros:** Precisam ser mais detalhadas as normas para utilização de banheiros. Estabelecer um controle da quantidade de pessoas, por exemplo. Há horários de maior utilização, por exemplo, na hora do almoço onde mais pessoas se acumulam para higiene bucal. Será que é seguro escovar os dentes em banheiros públicos? A questão evidencia maior necessidade de especificação, pois será muito difícil gerar tal impedimento para quem utiliza o Restaurante Universitário, por exemplo.
14. **Salas de professores e Centros Acadêmicos (CA):** as salas dos/as professores/as do CCHN são geralmente compartilhadas. Podemos abrir mão de utilizar o espaço para receber grupos maiores, caso contrário precisarão ser higienizadas na mesma frequência das salas de aula. Também poderia haver alguma referência aos espaços dos Centros Acadêmicos (CAs) e recomendações quanto a aglomerações de estudantes nos pátios dos



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

Cemunis. Para isso, estratégias precisarão ser adotadas e a pontualidade na abertura das salas é importante.

15. **Monitoramento de casos suspeitos:** A partir do controle de temperatura corpórea. Neste caso e em casos de apresentação de outros sintomas respiratórios, é importante haver uma determinação explícita dos procedimentos: quem será responsável pelo monitoramento e por proibir o acesso ao serviço (seja servidores/as, estudantes ou público externo)? E se houver recusa em retirar-se da sala de aula (como já ocorreu no início da pandemia antes da suspensão das aulas)? O/A estudante será colocado/a em um transporte coletivo colocando a população em risco? Quais outras medidas poderão ser adotadas assim que detectado um quadro de febre ou sintomas de gripe? Pensamos que deveria haver uma equipe de saúde de plantão em cada um dos campi, de preferência com a possibilidade de testagem. Em Florianópolis, todos os motoristas de transporte público foram submetidos a testes antes de retomarem as atividades. A UFES poderia investir pelo menos na testagem dos/as professores/as e de servidores/as que terão contato com um número grande de pessoas.
16. O documento não aponta as medidas para a situação de reincidência de casos e nem o que fazer em tais casos. Quem acompanha? Haverá testes suficientes para toda a comunidade acadêmica? Considerando que os testes rápidos utilizam métodos mais simples e são capazes de dar o resultado em questão de minutos e se subdividem em testes de antígenos virais, que detectam a presença do vírus, e testes de anticorpos (IgM e IgG), e que os anticorpos podem vir a ser detectáveis após cerca de sete dias desde o início da infecção, mesmo que estivessem disponíveis, não seriam úteis para o diagnóstico da doença.
17. O documento não aborda ainda qual instância irá:
- Estratificar a gravidade dos casos e decidir pelo seguimento na UBS ou encaminhamento ao serviço de referência/urgência/hospital;
  - Estabilizar casos graves e providenciar remoção;
  - Realizar o manejo clínico dos casos leves e moderados.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

18. O plano de biossegurança alerta que deverá ser criado um grupo de trabalho em cada campus para acompanhar o retorno das atividades, assessorados pelo COE-Ufes, mas não fala qual é a equipe mínima/ideal. Entendemos que essa informação não pode ser deixada em aberto.
19. O item d, da página 15, afirma que: “Diante das medidas gerais que serão aqui apresentadas, cada pró-reitoria e cada direção de centro deverá estabelecer seu plano local de retorno de acordo com suas especificidades”. No entanto, isso seria uma atribuição a ser descrita pelo plano de contingência local, que deve ser concomitante com o geral, e que deverá vir da Reitoria Universitária e, assim, todos devem estar em consonância com esse plano de biossegurança.
20. No item 06, recomendações por atividades ou áreas, não há referência à classificação básica de contágio para que as pessoas estejam atentas. Exemplo: alta probabilidade de contágio; média probabilidade de contágio; baixa probabilidade de contágio e muito baixa probabilidade de contágio.
21. No item 6.1 Ensino (atividades de ensino)
22. Item d) Dispenser (equipamento) de álcool) em gel ou higienizador de mãos é mais possível de visualizar que “dispor de água e sabão ...” nas portas das salas.
23. Item f) Deverão ser limpos de quanto em quanto tempo?
24. Item g) Novamente o quesito limpeza está genérico e não diz a proporção exata para manutenção da eficácia da mistura.
25. Item j) Alimentação em sala de aula, evita o quê mais exatamente? Não é possível evidenciar no documento.
26. No item 6.3 Houve a preocupação com o transporte público, mas não explicita a preocupação com a área administrativa.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

27. No item f) Em caso de necessidade de atendimento presencial: O que deve ser feito? Qual o procedimento a ser adotado por servidores/as e estudantes? Haverá um canal de comunicação? (relação com o plano de contingência que deve prever isso);
28. Item i) O chão deverá ter demarcação apropriada para o piso de forma a manter sinalizado o distanciamento físico de 1,5m entre os transeuntes.
29. Item K) Com qual frequência? Muitos passam o dia inteiro na UFES. Não seria melhor utilizar o higienizador álcool em gel?
30. O mesmo acontece no item 6.4, item j). Superlotando o banheiro? Haverá uma pia em outro espaço aberto?
31. No item 6.5, página 20, “Utilizar antisséptico à base de álcool 70%”. Sugere-se adotar a mesma terminologia em todo documento para evitar confusão.
32. Item j) O plano de biossegurança deve dizer quantos e em quais locais. Ou remeter ao comitê responsável pelo número pela média de circulação de pessoas no local.
33. Item 6.7 Bebedouros. Informar que a Instituição não fornecerá copos descartáveis.
34. Item 6.8 Não especifica, está genérico.
35. No item 7, página 24, faltou um adendo informando que o plano de retorno das atividades deve ser precedido de um estudo com a comprovação da queda de novos casos, com testes confiáveis e por, pelo menos, duas semanas. Caso contrário, não pode haver abertura.
36. No item 8, Considerações finais, precisa reafirmar que os planos de biossegurança locais precisam estar em estreita consonância com o geral. Em relação ao plano educativo, coloca que é preciso fazer, mas não informa quem, como e de que forma será feito. Informar que esse item está vinculado ou referenciado no plano de contingência.
37. O plano de biossegurança, reforçado pelo plano de contingência, pode propor que sejam colocados painéis ou *outdoors* em todos os campi, em lugares estratégicos de passagem de



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

pessoas, de modo a informar os procedimentos básicos de higienização, distância física, etc. A Rádio Universitária também poderá ser envolvida no processo psicoeducativo.

**38. No caso específico das instalações relativas ao funcionamento do curso de graduação em Psicologia/Ufes cabe destacar:** O curso vem já há alguns anos assinalando ao CCHN as condições problemáticas especialmente do prédio do Cemuni VI, onde se situam tanto o Núcleo de Psicologia Aplicada (que também atende à comunidade extrena), quanto secretaria de departamento, Centro Acadêmico de psicologia, sala de professores/as, salas de aulas, etc. Em 2019 foi então produzido um Dossiê, no âmbito desse curso, enviado à Direção do Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN), tramitado no Lepisma, número: 23068.087205/2019-21, que explicita a situação já precária das instalações, estruturas internas e externas do Cemuni VI de Psicologia (salas de aula, sala dos/as professores/as, telhado, instalações elétricas, etc.). Do mesmo modo o Departamento de Psicologia, responsável pelo Núcleo de Psicologia Aplicada (NPA), encaminhou documento via Lepisma, processo 23068.027234/2020-77, para Direção de Centro (CCHN) solicitando realização de visita técnica ao NPA/DEPsi antes de qualquer possibilidade de retorno as aulas presenciais.

### **Notas sobre o Plano de Contingência**

Primeiramente é preciso destacar para quê serve e como opera um plano de contingência. O plano estabelece os procedimentos a serem adotados pelas instituições envolvidas direta ou indiretamente nas ações de alerta, socorro, assistência e restabelecimento, de forma a reduzir os danos e prejuízos decorrentes de um desastre, nesse caso, em uma situação de pandemia.

O plano de contingência deve trazer todas as terminologias técnicas, organizacionais, etc, de forma a deixar bem delineado o entendimento da situação em questão e organizacionalmente quem deve fazer o quê, como, quando e em quais momentos. Um Plano é elaborado e aprovado pelos setores identificados (inclusive os que serão criados especialmente para a situação em tela), os quais assumem o compromisso de atuar de acordo com a competência



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

que lhes é conferida, bem como realizar as ações para a criação e manutenção das condições necessárias ao desempenho das atividades e responsabilidades previstas no plano local.

Todas as partes da Universidade têm que estar nomeadas, com responsável, telefone e atualizadas imediatamente caso surja alguma nova situação. Inclusive, é preciso deixar evidenciado o fluxo definido para os encaminhamentos, para que não haja superposição de ações ou mesmo inoperância, que podem ter efeitos prejudiciais à saúde da comunidade universitária. Quem comunica, ou melhor, quem distribui as informações? Quem monitora? Quem suspende determinada ação? É preciso deixar evidenciado o que define e em que consiste o trabalho de cada setor, de forma a não produzir dúvidas. Por exemplo: se um/a estudante apresentar febre de 39 graus e dificuldade ao respirar, quais ações devem ser imediatamente tomadas por professores/as e estudantes? De que forma essa ação se relaciona com o que está também descrito no plano de biossegurança, já que a informações não podem ser dissonantes? O objetivo do plano é ir da prevenção à preparação, resposta e recuperação.

No caso de uma pandemia como a que estamos vivenciando e, tendo em vista o tamanho da comunidade universitária, o mapeamento do grau do risco (contaminação, áreas de alta a baixa contaminação), deve estar em consonância com o plano de biossegurança, o que parece não ter sido feito entre os dois documentos. O plano de contingência só faz 03 referências ao plano de biossegurança.

Por fim, um plano de contingência será desmobilizado sempre que forem constatadas as condições e pressupostos que descaracterizam os cenários de risco previstos, seja pela evolução das informações monitoradas, pela não confirmação de novas ocorrências do evento ou pela dimensão do impacto. Isso não aparece no documento.

### **Considerações gerais sobre como se apresenta o Plano da Ufes**

São 48 páginas de apresentação do problema e cenário da pandemia. Algumas realidades das Universidades apresentadas não refletem em nada a realidade da Ufes, mas de todo modo são



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

informações sobre algumas partes do mundo. É preciso o tempo todo apontar os prós e os contras das medidas adotadas por estes para a nossa realidade.

Destacamos que na frase na página 31 do Plano de Contingência há o reconhecimento que os cenários que se avizinham não são animadores. No entanto, em vez de ser um motivo para ampliar os esforços no sentido de manter o isolamento social necessário à proteção das vidas, isso foi contraditoriamente utilizado como argumento para precipitar um retorno.

Apontamos ainda que estamos cientes de que precisaremos retornar sem que tenhamos ainda vencido totalmente o vírus, mas em um momento de curva ascendente, em que o Estado começa a avaliar a necessidade de adotar *lockdown* por cerca de 03 semanas, a UFES não contribuiria muito fomentando a pressão para um retorno, nem mesmo escalonado. Os documentos poderiam trazer uma estimativa, a ser construída junto com as autoridades sanitárias do poder público, dos critérios para que qualquer atividade presencial de ensino, ainda que com restrições, pudesse ser empreendida pela Universidade. É preciso avaliar as condições de cada prédio e de cada Centro.

Defendemos que além da taxa de isolamento e da ocupação de leitos, é razoável aguardar um declínio considerável e persistente na curva de contágio. Uma instituição composta por uma comunidade de mais de 25 mil pessoas certamente tem um peso considerável nessa curva, principalmente pelo fluxo que ocasiona nos transportes públicos. A pressa em mostrar serviço agora pode ser mais funesta e prejudicial para o esforço conjunto que temos que fazer para vencermos a pandemia. É responsabilidade da Universidade proteger a população mais vulnerável e fazer um retorno mais consistente, com um trabalho mais constante, estável e de maior qualidade. Esse tempo pode ser utilizado para a construção de todas as estratégias descritas de fortalecimento.

**Considerações finais:**

Como últimas considerações assinalamos dois pontos importantes:



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

1. Sobre Núcleo de Psicologia Aplicada (NPA): comparece incluído no ponto 10 do Plano de Contingência a menção ao NPA, na ação de “Ampliar o apoio psicológico aos estudantes e servidores (...)”. Sobre isso destacamos: O NPA é, sobretudo, um espaço de saúde. Ainda que a Psicologia, como campo de saber e atuação, por vezes seja demandada no lugar de resposta/resolução à experiência do sofrimento compreendemos seu lugar em uma ação mais ampla: de prevenção, promoção e acompanhamento da saúde. Ponto que muitas vezes é negligenciado no âmbito das discussões na universidade. Nesse sentido, precisará de investimentos inclusive de infraestrutura para que possa dar continuidade tanto às atividades que já realizava presencialmente quanto possíveis ampliações de esforços, como aponta o Plano de Contingência, haja vista a enorme preocupação com o aumento dos casos de depressão, ansiedade e ideação suicida, inclusive entre os/as próprios/as profissionais da saúde, e que tem se apresentado como um importante efeito secundário da pandemia, possivelmente persistente ao fim da mesma. Lembramos ainda que, tradicionalmente, o NPA tem estado a serviço do Curso de Psicologia como um campo de estágio para estudantes e professores/as, além dos projetos de extensão e pesquisa que são realizados no espaço. Este não conta, portanto, com profissionais de Psicologia ligados exclusivamente ao Núcleo para o extensivo trabalho que o enfrentamento à Covid 19 e pós-pandemia pode solicitar com pessoas e grupos. Certamente, que a Psicologia pode gerar contribuições para pensar o cuidado no plano da saúde, incluindo o campo da saúde mental e da análise do trabalho e relações laborais, dentre outros campos, já que tem essa especificidade como ofício e produção de conhecimento, mas é importante apontar que o cuidado com as pessoas e grupos não pode ser prerrogativa de um curso ou de alguns serviços apenas, mas é algo que todos/as que compõem a universidade devem e precisarão se implicar.
2. **Ressaltamos ainda um último aspecto a partir da leitura dos planos propostos: O lugar da morte.** Como a morte comparece em nossas formulações, planos e cuidados? Os planos construídos têm como motor assegurar-nos, precaver-nos dessa experiência que tem atingido a tantas pessoas no mundo todo e também em nosso país. O que nos assusta e contra o quê buscamos segurança? Sabemos que o Covid19 tem seu assento no



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

corpo/morte. Assim sendo, esse vírus continua sinalizando esta situação de perigo inerente a todos nós: a morte. Perguntamo-nos para a formação em Psicologia: Como alavancar uma formação que crie condições de abordar esta dimensão inerente à propagação do Covid19? Porém, essa não seria uma questão para todas as experiências de formação? Evocamos aqui uma questão de Gaston Bachelard presente no seu texto: “Água e os sonhos”: “A morte, não foi ela a primeira navegadora?”. Com isso queremos apenas partilhar com colegas docentes, técnicos/as e estudantes que a morte como acontecimento que a Covid 19 nos explicita necessita e necessitará não apenas de segurança, mas de espaço de enunciação, de conversa e elaboração. Desde o início da pandemia nós já perdemos colegas dos três segmentos: técnicos, discentes e docentes, atingidos/as pela Covid 19, inclusive uma colega professora que participou da mobilização do plano de Biosegurança. Por isso nossos planos precisam incluir esse acontecimento implícito na maior parte das vezes, de modo que possamos abrir espaço para acolher e aprender com os acontecimentos e gerar também solidariedade nessa experiência que nos une nesse mundo.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS**  
**DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA SOCIAL E DO DESENVOLVIMENTO**

*Vitória-ES, 18 de junho de 2020*

**À Comissão de Biossegurança e Contingência do CCHN**

**Assunto:** Considerações do DPSD acerca das questões relacionadas à possibilidade de atividades de ensino remoto durante a suspensão das atividades presenciais.

Em Reunião Ordinária do Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento (DPSD), realizada no dia 18 de junho de 2020, por vídeo-chamada, foram discutidas as questões colocadas pela Comissão de Biossegurança e Contingência do CCHN, tendo em vista os Planos de Contingência e Biossegurança da UFES, e os desafios e possibilidades relacionadas a atividades de ensino remoto durante a suspensão das atividades presenciais. Além da discussão conjunta, os docentes também responderam individualmente às questões colocadas, preenchendo formulário digital. Dentre os principais pontos levantados, no que diz respeito ao primeiro momento, destacam-se:

- ❖ A implementação do ensino remoto, provisório e emergencial, implica diversos desafios a nível metodológico, didático, técnico e de saúde. Por isso, somente está sendo considerado dentro do quadro de excepcionalidade imposto pela pandemia do novo coronavírus.
- ❖ A implementação do ensino remoto provisório e emergencial depende de prévios investimentos em infraestrutura e suporte. Exige enfrentamento das inequidades e desigualdades sociais e materiais, dependendo do acesso dos estudantes à internet de qualidade, estável, e à inclusão digital (contando com investimento de amplas políticas estruturais, que amparem as medidas adotadas e garantam o acesso).
- ❖ Igualmente, exige dimensionamento das condições de acesso dos alunos aos recursos, e ampliação das políticas de apoio assistencial especialmente àqueles mais vulneráveis (analisando as demandas e possibilidades de ampliação dos auxílios emergenciais), com acompanhamento vigilante dos fatores correlacionados à evasão.
- ❖ É impreterível a formação de professores e alunos: sobre as funcionalidades e possibilidades de uso das plataformas digitais; sobre como estudar remotamente; sobre atividades avaliativas on-line; sobre habilidades comunicacionais/sociais adequadas para o ensino remoto; (in)formação sobre as especificidades cognitivas e emocionais do ensino on-line; e cuidados com a saúde física e mental.
- ❖ Tempo de planejamento e preparação das novas atividades de ensino, ou seja, deve-se priorizar o planejamento viável como medida contra o imprevisto precário.
- ❖ De modo geral, mas não unânime, sinaliza-se a possibilidade de disciplinas teóricas do DPSD serem ministradas de forma remota, desde que contemplados os pontos anteriores. Dentre as possíveis disciplinas a serem adaptadas para o formato remoto, destacam-se as disciplinas obrigatórias e optativas, excetuando-se as disciplinas de estágios e aquelas que exigem treinamento técnico presencial (por exemplo, sobre avaliação psicológica envolvendo testes padronizados, que impõem medidas de restrição na veiculação de imagens e procedimentos).



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS**  
**DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA SOCIAL E DO DESENVOLVIMENTO**

- ❖ Ressalta-se a inviabilidade da mera transposição do formato presencial para o formato on-line, bem como a inviabilidade de mera transposição para a modalidade “aulas on-line” (ao vivo ou gravadas), ou outras atividades síncronas, que exigem elevado tempo de exposição ao computador/tablet/smartphone, coordenação da presença de todos os membros simultaneamente e alto custo de banda larga. Nesse sentido, devem ser contempladas as possibilidades de outras diversas atividades de ensino-aprendizagem, especialmente atividades assíncronas como: a orientação e supervisão de estudos teóricos; o estudo orientado por projetos; resolução de problemas sobre temas articulados às disciplinas; construção de textos (podendo incluir a estratégia de avaliação por pares); atividades individuais e em pequenos grupos; atividades de dispersão; entrevistas dos alunos com o professor para discussão de questões; fóruns de discussões de dúvidas e compartilhamento de comentários; investimento nas metodologias ativas. Portanto, será essencial a autonomia didático-pedagógica para o planejamento de atividades inovadoras, criativas e compatíveis com a modalidade remota. E a disponibilidade de plataforma institucional acessível para a interação de alunos e professores, e para a organização, disponibilização e registro das atividades.
- ❖ Também deve ser contemplada a possibilidade de creditação de outras atividades favorecedoras da aprendizagem e do desenvolvimento de competências e habilidades dos estudantes, como a participação em aulas online, *webinars*, cursos e minicursos da área da Psicologia disponibilizados por outras universidades ou instituições de pesquisa, por meios digitais; bem como a participação em projetos de pesquisa e extensão; participação em produção de materiais de apoio (como cartilhas e vídeos); participação em ações comunitárias, solidárias, em grupos de apoio, dentre outras ações de apoio dirigidas a comunidade interna e externa da UFES.
- ❖ Frente a este cenário, devem ser priorizadas as estratégias e linhas de ação que favoreçam a flexibilidade e adaptabilidade à nova condição. É importante que a adoção de atividades de ensino remoto seja conduzida em etapas, iniciando com poucas disciplinas por período, sugerindo-se que estas tenham caráter optativo para os discentes e docentes, sem exigência de obrigatoriedade de todos os professores implementarem disciplinas remotas, e garantindo que os alunos que não participarem das disciplinas poderão fazer as atividades de outro modo no futuro.
- ❖ É fundamental que se considere as diferentes condições de estudantes e professores nas vivências e enfrentamentos do contexto pandêmico com as medidas de proteção ao Covid-19. Com o agravamento das vulnerabilidades socioeconômicas e crescente número de desempregos, possivelmente elevou-se o número de estudantes que precisam trabalhar, ou que precisam dedicar-se a outras atividades domésticas, e que não contam com um espaço adequado para estudos. Os professores também sofreram profunda alteração da rotina cotidiana. Por exemplo, os professores com filhos pequenos, que precisam atender aos cuidados destes, ou com crianças em idade escolar, que viram suas casas converterem-se em salas de aula e precisam dividir seus equipamentos eletrônicos com os filhos, além de perderam contato com a rede de apoio. Diversas pesquisas já vêm revelando o impacto da



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS**  
**DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA SOCIAL E DO DESENVOLVIMENTO**

pandemia na saúde mental, emocional e psicossocial, com graves quadros de desestabilização emocional. Diariamente, a comunidade acadêmica tem enfrentado perdas e lutos em função dos adoecimentos por Covid-19 e outras comorbidades.

É importante aqui, para concluir, retomar o primeiro ponto mencionado: a implementação do ensino remoto deve ser considerada apenas com caráter provisório e emergencial, não podendo de forma alguma converter-se em porta de entrada para qualquer prática substitutiva do ensino presencial. Conforme a Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020, que autoriza a substituição de aulas presenciais por atividades em meios digitais enquanto durar a pandemia do novo coronavírus, essa substituição está autorizada pelo Ministério da Educação até o dia 31 de dezembro de 2020.

Adicionalmente, consideramos cedo para discutir o segundo momento proposto pela Comissão, de implementação de um retorno escalonado ao ensino presencial. Sabemos que é algo que precisa ser feito com antecedência e diversas questões foram discutidas a esse respeito. No entanto, estamos todos impactados com a pandemia e suas consequências ainda indefinidas para a maioria da população mundial. Não é possível saber quando estaremos no pico da curva, sem testes e sem isolamento adequado. Não é possível saber quando haverá uma vacina disponível que permita uma redução não apenas das mortes e das enormes dificuldades causadas pela doença, mas também da ansiedade e do sofrimento associado à vivência deste momento histórico. Grandes universidades do mundo já definiram que o ano letivo de 2021 será integralmente remoto, para garantir que não surjam novas curvas de contaminação. A discussão do segundo momento seguirá mais a frente, quando for possível que a instituição garanta limpeza frequente, higienização adequada, manutenção dos espaços físicos, monitoramento de possíveis casos com testagem apropriada e garantia de segurança aos servidores e discentes.

Cordialmente,

Departamento de Psicologia Social e de Desenvolvimento



## UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

CENTRO CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS

COLEGIADO DE PSICOLOGIA

Ata da quarta reunião ordinária – Junho de 2020

DOCUMENTO DO COLEGIADO DO CURSO DE PSICOLOGIA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, EM RESPOSTA ÀS DEMANDAS DA COMISSÃO DE BIOSSEGURANÇA E CONTINGÊNCIA DO CCHN:

Considerando-se a análise dos documentos interno e externos pertinentes ao enfrentamento do covid-19,  
Considerando-se um amplo debate e resolução dos membros do colegiado de Psicologia da Ufes,  
Considerando-se o caráter de excepcionalidade e de exigências impostas pelo momento atual,  
Considerando-se a característica do curso de psicologia, cujo PPC explicita a necessidade de ser 100% presencial, e que qualquer alteração dessa condição não deve significar nada além de atender à excepcionalidade da situação;

O colegiado de Psicologia da Ufes informa que:

- 1) É necessário compreender que pelo PPC do curso não contemplar aulas remotas, não deve ser aventada, em nenhuma hipótese, a reprodutibilidade das atividades à distância em condições regulares de aprendizagem e que devem ser garantidas, nos meios que forem necessários, que não haverão ou se aceitarão pressões para que a modalidade à distância substitua as presenciais em condições regulares de ensino;
- 2) Caso o curso venha a implementar atividades à distância, devem ser ofertadas, inicialmente, disciplinas essencialmente teóricas (talvez apenas optativas, num primeiro momento) e, se possível, que não seja 100% on-line. Caso a disciplina seja ofertada 100% on-line (decisão do professor), que não seja toda com aulas gravadas. É fundamental que uma boa parte da disciplina ofertada de forma remota seja presencial, com aulas ao vivo. É necessário que haja interação na disciplina e, ainda, que aconteça obrigatoriamente atividades em grupo, visando maior integração entre os alunos e manter o senso de vida acadêmica entre os estudantes;
- 3) Deve ser ofertada um número reduzido de disciplinas por período, uma ou duas no máximo. Antes dessas disciplinas avançarem no conteúdo é importante que aconteça uma constante avaliação, para definir se o modelo está dando certo e se deve continuar ou ser alterado. Poucas disciplinas permitem um melhor acompanhamento;
- 4) As disciplinas ofertadas de forma remota não devem ficar presas a uma carga horária semanal. Deve haver uma maior flexibilidade de oferta de horários e carga horária semanal;
- 5) Terminada uma primeira leva de oferta de disciplinas de forma remota



## UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

CENTRO CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS

COLEGIADO DE PSICOLOGIA

Ata da quarta reunião ordinária – Junho de 2020

- que haja uma ampla avaliação, antes de iniciar uma nova oferta, de modo a garantir a troca de experiências, o replanejamento dos meios de aprendizagem, entre outros;
- 6) Deve-se buscar fazer uma criteriosa avaliação inicial de cada turma do curso, visando obter informações sobre a real condição de cada aluno lidar com as atividades. Caso o aluno não tenha condições de acompanhar o estudo, que seja garantido que ele poderá cursar esse conteúdo, no futuro, de forma presencial. Ainda, que a desistência de acompanhar a disciplina não gere prejuízo no seu histórico escolar;
  - 7) A oferta deve ser voluntária e não deve acontecer com todo o corpo docente. O professor não deve ser obrigado, principalmente num primeiro momento, a ofertar disciplinas se não se sentir à vontade para fazê-la. E devem ser garantidas as condições de não prejuízo, de qualquer espécie, ou preconceito, para os professores que não se sentirem aptos ou incapazes de assumirem essas atividades num primeiro momento;
  - 8) Há a preferência para que as ofertas das disciplinas iniciais não sejam obrigatórias e centrais nos cursos, para que, caso a implementação das atividades à distância não funcionem adequadamente, o prejuízo na formação seja menor. Para tanto, sugere-se até a possibilidade de uma nova oferta (como cursos de verão) nas quais a retomada das atividades pudessem ser realizadas com maior garantia de redução de danos. Ou, se não for possível a nova oferta, que sejam retomadas, preferencialmente e num primeiro momento, as disciplinas optativas;
  - 9) Sugere-se a criação de meios administrativos e legais para dar crédito às atividades já atualmente em realização e que vem contando com a participação de alunos e professores (tais como *webinars*, grupos de estudo à distância, entre outros);
  - 10) Por fim, que os alunos finalistas possam ter um tratamento diferenciado no curso nesse período de excepcionalidades. Terminada essa apresentação o Coordenador colocou em votação esses parâmetros e foram aprovados a unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Coordenador agradeceu a manifestação de todos e declarou encerrada a reunião virtual às 16h15.

**THIAGO DRUMOND MORAES**

**Coordenador do Colegiado do Curso de Psicologia**